

Abril de 2017

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Milhares de pessoas desempregadas em 2016	6
1.2 Ritmo de aumento do custo de vida recuou em Março mas continuou acima dos dois por cento	6
2. MICROFINAÇAS	8
2.1 Jovens com financiamento garantido	8
2.2 Empresa com capital de 12 mil USD tem 65 do Banco postal	8
2.3 Projectos da juventude têm financiamento	9
2.4 Banco Postal regista mil transações financeiras dia	10
2.5 Empreendedorismo reduz o desemprego e impulsiona diversificação da economia	11
2.6 Província aumenta capacidade produtiva	13
2.7 INAPEM já certificou 80 PME na Huíla	15
2.8 Centenas de jovens são formados na província	15
2.9 Centenas de jovens são formados na província	16
3. MERCADO INFORMAL	17
3.1 Válder Filipe quer fim das kinguilas e pede envolvimento das autoridades	17
3.2 Negócios no campo	17
3.3 45 Mil kwanzas de multa para quem vende nas ruas	18
3.4 Em três meses mais de 50 fiscais expulsos	19
3.5 Lei criada para disciplinar serve para subornar	19
3.6 Zungueiras legalizadas	21
3.7 Taxistas da capital encurtam trajectos em diversas zonas	21
3.8 Pesca continental beneficia de estímulos	21
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	25
4.1 Angola vai emitir este ano mais dívida que a África do Sul	25
4.2 Deviam ser alocadas verbas para a Educação menos 20 de pelo do OGE	25
4.3 Reforma Tributária Um olhar ao Registo Geral dos Contribuintes	27
4.6 Isaac dos Anjos acusa AGT de Atrofia empresa com impostos	28
4.7 Gestores públicos formados sobre OGE 2018	29
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	30
5.1 Discussão sobre criação das autarquias sem consenso	30
5.2 Parlamento analisa Projectos de Lei sobre Autarquias Locais	31
5.3 Lei orgânica sobre as Bases do Sistema do Poder Local sem consenso	32
5.4 O parto difícil das eleições autárquicas em Angola	33
5.5 Oposição quer autárquicas para 2018 mas MPLA volta a chumbar proposta	33
5.6 UNITA acusa MPLA de tentativa Política para retardar as autarquias locais	34
5.7 A caminho das autarquias	35
5.8 Proposta de Lei Orgânica sobre as Bases Gerais do Poder Local vista pelo EM	35
5.9 Deputados discutem lei sobre as autarquias locais	36

6. URBANISMO E HABITAÇÃO	38
6.1 Luanda acolhe Fórum Económico sobre Cidades Sustentáveis	38
6.2 Governador de Luanda exorta a cooperação entre cidades de Língua portuguesa	39
6.3 Cidade do Lossambo dá dignidade aos cidadãos	40
6.4 Entregue as primeiras casas do Projecto Quiminha	40
6.5 João Lourenço inaugura centralidade para 14 mil habitantes	41
6.6 Da casa de chapa a casa ecológica	42
6.7 Centralidade do Andulo elogiada pelos munícipes	43
6.8 População dividida em relação ao pagamento de imposto predial	44
6.9 Antes de cobrarem, eduquem-nos sobre o IPU	44
6.10 «A construção civil é o segundo empregador depois do Estado»	46
9.11 Gestão das centralidades A heresia enfadonha	48
6.12 Milhares de famílias no Bié melhoram condições de vida	48
6.13 Comercio com a china cresce mais de 42%	49
6.14 PGR comprova autenticidade dos contratos na centralidade do Kilamba	50
6.15 Executivo garante construção de infra-estruturas para mais 10 mil casas no kilamba	
7. TERRA	51
8. SERVIÇOS BÁSICOS	51
8.1 EPAL terá novo sistema de localização de clientes	51
8.2 Abastecimento de água é reforçado em Saurimo	52
8.3 Estações de tratamento de água são orgulho	53
8.4 Bairros periféricos do Lubango com mais água	54
8.5 Luanda com previsão de ter mais água potável	55
8.6 EPAL está a cobrar facturas de água que não forneceu aos seus clientes	56
8.7 Site americano classifica Luanda como a 2ª cidade mais suja do mundo	56
8.8 Surto de cólera à vista no Sambizanga	57
8.9 Os contentares da cidade de Luanda	57
8.10 AADIC contra cobrança de energia por estimativa	58
8.11 PR recebe explicações sobre implementação de planos de limpeza e mobilidade urbana em Luanda	
9. GÉNERO E VIOLENCIA	59
9.1 Moradores dos “2 Cajueiros” constroem esquadra para desencorajar marginais	60
9.2 Lei sobre tutela Administrativa gera controvérsia no parlamento	61
9.3 Autoridades garantem segurança na fronteira	62
9.4 Zamba IV sob alçada dos marginais	
10. AMBIENTE	64
10.1 Chuva com granizo cai hoje em Luanda	64
10.2 Cheias dificultam circulação no Cunene	66
10.3 Chuvas e desorganização	66
10.4 Sinistrados das chuvas recebem apoio	67
10.5 Evitar as doenças da chuva	67
10.6 Bem-vinda chuva	68
10.7 Chuvas continuam a causar muitos prejuízos	68
10.8 Luanda recebe chuva com rajadas de vento	69
10.9 Chuva forte provoca morte e deixa famílias ao relento	69
10.10 Chuva deixa mais de 1700 residências inundadas em Luanda	70
10.11 Chuva inunda centenas de casas em Viana	

10.12 Solução é definitiva para águas pluviais

70

11. MIGRAÇÃO

72

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

72

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Milhares de pessoas desempregadas em 2016

O Novo Jornal

07 De Abril de 2017

Texto: Domingos Manuel

O presidente da Força Sindical Angolana Central Sindical, Joaquim de Freitas, denuncia o aumento do desemprego, desde a entrada em vigor da nova Lei Geral do Trabalho (LGT) em 2015, que veio facilitar os despedimentos.

O sindicalista entende que a nova LGT promove o desemprego e beneficia o empregador, que, de acordo com o líder da FSA, tem o "beneplácito" de demitir funcionários a seu bel-prazer", tendo em conta a nova definição de contrato laboral.

Joaquim de Freitas exemplificou que, na actual Lei Geral do Trabalho, o contrato por tempo determinado, nas médias, pequenas e microempresas, é renovado por períodos iguais ou diferentes até ao limite de 10 anos de serviço, altura em que confere ao trabalhador o estatuto de efectivos, o que não ocorria na legislação laboral anterior, que determinava o período máximo de seis meses para a contratação efectiva do trabalhador.

O líder sindical, que apresentava os números aos deputados da 8.ª Comissão da Assembleia Nacional, que visitaram, recentemente, as instalações da Força Sindical Angolana Central Sindical (FSA), deu a conhecer que, no ano transacto, foram despedidos 58.752 trabalhadores.

"Neste ano, estamos com cerca de 13 despedimentos por dia. Por outro lado, as empresas não efectuam o desconto do valor da quota sindical", queixou-se Joaquim de Freitas aos deputados, que, na ocasião, se inteiravam sobre a dinâmica de trabalho daquela organização sindical, bem como os constrangimentos enfrentados no dia-a-dia, no capítulo da defesa dos funcionários públicos e privados.

Para Joaquim de Freitas, os cadernos reivindicativos têm sido os geradores de greves nas empresas que se apresentam com dificuldades para atender às reclamações dos funcionários.

"Os baixos salários e os constantes atrasos no pagamento, a falta de inscrição e de pagamento no Instituto Nacional de Segurança Social, o mau relacionamento das direcções com os trabalhadores, o não pagamento das horas extraordinárias, excesso de horas de trabalho, falta de condições laborais; falta de gozo de férias e tratamento diferenciado entre trabalhadores nacionais e expatriados são os motivos das reivindicações", enumerou o responsável sindical.

O presidente da Força Sindical Angolana denuncia que a falta de punição aos empregadores, por violação aos direitos dos trabalhadores, tem sido um factor motivador para os constantes atropelos. Acresce que a nova Lei Geral do Trabalho favorece o empregador no capítulo das penalizações e despedimentos dos funcionários.

Insensibilidade por parte do patronato O presidente da 8.ª Comissão da Assembleia Nacional, Fernando Heitor, diz haver "insensibilidade" por parte das entidades patronais em dar solução às reivindicações dos trabalhadores, optando na maioria das vezes pelo despedimento.

O deputado, que liderava a comitiva, lembrou ao patronato que "não existem empresas sem trabalhadores", pelo que apelou a uma melhor compreensão dos assuntos dos empregadores, bem como maior preocupação no que toca à criação de melhores condições de trabalho.

"Os empregadores devem procurar criar as melhores condições de trabalho para que haja mais motivação e o trabalhador melhore a sua produtividade. Neste e noutros capítulos, temos notado que há um tratamento menos adequado para com os trabalhadores, assim como para com os sindicalistas", reclamou Fernando Heitor.

I.2 Ritmo de aumento do custo de vida recuou em Março mas continuou acima dos dois por cento

Jornal Expansão

13 De Abril de 2017

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

O custo de vida em Luanda aumentou 2,2% em Março face a Fevereiro, permanecendo pelo quinto mês consecutivo acima dos dois por cento, mais do dobro do objectivo de 1% fixado pelo Presidente da República no discurso sobre o Estado da Nação..

Depois de ter atingido um mínimo de 1,8% em Outubro, mês em que José Eduardo dos Santos falou na Assembleia Nacional (AN), a inflação mensal acelerou para 2,1% em Novembro, 2,2% em Dezembro, 2,3% em Janeiro 2,6% em Fevereiro e, em Março, inverteu a tendência baixando para 2,2%.

Com o aumento dos preços de 2,2% em Luanda, em Março face a Fevereiro, a taxa de inflação anual na província capital que tem sido utilizada como referência para o País, situou-se nos 37,9%, registando a terceira queda consecutiva. Em Janeiro a inflação anual foi de 40,4%, abaixo dos 42% com que fechou o ano de 2016, e em Fevereiro recuou para 39,5%.

O Governo tem como objectivo para este ano uma taxa de inflação de 15,8%. Já o Fundo Monetário internacional aponta para 20%.

Se entre Abril e Dezembro de 2017 os preços em Luanda aumentarem ao ritmo mensal de 1 %, a taxa de inflação encerrará o ano nos 17,3% de acordo com cálculos do Expansão.

Os dados do INE indicam que das 12 classes que compõem o cabaz de consumo dos angolanos, a do Vestuário e Calçado foi a que registou maior aumento dos preços em Março face a Fevereiro: 4,0%.

Depois do Vestuário e Calçado, as classes cujos preços mais aumentaram em Fevereiro foram as Bebidas Alcoólicas e Tabaco (3,4%) e Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção (3,1%). Do lado contrário, isto é as classes cujos preços menos aumentaram foram: Comunicações 0,0%, Educação (0,4%) e Habitação, Água, Eletricidade e Combustíveis (0,5%).

Em termos nacionais, os preços aumentaram 1,9% em Março face a Fevereiro, ficando pela primeira vez desde Outubro de 2016 abaixo dos 2%.

A província com maior taxa de inflação mensal em Março foi o Cuanza Norte, com 2,6%, seguida de Luanda, com os referidos 2,4%, e da Lunda Norte, com 2,1%. Bié e Huíla, ambas com 1,1%, e Huambo (0,4%) registaram as menores taxas.

2. MICROFINAÇAS

2.1 Jovens com financiamento garantido

Jornal de Angola
02 De Abril de 2017
Texto: Victor Pedro

Jovens empreendedores da província do Cuanza Sul foram Incentivados sexta-feira, pelo director provincial da Juventude e Desportos, Agostinho Cassessa, no sentido de aproveitarem as oportunidades do projecto Projovem, concebido pelo Executivo para ajudar a juventude a criar pequenos negócios.

Agostinho Cassessa, que falava no anfiteatro do Instituto de Ciências da Educação do Sumbe, na apresentação formal do projecto Projovem, acrescentou que um dos grandes objectivos é o financiamento de empresas particulares e não só, lideradas por jovens da faixa etária entre os 18 e os 40 anos.

Outra finalidade do projecto apontada pelo responsável da Juventude e Desportos no Cuanza Sul tem a ver com o contributo para a diversificação da economia, que exige a criação de mais empresas privadas sólidas e capazes de criar postos de trabalho, pagar impostos e dinamizar a economia nacional, que ainda se circunscreve ao petróleo.

Agostinho Cassessa explicou que o projecto surge para facilitar e acabar com as dificuldades entre as entidades financiadoras, que são os bancos, e os empresários.

"O controlo dos financiamentos vai ser reforçado, tendo em conta os casos dos incumpridores que nos projectos passados furtaram-se das suas responsabilidades, na altura do reembolso".

O responsável da Juventude e Desportos na província fez saber que os requisitos do projecto exigem que os beneficiários tenham uma empresa constituída e certificada no Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), impostos regularizados, experiência ou formação profissional do negócio, conhecimentos em gestão e não ter crédito malparado ou dívida na banca, ter cartão de contribuinte, registo da empresa e alvará comercial.

O Projovem, acrescentou, é dirigido aos jovens empreendedores do país, visando apoiar áreas de negócios ligadas à agricultura, pesca, pecuária,

tecnologias de informação, comunicação e inovação, empreendedorismo cultural, indústria, hotelaria e turismo, comércio e prestação de serviços.

Agostinho Cassessa lembrou que o banco indicado para processar o financiamento é o BCI e que o período de reembolso é de 60 meses, que será ajustado com a capacidade de pagamento da empresa. Durante o encontro, foram também esclarecidas as taxas de juro anuais, que variam de sector para sector, sendo a agricultura, pesca, pecuária, inovação e empreendedorismo cultural fixados a 7,12 por cento, o sector da indústria a 8,27 e as restantes áreas, como hotelaria, turismo, comércio e serviços a 9,43. A taxa de juro de demora é de dois por cento e o período de carência vai até 24 meses.

Credibilidade dos projectos António Fonseca, jovem empreendedor que participou no encontro, mostrou-se desmotivado pelo facto de já se ter inscrito e criado condições para beneficiar de um dos vários projectos dirigidos à juventude, até agora sem resultados nem explicações. O jovem, que diz ser lamentáveis certos projectos ficarem engavetados por falta de padrinhos, pede maior rigor e responsabilidade, para que o Projovem alcance os objectivos preconizados.

O líder juvenil Wenga Franco defende disciplina e honestidade, para que o Executivo não seja desacreditado. "Os financiadores devem identificar meios dos beneficiários que podem ser penhorados, como garantias que impeça aos mesmos furtarem-se".

Participaram no encontro de lançamento do Projovem na província do Cuanza Sul membros do Governo, directores provinciais, gerentes de bancos sedeados, líderes juvenis, religiosos, estudantes universitários, docentes, empreendedores, comerciantes e vendedores.

2.2 Empresa com capital de 12 mil USD tem 65 do Banco postal

Jornal Expansão
07 De Abril de 2017
Texto: Maurício Vieira Dias

Uma sociedade com apenas dois milhões Kz de capital, equivalente a 12 mil USD ao câmbio actual, é o principal acionista do Banco Postal com 65% das acções da instituição, num investimento de 1,625 mil milhões Kz, 812,5 vezes o seu capital social.

Trata-se da EGM Holdings, empresa constituída em 6 de Julho de 2015 que tem como administrador único N'Gunu Tiny, que é também o Presidente do Conselho de Administração (PCA) do mais recente banco angolano.

Tiny é ainda o administrador único da C8 Capital detentora de 5% do capital do Banco Postal os restantes 30% do capital da instituição pertencem às estatais Empresa de Correios de Angola e ao grupo ENSA. De acordo com os respectivos estatutos publicados em Diário da República de 6 de Julho de 2015, a C8 Capital foi constituída no mesmo dia, no mesmo cartório, com o mesmo notário e com os mesmos dois milhões Kz de capital social da EGM. Ou seja, a C8 investiu no Banco Postal 125 milhões Kz, o equivalente a 62,5 vezes o seu capital social.

De acordo com o artigo 190 número 1, alínea b da Lei 12/15 de 17 de Junho de 2015, Lei de Bases das Instituições Financeiras, o pedido de licenciamento de instituições financeiras bancárias deve ser acompanhado de "informação detalhada sobre a situação e solidez financeira, que demonstre a capacidade económica e financeira dos acionistas fundadores relativamente ao investimento a que se propõem".

O Expansão questionou o Banco Postal e N'Gunu Tiny sobre como foi possível a EGM e a C8 financiarem as acções subscritas, tendo o banco respondido que "as sociedades realizaram o seu capital com recursos próprios, pelo que, também no caso do Banco Postal, cada accionista realizou a sua quota de capital com recursos próprios".

Segundo a alínea b do número -2 do mesmo artigo da referida Lei, os accionistas fundadores que sejam pessoas colectivas detentoras de participações qualificadas em bancos devem apresentar "balanço e contas dos últimos três anos".

O Banco Postal foi constituído em Setembro de 2016, o que quer dizer que à data da sua constituição a EGM Holdings e a C8 Capital tinham pouco mais de um ano de actividade.

Um quadro sénior do sector bancário contacto pelo Expansão considera, que face às evidências, a Lei que regula as instituições Financeiras terá sido violada pelos accionistas privados com o beneplácito do BNA, no capítulo sobre pedido de autorização da instituição bancária.

Respondendo a questões levantadas pelo Expansão sobre recomendações das práticas internacionais relativamente à não acumulação de cargos de administração nas empresas accionistas e nos bancos

e à identificação dos últimos beneficiários das participações accionista, a instituição afirmou que "N'Gunu Tjny é administrador único do Banco Postal" e, por sua vez, "Nataniel dos Santos é administrador único da C8 Capital".

Obviamente que esta informação, como prevê a lei, foi facultada ao supervisor e a todas as autoridades envolvidas no processo de constituição do Banco Postal", refere o Banco Postal.

No entanto, levanta-se uma aparente contradição na resposta do banco ao Expansão, uma vez que, como referido, nos estatutos publicados em Diário da República sobre a constituição das empresas, N'Gunu Tiny é identificado como administrador único da sociedade C8 Capital.

Autorizado há quase cinco meses pelo BNA, o Banco Postal eleva para 29. O número de bancos Autorizados e com actividades iniciadas no mercado nacional, segundo a lista actualizada do regulador do sistema financeiro.

2.3 Projectos da juventude têm financiamento

Jornal de Angola

12 De Abril de 2017

Texto: Weza Pascoal

O Banco de Comércio e indústria (BCI) Já dispõem de uma linha de crédito para financiar. na província do Cuando Cubango. Projecto social da Juventude. nas áreas da agricultura. Tecnologias de Informaç60. Cultura. Indústria hotelaria e turismo, comércio prestação de serviços. No quadro do programa "Pro Jovem".

O valor mínimo para o financiamento é de 100 mil kwanzas e o máximo de 40 milhões de kwanzas. O gerente da agência do BCI na cidade do Menongue Adriano Pedro Adão, que anunciou o facto numa palestra sobre empreendedorismo, realizada no quadro das jornadas comemorativas do 14de Abril, explicou as modalidades de acesso ao referido crédito e os prazos estabelecidos para amortização do empréstimo.

Adriano Adão lembrou que o crédito garantido deve ser reembolsado num prazo de 84 meses o equivalente a sete anos, e acrescentou que, para tal, os interessados devem constituir, preferencialmente, empresas coletivas, para permitir a localização fácil dos sócios e uma rápida devolução dos valores.

Essa linha de crédito tem um período de carência de 24 meses e uma taxa de juros bonificada de 7,12 por cento para os sectores da agricultura, pecuária, pescas, inovação e empreendedorismo cultural, de 8,27 para a indústria e de 9,43 para os que investirem na hotelaria e turismo, comércio e serviço, tecnologias de informação e comunicação.

A palestra contou com a participação de centena de jovens, que lotaram o anfiteatro do Governo do Cuando Cubango com capacidade para 600 pessoas. Adriano Pedro Adão esclareceu que a apresentação das candidaturas pode ser feita directamente nos balcões do BCI, no Instituto Nacional de Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas (Inapem), no Instituto Angolano da Juventude ou no Conselho Nacional da Juventude.

O gerente explicou que, no domínio agrícola, os jovens podem investir na pecuária, pesca e produção vegetal ou animal. Nas tecnologias de informação, comunicação e inovação, os interessados podem optar pela abertura de oficinas de reparação de material informático ou de empresa de desenvolvimento de "software", ao passo que, no quadro cultural, a prioridade vai para a criação de livrarias, salões de moda ou de beleza.

No capítulo das indústrias, os jovens do Cuando Cubango podem apostar na expansão de pequenas indústrias de moagem e serralharias, enquanto na hotelaria e turismo a opção vai para a abertura de agências de turismo e restaurantes e de expansão do comércio e prestação de serviços, como estações de serviço. Adriano Pedro Adão garantiu que o projecto é destinado a pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos e os interessados devem preencher uma ficha de negócios que se encontra disponível nos websites do BCI, do Inapem e do Banco de Desenvolvimento de Angola (BOA), este último, o principal financiador.

O gerente disse que o Projovem é uma linha de crédito de apoio ao empreendedor jovem, criado pelo Executivo angolano e patrocinado pelo BDA, que junta com o parceiro o BCI e conta com a participação do Inapem, do Instituto Angolano da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude (CNJ), constituindo, de este modo, 'mais uma janela de oportunidades no capítulo da diversificação da economia nacional.

Adriano Pedro Adão apelou aos empreendedores para serem criativos e inovadores na abertura dos seus negócios, visando a diversificação da economia e a redução da fome e da pobreza, uma vez que as empresas criadas podem gerar novos postos de trabalho e novos rendimentos para as famílias.

Segundo o director provincial da Juventude e Desportos, Emílio Paulo Cabinda, a referida palestra foi realizada com o objectivo de elucidar os jovens empreendedores e interessados para as oportunidades do crédito que oferecem soluções para a salda da crise, tendo em conta o auto-emprego, o empreendedorismo e a contribuição para a implementação do Plano Nacional do Desenvolvimento da Juventude 2014-2017.

Emílio Cabinda apelou aos jovens para criarem as suas empresas e aproveitarem a oportunidade de negócio que o Executivo está a dar, de forma a melhorar as suas condições de vida e das suas famílias.

Para o participante Roberto Paulo, esta é uma iniciativa louvável do Executivo, uma vez que vai permitir a criação de negócios e gerar novas oportunidades de emprego a vários jovens. "Gostei da iniciativa, vou habilitar-me ao crédito e criar a minha empresa na área do comércio de prestação de serviço", concluiu.

2.4 Banco Postal regista mil transações financeiras dia

Jornal O PAÍS

13 De Abril de 2017

O Banco Postal regista, diariamente, uma média de mil transações financeiras por dia e cerca de 50 contas bancárias por hora, superando a expectativa desta instituição bancária, inaugurada recentemente, revelou ontem, o seu presidente do Conselho de Administração, Ngunu Tiny.

Segundo aquele gestor, o BP vai abrir, nos próximos dias, em Luanda, mais uma agência bancária e aumentar de 50 para 150 quiosques, denominados "Xikila Money - kumbu na mão", visando disponibilizar uma banca de proximidade e responder às necessidades básicas das populações.

Trata-se da terceira agência a ser aberta em Luanda, após ter inaugurado duas em Março deste ano, que contemplam cerca de 50 quiosques, instalados em várias avenidas da cidade capital.

Além destas agências, sedeadas em Luanda, o BP conta com mais uma na província do Huambo, que conta com 15 quiosques, prevendo-se aumentar para 50, nos próximos tempos.

Queremos diminuir os custos de deslocação das pessoas para os bancos", revelou.

2.5 Empreendedorismo reduz o desemprego e impulsiona diversificação da economia

Jornal de Angola

14 De Abril de 2017

Texto: Edivaldo Cristóvão

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, atraiu para o Empreendedorismo, através do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), 24.303 jovens, desde 2008.

Do total do número de jovens que beneficiaram de programas de formação, 5.528 acederam a micro créditos concedidos pelos bancos Sol, BCI e BMF, com valores a oscilarem entre 173 mil e três milhões de kwanzas.

Outros 3.250 jovens receberam kits profissionais de empreendedor, compostos por computador com software de gestão, placa solar e impressora. No âmbito da execução do programa, o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional realizou 72 palestras e seminários, visando divulgar e incentivar o empreendedorismo nos institutos médios e universidades. Até à data, participaram destas acções 49.200 alunos de todo o país.

A criação destes programas resulta da necessidade de inculcar-se o espírito de empreendedorismo nos jovens e fazê-los compreender que o universo laboral existe para além da função pública e é possível transformar ideias em projectos e estes em negócios.

E nesta perspectiva que surge o Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE), criado propositadamente para apoiar os jovens nas suas iniciativas empresariais.

A par do CLESE, o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, através do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional tem vindo a implementar em todo o país outros programas que concorrem para o auto-emprego.

Os programas de "Empreendedorismo na Comunidade", "Micro Crédito Amigo", "Implementação dos Serviços Municipais da Segurança Social e dos Serviços de Emprego e Empreendedorismo" são exemplos disso.

E no quadro destes programas que o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional capacitou em todo o país 24.303 jovens nas áreas de gestão de pequenos negócios, Excel para

empreendedores, técnicas de gestão de marketing, gestão financeira e elaboração de plano de negócios.

Neste momento, o CLESE está implantado nas províncias do Huambo, Benguela, Cabinda, Cuanza Sul, Cuanza Norte, Malanje, Moxico, Huíla, Lunda Norte e Uíge, mas o programa deve estender-se a todo o país. Desde o seu lançamento, foram criadas 135 empresas, que resultaram em 387 postos de trabalho directos e 960 indirectos.

O CLESE tem como foco principal a realização de cursos especiais de negócios e seminários, destinados a facilitar a formação de futuros empreendedores, aos quais presta acessória jurídica, contabilística e de estudo do mercado (viabilidade económica).

O CLESE efectua, ainda, serviços de intermediação entre os empreendedores, com vista a facilitar o acesso a outras instituições de capacitação profissional, agências de financiamento; associações empresariais e comerciais.

Incubadoras de empresas

Em Maio de 2007, o Executivo criou a primeira incubadora de empresas que deu lugar ao surgimento de seis pequenas e médias empresas, albergou 5.600 jovens e criou 147 postos de trabalho.

Manuel Mbangui, chefe de departamento do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social para Área do Trabalho e Empreendedorismo, considera que as incubadoras de empresa são ferramentas importantes por ajudarem jovens com dificuldades em encontrar espaço para o início da actividade.

Na incubadora, os jovens dispõem de assessoria técnica, que os apoia, na transformação dos projectos em negócios, como também na identificação dos potenciais clientes e fornecedores de bens e serviços.

A incubadora é um processo de maturação de negócios. Ajuda e dá impulso ao empreendedor para desenvolver melhor o seu projecto, com a disponibilidade de espaço e meios bem como para a identificação de todos os pormenores necessários para dar arranque ao negócio. Muitos dos jovens que concluem a formação no CLESE prestam algum tipo de serviço na mesma instituição.

Os jovens interessados em entrar no CLESE têm de ser maiores de 18 anos e ter pelo menos, concluído o ensino médio ou a universidade. Para quem não reúne estes requisitos, mas desenvolve algum negócio, o centro abre excepção.

Depois do processo de formação no CLESE, dentro da incubadora, os jovens são orientados a alcançar certa independência financeira que lhes permita criar o seu próprio negócio, deixando definitivamente de fora a ideia de que a única solução para o primeiro emprego está na função pública ou em empresas já consolidadas.

O CLESE surge exactamente para fornecer consultorias empresariais, apoiar futuros proprietários de negócios e empresários na tomada de decisões sadias em relação à viabilidade de criação e operação de pequenos negócios, que apoiem e fortaleçam a comunidade empresarial local, estimulando o crescimento e o rendimento de outras famílias e, conseqüentemente, contribuir para a evolução do crescimento da base tributária e das receitas fiscais do Estado.

Manuel Mbangui defende que o, actual contexto económico do país obriga a que o maior financiador do Estado seja o cidadão, através de contribuições fiscais.

Para empreender, o jovem tem de ter espírito de sacrifício. Inicialmente, os cursos administrados no CLESE eram de graça e o nível de desistência era muito elevado, razão pela qual o acesso passou a ser compartilhado no interesse de engajar financeiramente os jovens na sua formação.

O chefe de departamento do Trabalho e Emprego referiu que os custos do investimento para a construção e montagem de um CLESE são elevados, daí a necessidade de os formandos pautarem pela conservação dos equipamentos.

CLESE na Lunda Norte

O décimo CLESE foi inaugurado recentemente na província da Lunda Norte, pelo ministério da Administração do Território, Bornito de Sousa. A instituição vem dar resposta às iniciativas da juventude local interessada em investir.

No Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego da Lunda Norte, vão ser ministrados cursos de Informática, Serralharia, Carpintaria, Alumínio, Construção Civil, Canalização, Panificação, Costura Industrial, Electricidade, Informática e Reparação de Computadores. O CLESE da Luanda Norte possui uma incubadora de empresa, secretaria, sala de reuniões, sala de aula teóricas e práticas equipadas com tecnologia de ponta. O centro empregou 11 funcionários.

Outra componente dos programas de formação do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional consiste no combate à delinquência

juvenil, através da ocupação racional do tempo da juventude.

O director do CLESE na Lunda Norte, Constantino António, disse que, desde a fase experimental em 2014, o centro já formou cerca de 442 jovens em diversas áreas. Destes, 43 já têm as suas empresas criadas e seis estão na incubadora à espera de espaços para começarem a executar os seus programas.

Constantino António disse que, normalmente, os jovens que se formam no CLESE da Lunda Norte têm apostado mais no sector do comércio, agricultura e criação de animais.

Antes, a juventude tinha preferência pelo garimpo, mas hoje, está mais preocupada em formar-se e investir em negócios rentáveis que também garantam postos de trabalho a outros jovens.

Alfredo Vicente Pedro, um dos jovens recém-formados no CLESE, aguarda na incubadora de emprego por um espaço próprio para começar o seu negócio. Enquanto isso, trata de todo o processo burocrático para a criação da sua empresa.

Numa primeira fase, a empresa de Alfredo Vicente Pedro arranca com seis pessoas. "O CLESE surgiu como uma grande oportunidade na minha vida. O meu espírito empreendedor nasceu daqui", afirma.

Ágil Lima também está na incubadora de emprego e considera que fazer negócios sem formação não é aconselhável, porque, com formação, o risco de falência é reduzido e garante sucesso nos investimentos.

Almeida Manu, uma jovem que fez a formação e recebeu o crédito no dia da inauguração oficial do CLESE da Lunda Norte, contou ao Jornal de Angola que pretende investir numa loja de roupa, pois já tem todo o projecto arquitectado, faltando apenas receber um crédito bancário já solicitado.

Engrácia Majita, depois de cinco anos à espera, conseguiu o seu financiamento para abrir um salão de beleza e uma loja de conveniência para venda de produtos diversos.

O curso feito no CLESE, considera, vai ajudá-la a dirigir melhor o seu negócio e a crescer na vida.

O director do micro crédito do Banco Sol, Esmeraldo Cerca, garantiu que o reembolso dos créditos está na ordem dos 80 por cento. Revelou que, inicialmente, os jovens "tinham muitas dificuldades em pagar os créditos, mas este quadro melhorou significativamente.

Esmeraldo Cerca disse que para superar as dificuldades que os jovens encontram, o Banco Sol tem procurado acompanhar o plano financeiro, para que eles superem os obstáculos que encontrarem pelo caminho.

Dados estatísticos

Nos últimos anos, a função pública registou 360.381 trabalhadores e foram criados 1.200 postos de trabalho.

Os sectores que mais geraram empregos são os Transportes com 232;074 lugares, Comércio com 206.839, Energia e Aguas com 164.445 e Hotelaria e Turismo com 72.005. Em 2014, a taxa de emprego em Angola foi de 40porcento.

As províncias do Cuanza Sul e Malanje apresentam as taxas mais altas. Os resultados definitivos do censo, divulgados em 2015, definem que a população economicamente activa começa aos 15 anos. Em 2004, a taxa de ocupação era de 53 por cento, sendo 61 para os homens e 45 para as mulheres.

Geograficamente, a província do Cuanza Sul tem a taxa mais elevada, com 62 por cento, seguida por Malanje com 60. Lunda Sul e Cunene apresentam as menores taxas de ocupação, com 38 e 39 por cento, respectivamente.

Dados do censo revelam que 42,2 por cento da população activa trabalha no sector primário, que inclui a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca. O sector secundário tem uma ocupação de 6,1 por cento, nos sectores da indústria, construção, energia e águas. O sector terciário emprega 26,2 por cento da população activa nos transportes, comunicações, comércio, finanças e serviços administrativos.

Funcionamento do centro

A orientação contida no diploma é que o Executivo deve assegurar aos formandos incentivos de ordem financeira e técnica, como créditos bonificados, empréstimos e apoios técnicos, para que os mesmos possam montar o seu próprio negócio. Tais resoluções não tiveram a aplicação desejada, devido ao grau de destruição em que o país se encontrava nível das infra-estruturas e do tecido empresarial, bem como as limitações do sector financeiro e bancário.

Com o cenário da guerra ultrapassado, o Executivo tem criado soluções para as pessoas que vivem nas aldeias, nos bairros suburbanos e nas áreas periféricas das grandes cidades, no sentido de terem meios próprios de ganhar a vida, através da produção de bens e serviços aí onde elas se encontram. O

objectivo destes programas é minimizar as dificuldades inerentes à obtenção de rendimentos por parte dos profissionais de artes e ofícios em todo o país; elevar a oferta de bens e serviços às comunidades, com valor agregado, proporcionando oportunidades de emprego e de formação profissional em contexto real de trabalho, aos jovens e demais grupos mais vulneráveis.

Estudos realizados apontaram que 80 por cento das empresas criadas por pessoas com um mínimo de seis meses de estudo (empreendedorismo) se mantinham em funcionamento após cinco anos. Dos empresários que iniciaram negócios sem nenhum preparo, apenas 40 por cento sobreviveram no mesmo período.

Em Luanda, foram criados programas nos centros de empreendedorismo do Kikolo, Cazenga e Viana.

O programa de Empreendedorismo na Comunidade é de capacitação empresarial, em parceria com as administrações municipais a nível nacional, que aborda matérias sobre noções básicas de empreendedorismo, gestão de pequenos negócios e de micro crédito.

O objectivo desde programa proporciona aos (potenciais) empreendedores acções de capacitação em noções sobre empreendedorismo, gestão de pequenos negócios e de micro crédito; complemento das acções de formação profissional em contexto real de trabalho; concessão de kits de ferramentas a micro, pequenas e médias empresas.

O público-alvo de acesso aos programas de financiamento em regime de micro crédito são jovens que frequentam ou são provenientes dos centros de formação profissional, institutos públicos ou privados, universidades, empreendedores das comunidades que desenvolvem actividades geradoras de rendimento (carpintarias, serralharias, cantinas, vendedores, engraxadores, disco tecários, recauchutagens, pastelarias, oficinas de mecânica e alfaiatarias).

2.6 Província aumenta capacidade produtiva

Jornal de Angola

17 De Abril de 2017

Texto: Arão Martins

A implementação do programa de empreendedorismo juvenil na província da Huíla permitiu a projecção do capital humano, através da maior oferta e diversificação de formação de quadros,

reconheceu na cidade do Lubango o diretor da Juventude e Desportos.

Ao intervir na abertura do 6.º Encontro provincial da Juventude, Joaquim Barbante Tyova, lembrou que o programa contribuiu para o aumento da capacidade produtiva dos jovens da província, com a sua inserção em cooperativas e associativismo.

Joaquim Barbante Tyova ressaltou que, com base no plano de médio prazo, o Executivo desencadeou um amplo debate sobre questões da juventude em todos os municípios da província, que culminou com a realização do Fórum de Auscultação da Juventude em 20 16.

A província da Huíla apresentou no fórum 65 recomendações produzidas por 2.546 jovens dos 14 municípios, que foram aprovadas e inscritas no Plano Nacional do Desenvolvimento da Juventude 20 14/20 17.

O plano engloba o emprego e formação profissional, educação e ensino, habitação, saúde, infra-estruturas básicas, desporto e lazer, mobilidade, transporte e prevenção rodoviária. Integra ainda a segurança e delinquência juvenil, acesso às tecnologias de informação e comunicação, e participação política e cidadania.

"Estamos agora no fim da implementação deste instrumento político da juventude. Por isso, queremos expressar a nossa satisfação pelos resultados alcançados. Com isso, encorajamos o Executivo, o governo provincial, as administrações municipais e a sociedade civil a continuarem a trabalhar na resolução dos principais problemas que este grupo da sociedade enfrenta, mormente a formação técnica e profissional, e na implementação de projectos virados para o empreendedorismo", disse Joaquim Barbante Tyova.

O diretor da Juventude e Desportos informou que o governo da Huíla gizou o Plano de Desenvolvimento Provincial 2013-2017, que permitiu desencadear um conjunto de acções que resultaram na implementação e cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude, nos seus quatro eixos fundamentais. Para corresponder às expectativas constantes no primeiro eixo - inserção dos jovens na vida activa que tem a ver com a formação profissional e emprego, Joaquim Barbante Tyova sublinhou que o governo provincial, através dos programas de Investimentos Públicos, Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Fome e à Pobreza, e outras acções intersectoriais, criou um quadro que permite a criação de empregos, com base em parcerias públicas e privadas. Alargou também as

oportunidades de formação profissional, diversificando os cursos técnicos e académicos.

Joaquim Barbante Tyova garantiu que, com os programas e a intervenção do sector privado, o governo ampliou as oportunidades de cumprimento do segundo eixo, que consiste na qualidade de vida dos jovens, através de uma maior oferta de oportunidades de acesso à educação e ensino. Deste eixo, fazem ainda parte a melhoria das condições de saúde, fomento e implementação de programas habitacionais, recuperação das infra-estruturas básicas, desenvolvimento das actividades desportivas, de cultura e lazer, melhoria das condições de mobilidade, transporte e prevenção rodoviária.

O governo da província pretende também dar cumprimento às metas estabelecidas no terceiro eixo, que tem a ver com a participação dos jovens no desenvolvimento do país, onde as tecnologias de informação estão cada vez mais ao alcance da juventude, bem como da necessidade permanente da garantia da segurança e tranquilidade dos cidadãos.

Quanto ao quarto eixo de melhoria do enquadramento institucional da juventude, o director provincial reconheceu que as famílias têm apoiado o fomento do cooperativismo e do associativismo, garantindo a cidadania. A Direcção da Juventude e Desportos reconhece 102 grupos sociais, entre cooperativas, comissões de juventude nos bairros, assim associações juvenis e estudantis, filiados nos conselhos municipais e provincial.

Temos de reconhecer que este balanço positivo que fazemos das acções do Executivo, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento 2014-2017 não esgota os esforços do governo na implementação de programas estruturantes de apoio material. Este apenas representa um marco para continuar a desencadear conjunto de acções conducentes à melhoria da oferta dos bens e serviços, e alargar as bases de oportunidades para os jovens e vencer os desafios do futuro", disse Joaquim Barbante Tyova.

Para o director da Juventude e Desportos, o mais importante para os jovens é continuar a implementar os principais programas e pensar igualmente na "municipalização" do desporto, cultura e lazer.

Independentemente da situação económica e financeira menos boa que o país enfrenta, os programas de recuperação das infra-estruturas básicas do sector primário, educação e saúde continuam a ser implementados e garantem o fomento de múltiplas oportunidades na vida dos jovens", sublinhou.

2.7 INAPEM já certificou 80 PME na Huíla

Jornal O PAÍS

18 De Abril de 2017

O programa destina-se a dar poio ao jovem empreendedor e é levado a cabo pelo Governo angolano.

Em entrevista concedida ao nosso jornal, o director provincial do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Fernando Duarte Manuel, explicou que o PROJOVEM é um programa do Governo que está a ser executado pelo Ministério da Juventude e Desportos, em parceria com o Banco de Comércio e Indústria (BCI) e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA). "O PROJOVEM é um programa do Governo angolano, que está a ser desenvolvido pelo Ministério da Juventude e Desportos em parceria com os Bancos BCI e BDA, que visa apoiar as iniciativas de todos os jovens empreendedores do país. Na nossa

Província, em função de não haver uma agência do BDA, financeiramente este programa está a ser executado pelo BCI, onde já se encontram os 80 projectos de igual número de empresas certificadas pelo INAPEM, aguardando apenas pela respectiva aprovação" disse O responsável adiantou que o referido programa, tem, entre outros objectivos, valorizar a iniciativa de muitos jovens angolanos, bem como formalizar a sua actividade económica.

"Sabe-se que muitos jovens que se dedicam à actividade económica, não a exercem formalmente, ainda há uma certa informalidade, o que tem estado a contribuir para a falta de controlo e fiscalização pelos organismos afins, o que consequentemente retarda a diversificação económica em curso em todo o país. Dai que o INAPEM aparece neste projecto para, através de mecanismos legais, formalizar a actividade desenvolvida pelos jovens", revelou Fernando Duarte Manuel acrescentou que, para aderir ao PROJOVEM, os interessados deverão reunir os seguintes requisitos: ser angolano, ter entre 18 e 45 anos de idade, fotocópia do Bilhete de Identidade, fotocópia do Alvará Comercial, número de contribuinte da empresa.

O director do INAPEM esclareceu que o programa está a ser executado em duas fases, consistindo a primeira na recolha de projectos e a segunda na aprovação dos mesmos. O financiamento incide sobre várias actividades económicas: agricultura, comércio, prestação de serviço e indústria.

Sem adiantar os valores destinados à província da Huíla, Fernando Duarte Manuel, disse que, o Tecto de financiamento para cada projecto, vai de Kz 100 mil a Kz 4 milhões.

2.8 Centenas de jovens são formados na província

Jornal de Angola

21 De Abril de 2017

Texto: Válder Gomes

Um total de 174 jovens da província do Uíge estão munidos de ferramentas que lhes possibilitam tratar de negócios, criar auto-emprego e garantir rentabilidade na empresa, depois de terem participado numa formação profissional intensiva no Centro de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CIESE).

Promovida pelo Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social, na formação foram ministradas matérias de gestão básica empresarial para os jovens se tornarem bons gestores e empreendedores de negócios.

O director do Centro de Empreendedorismo e Serviços de Emprego, Joaquim Paulo Rodrigues Adão, disse que os jovens com iniciativa resolveram inscrever-se no curso para vencerem as dificuldades que encontram na gestão dos seus negócios. "Primeiro procuramos capacitá-los antes de beneficiarem de microcrédito, para melhor gerirem os seus negócios", disse.

Para além do curso intensivo de gestão básica de empresas, um outro grupo de 50 jovens participa no curso de empreendedorismo. A formação tem a duração de um mês e é assegurada por três formadores.

Joaquim Paulo Rodrigues Adão disse que a aposta do centro é disseminar a cultura do empreendedorismo no seio da juventude da província, com vista a identificar oportunidades geradoras de rendimentos, susceptíveis de permitir a criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas. A outra aposta da CIESE consiste no apoio aos futuros proprietários de negócios e empresários na tomada de decisões sadias em relação à viabilidade de criação e operação de pequenos negócios que fortaleçam a comunidade empresarial local e estimular o crescimento. Para o presente ano, o responsável do CIESE anunciou o arranque de novos cursos, com destaque para o de Informática, Contabilidade Informatizada, Contabilidade e Finanças, Atendimento ao Público, Culinária e Pastelaria, Decoração, Excel Avançado,

Secretariado, Gestão de Recursos Humanos e Montagem de parabólicas.

Os jovens que frequentaram o curso profissional manifestaram-se satisfeitos e esperam colocar em prática o que aprenderam.

Aníbal Afonso, 31 anos, disse que com o surgimento do CLESE na cidade do Uíge muitos jovens conseguiram auto-emprego: "Escolhi este curso porque tenciono criar o meu próprio negócio, daí a razão de aceite aposta na formação para se ter a mínima de como estar no mercado. Penso que estou agora preparada para começar", disse.

Afonso Garcia Luís Miguel, 30 anos, há muito que está inserido no mundo de negócio e desenvolve pequenos negócios, mas de forma empírica, pois, referiu que este é um dos casos que o motivou a frequentar o curso de gestão básica empresarial para melhorar a gestão dos seus negócios.

Em pouco tempo já aprendi muita coisa boa que antes não tinha noção. Daqui em diante, a gestão da minha empresa vai melhorar, aliás sei como fazer as coisas para o negócio dê certo", disse.

2.9 Centenas de jovens são formados na província

Jornal de Angola

21 De Abril de 2017

Texto: Válder Gomes

Um total de 174 jovens da província do Uíge estão munidos de ferramentas que lhes possibilitam tratar de negócios, criar auto-emprego e garantir rentabilidade na empresa, depois de terem participado numa formação profissional intensiva no Centro de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CIESE).

Promovida pelo Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social, na formação foram ministradas matérias de gestão básica empresarial para os jovens se tornarem bons gestores e empreendedores de negócios.

O director do Centro de Empreendedorismo e Serviços de Emprego, Joaquim Paulo Rodrigues Adão, disse que os jovens com iniciativa resolveram inscrever-se no curso para vencerem as dificuldades que encontram na gestão dos seus negócios. "Primeiro procuramos capacitá-los antes de beneficiarem de microcrédito, para melhor gerirem os seus negócios", disse.

Para além do curso intensivo de gestão básica de empresas, um outro grupo de 50 jovens participa no curso de empreendedorismo. A formação tem a duração de um mês e é assegurada por três formadores.

Joaquim Paulo Rodrigues Adão disse que a aposta do centro é disseminar a cultura do empreendedorismo no seio da juventude da província, com vista a identificar oportunidades geradoras de rendimentos, susceptíveis de permitir a criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas. A outra aposta da CLESE consiste no apoio aos futuros proprietários de negócios e empresários na tomada de decisões sadias em relação à viabilidade de criação e operação de pequenos negócios que fortaleçam a comunidade empresarial local e estimular o crescimento. Para o presente ano, o responsável do CLESE anunciou o arranque de novos cursos, com destaque para o de Informática, Contabilidade Informatizada, Contabilidade e Finanças, Atendimento ao Público, Culinária e Pastelaria, Decoração, Excel Avançado, Secretariado, Gestão de Recursos Humanos e Montagem de parabólicas.

Os jovens que frequentaram o curso profissional manifestaram-se satisfeitos e esperam colocar em prática o que aprenderam.

Aníbal Afonso, 31 anos, disse que com o surgimento do CLESE na cidade do Uíge muitos jovens conseguiram auto-emprego: "Escolhi este curso porque tenciono criar o meu próprio negócio, daí a razão de aceite aposta na formação para se ter a mínima de como estar no mercado. Penso que estou agora preparada para começar", disse.

Afonso Garcia Luís Miguel, 30 anos, há muito que está inserido no mundo de negócio e desenvolve pequenos negócios, mas de forma empírica, pois, referiu que este é um dos casos que o motivou a frequentar o curso de gestão básica empresarial para melhorar a gestão dos seus negócios.

Em pouco tempo já aprendi muita coisa boa que antes não tinha noção. Daqui em diante, a gestão da minha empresa vai melhorar, aliás sei como fazer as coisas para o negócio dê certo", disse.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Válter Filipe quer fim das kinguilas e pede envolvimento das autoridades

Jornal Expansão
07 De Abril de 2017

O governador do Banco Nacional de Angola (CBNA), Válter Filipe, afirmou esta semana que um dos mecanismos de combate ao terrorismo passa por bloquear as suas fontes de financiamento como a venda informal de divisas e defendeu ter minar com as kinguilas.

É importante perceber que a América e a Europa estão, neste momento, em guerra contra o terrorismo. Não podemos continuar a ter kinguilas nas ruas", disse o governador esta semana durante o programa "Grande Entrevista" da TPA, citado pelo Jornal de Angola. Válter Filipe referia-se às várias fragilidades do sistema financeiro nacional que têm criado dificuldades nas relações com os bancos internacionais, sublinhando o peso elevado que o mercado informal tem na economia do País.

Válter Filipe abordou questões como o controlo da inflação através da adopção de uma política restritiva centrada na disponibilização de divisas de forma programada e rigorosa, bem como na diminuição de kwanzas na economia.

Tínhamos muitos kwanzas no mercado e menos dólares, o que provocou maior procura da moeda externa em vez da moeda nacional. Provocou maior impacto na taxa de câmbio informal e na taxa de inflação", disse.

O governador do banco central adiantou que a reativação das relações com os bancos correspondentes dos Estados Unidos para fornecimento de dólares a Angola está "mais próxima", graças às viagens que tem desenvolvido junto de bancos centrais estrangeiros, como dos EUA, Portugal, França ou Itália.

Válter Filipe considera que os bancos correspondentes "tinham uma percepção" distorcida da realidade nacional por causa da "má comunicação interna", mas "as viagens para os Estados Unidos e para a Europa permitiram explicar aos empresários o verdadeiro cenário económico do País".

O governador adiantou que a crise económica que o País atravessa "é uma grande oportunidade para o

povo angolano, porque permite criar um sistema financeiro e uma economia estáveis resultantes da competitividade das nossas empresas, famílias, indústria, agricultura, exploração mineira e pescas".

3.2 Negócios no campo

Jornal de Angola
12 De Abril de 2017

É no campo onde vive parte considerável da população angolana. É também no campo onde muitas famílias e empresas angolanas podem obter rendimentos, por via do agro-negócio, para proporcionar empregos a jovens que gradualmente vão compreendendo que vale a pena também aproveitar as oportunidades que existem no sector agrícola.

E do interesse de toda a sociedade, e é bom para a economia, que haja muitos jovens a trabalhar no campo, aplicando, por exemplo, os conhecimentos adquiridos nas escolas médias e superiores em projecto produtivos, que podem resultar em vida melhor para muitos angolanos do nosso vasto território.

O campo deve ser visto como uma área a não subestimar, pois o sector agrícola pode contribuir grandemente para o combate à fome e à pobreza. O campo tem grandes potencialidades e estas devem ser aproveitadas, não só pelas famílias angolanas, mas também por empresários.

Temos no país muitos empresários angolanos interessados em explorar as potencialidades do sector agrícola, e é bom que haja um interesse permanente pela criação de unidades produtivas no campo. O campo é fonte de alimentos, pelo que importa valorizar o trabalho dos que se dedicam à actividade Agrícola.

Angola já foi um grande celeiro em termos de produtos agrícolas. Há angolanos que viveram no tempo em que Angola produzia inúmeros produtos para consumo interno e para exportação. Estes angolanos estão aí e estão dispostos a contribuir para que o nosso país volte a ser auto-suficiente em muitos produtos agrícolas. Há iniciativas empresariais no nosso país que devem ser apoiadas pelo Estado, em particular aquelas que estão viradas para o desenvolvimento rural. As empresas no campo podem impulsionar o aumento da qualidade de vida no meio rural.

É também necessário que o Estado incentive os empresários angolanos a investir no sector agrícola, para que tenhamos menos problemas de desemprego

e menos pobreza. A pobreza pode ser combatida no nosso país, a exemplo do que aconteceu noutros países. Os programas de combate à pobreza não devem ficar apenas no papel. Tem de haver instituições que façam avançar a implementação destas políticas.

Não se pode continuar a anunciar por via dos órgãos de comunicação social que há esta ou aquela política pública de combate à pobreza, sem que haja depois resultados. Tem de haver acção no sentido de se resolverem de facto os problemas das populações. As populações esperam por actos concretos. Esperam por resultados.

As instituições que estão envolvidas na luta contra a pobreza devem tudo fazer, para que os programas sejam executados dentro dos prazos estabelecidos e resultem efetivamente em melhoria das condições de vida das populações. Tem de haver qualidade naquilo que se executa. Os cidadãos gostam de qualidade e avaliam o que tem sido feito. Os cidadãos têm sido cada vez mais exigentes, cabendo aos decisores políticos captar as aspirações das pessoas.

É preciso conhecer profundamente as preocupações dos governados.

Um governante deve saber em que medida é que as suas decisões têm produzido efeito positivo no seio das populações. Um governante só se deve sentir satisfeito quando é capaz de satisfazer necessidades coletivas. Os servidores públicos têm a grande responsabilidade de trabalhar para o bem-estar do cidadãos.

É indispensável que as instituições públicas se dotem de bons quadros; que sejam técnicos excelentes, mas que estejam também animados pela vontade de resolver com eficiência e celeridade, problemas das populações que lhes sejam colocados. Não basta que os quadros das nossas instituições públicas estejam bem formados. Eles têm também de saber que são parte de um processo de resolução de muitos problemas, e que e devem envolver na procura de soluções.

Angola é um país com um recurso de grande valor produtivo que é as terras. Os angolanos podem realizar muitos projectos nas nossas terras férteis. As instituições do Estado que têm incentivado o fomento da actividade empresarial, não devem perder de vista o facto de ser necessário atrair cidadãos nacionais para o campo, a fim de aí promoverem investimentos. Os governos provinciais devem levar a cabo operações de divulgação das potencialidades das suas regiões no domínio agrícola, para que os investidores privados, em particular os nacionais,

possa saber das nossas reais potencialidades e das oportunidades de negócios. É importante que os empresários angolanos se interessem também, e muito, pela agricultura.

A agricultura é um sector vital para o nosso crescimento económico e desenvolvimento. Que o campo passe a ser constantemente uma prioridade e que se facilitem os negócios no sector agrícola. É necessário que os privados possam ter iniciativas no campo e que estas sejam apoiadas por instituições públicas, nos casos em que for preciso a intervenção do Estado.

3.3 45 Mil kwanzas de multa para quem vende nas ruas

Novo Jornal

13 De Abril de 2017

O Parlamento Nacional aprovou, no ano passado, a lei das transgressões administrativas para acabar com a venda ambulante desordenada nas ruas da cidade. Desde aí, várias administrações municipais da capital estão a aplicar multas, a partir dos 45.000 kwanzas, o equivalente a dois salários mínimos nacionais. A lei, para além de punir os vendedores, também sanciona quem compra os produtos na rua. Mas, após vários meses, não são conhecidas histórias de compradores sancionados. Já no caso das zungueiras, é o pão-nosso-de-cada-dia.

No comunicado enviado à imprensa a alertar sobre as implicações da nova lei, lia-se que, para além da perda de bens a favor do município de Luanda, "os infractores em causa poderão ainda vir a ser responsabilizados criminalmente" por desobediência às ordens das autoridades públicas - de fiscalização e policiais - "com uma pena de até três meses de prisão". A medida visava o "comportamento correcto" e a "atitude disciplinada" dos cidadãos.

O reforço da fiscalização e das acções de prevenção e "correctivas" na cidade de Luanda, explica a CACL, passa a abranger o exercício ilegal da venda ambulante, desordenada, mas também "aquele que receber e armazenar os produtos dos vendedores em transgressão administrativa" e todos os que "adquirirem produtos na via pública ou em locais cuja venda ambulante seja proibida".

Zungueira grávida espancada por fiscais

A agressão que uma zungueira grávida sofreu por parte de fiscais consternou a sociedade e chamou a atenção para a situação de vulnerabilidade em que se encontram muitas destas mulheres. O episódio

aconteceu em 2016, quando um agente afecto à fiscalização da administração municipal de Viana, com o colete a identificá-lo, espancou brutalmente uma zungueira grávida de seis meses, deixando a mulher desmaiada no local.

Os fiscais, que na altura corriam atrás das zungueiras, agarraram a senhora que, por causa da gravidez, não conseguiu pôr-se em fuga rapidamente. Um deles começou por espancar a mulher, que clamava por ajuda e pedia desculpas ao fiscal, gritando "desculpa pai, desculpa pai".

Apesar dos múltiplos pedidos de desculpa, no meio do choro que comovia as colegas e os cidadãos, que gritavam "deixa a senhora", o fiscal continuou a espancar brutalmente a zungueira com uma vara, sob o olhar indiferente de agentes da Polícia Nacional. Em nenhum momento os agentes da polícia prestaram socorro à vítima. A mulher foi deixada no solo, desmaiada.

Apercebendo-se que a senhora estava inanimada, os fiscais e os agentes da Polícia Nacional puseram-se em fuga numa carrinha branca, de marca Mitsubishi Canter.

3.4 Em três meses mais de 50 fiscais expulsos

Novo Jornal

13 De Abril de 2017

Texto: Isabel João

Uma fonte da fiscalização do Governo provincial de Luanda, que não quis identificar-se, confidenciou que, nos últimos três meses, foram expulsos da fiscalização mais de 50 efectivos da corporação e mais de 30 respondem em processos disciplinares por má conduta.

A mesma fonte conta ainda que muitos dos fiscais que vão para a rua actuar contra as zungueiras não se apresentam identificados e surpreendem as senhoras que acabam por se pôr em fuga, pondo em risco a própria vida.

A mensagem que recebem dos responsáveis não é a que põem em prática.

o agente da fiscalização deve assumir um papel pedagógico e ter capacidade de dialogar com o cidadão sobre o motivo das sanções por transgressão aplicadas, não é só punir por punir", esclarece.

Acrescentou que os bens apreendidos das zungueiras são doados a alguns centros de solidariedade, na cidade capital.

Numa medida tornada pública a 8 de Fevereiro do presente ano, o director municipal dos Serviços de Fiscalização de Luanda, Fernando João, ordenou, no distrito urbano do Rangel, a expulsão de 18 fiscais da corporação, a suspensão de 20, enquanto sete respondem em processo disciplinar.

De acordo com Fernando João, o incumprimento das normas administrativas esteve na base das medidas sancionatórias aplicadas, porque a actividade fiscal não deve ser apenas coerciva afirmou na altura Fernando João.

Quanto às mercadorias apreendidas, o director municipal dos Serviços de Fiscalização de Luanda disse que são conferi das e depositadas num armazém, salientando que os donos das mercadorias que não procederem ao seu levantamento no prazo estabelecido correm o risco de as perder para os lares de acolhimento.

Entretanto, numa ronda feita por três centros de solidariedade de referência em Luanda, cujos nomes optámos por não divulgar, o Novo Jornal constatou que dois deles há mais de um ano que não recebem bens apreendidos pela fiscalização do Governo Provincial de Luanda ou da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL).¹ Apenas um confirmou que, nos primeiros três meses de 2017, recebeu uma vez bens apreendidos no distrito da Maianga e duas vezes bens provenientes do município de Talatona.

Em face das denúncias feitas pelas zungueiras, o Novo Jornal endereçou uma carta ao Presidente da CACL, Higino Carneiro, no dia 6 de Abril, com um pedido-de entrevista ao responsável da Polícia Fiscal do município de Luanda.

Em resposta, já na terça-feira, 11, o GPL esclareceu-nos que o assunto deveria ser remetido aos Serviços de Fiscalização, cuja carta para solicitar a entrevista seguiu na manhã de quarta-feira, 12, já em fecho desta edição.

3.5 Lei criada para disciplinar serve para subornar

Novo Jornal

13 De Abril de 2017

Texto: Isabel João

A problemática do comércio de produtos na vida pública não é nova e muito menos exclusiva da capital angolana. A prática é proibida por lei, mas continua a desenrolar-se de forma corrente e reiterada. Muitos fiscais aproveitam-se para tirar dividendos e lucrar com o negócio informal.

Alguns foram expulsos, mas a perseguição não abrandou, como testemunham muitas zungueiras ouvidas pelo Novo Jornal.

A venda informal é uma realidade e um modo de sustento de muitas famílias angolanas, mas causa, ao mesmo tempo, muitos embaraços ao trânsito pedonal e rodoviário. Os vendedores obstruem passeios e dificultam a passagem dos peões, razão pela qual o governo tem vindo a legislar no sentido de acabar com o comércio na via pública.

Para os vendedores informais, a proibição da venda ambulante poderá, de forma drástica, reduzir os seus rendimentos e condenar muitas famílias a um futuro incerto, pois, segundo eles, é difícil manter uma banca dentro do mercado só para vender pequenos bens, como carregadores de celulares, ou auriculares, por exemplo.

Neste corre-corre, as principais visadas são as mulheres. O elo mais fraco nesta corrida para manter o ganha-pão.

Maria da Silva, que vive da venda ambulante há nove anos, na paragem do Calemba 2, disse que ser zungueira não é um privilégio, mas uma necessidade. É com o que vende que alimenta os seis filhos que foram abandonados pelo pai.

"Não estou aqui porque goste, estou na zunga porque preciso de sustentar os meus filhos. Sou mãe e pai e vejo-me obrigada a zungar de um lado para outro para os sustentar, para os vestir e para os pôr na escola", afirma.

A mulher, de 37 anos, que vende roupas, brincos e sapatos para mulheres, conta que várias vezes as suas mercadorias foram levadas pelos agentes da fiscalização do município de Belas e foram-lhe devolvidas depois de pagar valores aos fiscais.

"É um trabalho honesto, não roubamos ninguém"

Maria da Silva, que é técnica média de enfermagem, tem consciência dos embaraços que tanto ela como as companheiras provocam aos automobilistas, devido à venda na via pública, mas não vê outro modo de ganhar a vida.

O corre-corre pelas ruas do Hoji-ya-Henda, no município do Cazenga, começa cedo para a zungueira TeIma Francisco, de 40 anos. Acorda por volta das 5h00 para se deslocar ao São Paulo e comprar as mercadorias que vai comercializar junto aos armazéns do bairro Hoji-ya-Henda.

"As coisas aqui começaram a ficar difíceis desde que entrou o general Hígino Carneiro e com a lei que foi

aprovada pelo parlamento. Os fiscais roubam as nossas mercadorias e quando reclamamos somos castigadas".

A mulher denunciou que nem todos os fiscais cumprem as normas. Em muitos casos, levam as mercadorias e querem apenas tirar dividendos da situação, como, por exemplo, pedir dinheiro ou assediá-las. "Quem aceita pagar os valores é logo solta e quem não colaborar é ameaçada e, muitas vezes, pedem-lhes namoro. Já tenho aqui muitas colegas que são namoradas de fiscais só para não levarem as suas mercadorias", denuncia Maria da Silva.

"Namoro com um fiscal para não levarem a mercadoria" Antónia Eduardo, de 25 anos, vende chandula [pão com frango] no São Paulo, há 4 anos, um produto muito procurado e com o qual consegue pôr o pão na sua mesa. A mulher conta que já viveu muitos dissabores com os agentes da fiscalização do Sambizanga, mas tem de continuar para não passar fome.

"Já fiquei sem nada para dar de comer aos meus dois filhos porque os fiscais tinham jogado toda a chandula no chão, foi um dia muito difícil para mim porque já não tinha nada guardado. O único dinheiro que tinha serviu para comprar o pão e os frangos. Hoje tenho um namorado fiscal que me protege. Os colegas dele sabem e podem correr com as outras zungueiras, mas comigo não. Foi a única solução que encontrei para resolver o problema".

A jovem conta que já ouviu de tudo um pouco durante os anos em que comercializa a chandula no São Paulo. "Antigamente, os fiscais levavam as coisas para casa, mas hoje poucos fazem isso, porque aconteciam coisas estranhas em casa. Por exemplo, há coisas que mal entravam em casa desapareciam ou viravam bichos. O meu namorado já me contou a história de um colega. As roupas que levou para casa viraram baratas", conta.

"É triste ver fiscais receber dinheiros das pessoas"

A viúva Adelaide José, de 42 anos, é zungueira há 14 anos. Como muitas chefes de família, está na zunga para sustentar os filhos. "É triste ver fiscais receberem dinheiros das pessoas em pleno dia, onde é que vamos parar com essa situação?", interrogou.

3.6 Zungueiras legalizadas

Novo Jornal

13 De Abril de 2017

O projecto "5 BY 20", organizado pela empresa de refrigerantes Coca-Cola, em parceria com a ministra da Família e Promoção da Mulher para capacitar mulheres empreendedoras no país, advertiu que os fiscais que forem apanhados a prejudicar o trabalho de uma vendedora ambulante legalizada serão punidos.

Cerca de 50 mulheres empreendedoras, em Luanda, receberam certificados de formação de vendas e habilidades de negócios, cartões de sanidade e de vendedores ambulantes.

A formação, que teve a duração de uma semana, visou capacitar as mulheres de negócios em matérias de higiene no local de venda, empreendedorismo e habilidades de negócio. No final da sessão, as comerciantes foram agraciadas com um cartão de vendedor ambulante que oficializa assim a sua actividade comercial em Luanda.

A iniciativa visa salvaguardar a actividade da mulher angolana, sobretudo das famílias, de acordo com a ministra da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado.

O projecto, designado por 5 BY 20, é uma iniciativa da Coca-Cola e enquadra-se no âmbito do seu programa de responsabilidade social. O administrador da empresa multinacional de refrigerantes, Manuel Sumbula explicou que o programa já envolveu 756 mulheres, tendo cada uma delas recebido um kit de negócios da companhia, nas províncias de Luanda, Huambo, Benguela, Huíla e outras províncias do norte de Angola.

3.7 Taxistas da capital encurtam trajectos em diversas zonas

Jornal de Angola

14 De Abril de 2017

Os taxistas que ontem circulavam em algumas zonas da periferia para o centro da cidade de Luanda encurtaram as rotas, de vido a dificuldades no tráfego rodoviário causadas pela chuva que caiu na madrugada.

Os motoristas de táxis colectivos alegavam como motivo da redução das rotas o mau estado das estradas e os engarrafamentos provocados pela chuva. Os troços rodoviários Gamek/Golfe II e Benfica/Multiperfil, os taxistas encurtaram o

percurso, desdobrando as ligações para Gamek/Lixeira e Lixeira/Golfe II bem como Benfica e Futungo Futungo Multiperfil.

A partir do Golfe I (Avô Kumbi), trajecto foi encurtado até à escola Angola e Cuba, para depois continuar até aos Congolenses.

Os passageiros saídos do Avô Kumbi com destino ao aeroporto tiveram de pagar por dois trajectos, com o primeiro a terminar na escola Angola e Cuba, seguindo depois para o destino final.

As viaturas que partiam da Sapu (CalembaII) para o Avô Kumbi faziam o percurso em duas etapas, parando no Golfe II.

Os passageiros das rotas Benfica/Multiperfil/Samba Mutamba e Gamek/ Aeroporto/S. Paulo/Mutamba faziam o trajecto em quatro ou cinco etapas. A chuva que caiu com grande intensidade em toda a cidade, com realce para as zonas sul, centro e sudoeste, provocou enormes engarrafamentos de trânsito e dificuldades na circulação.

3.8 Pesca continental beneficia de estímulos

Jornal de Angola

21 De Abril de 2017

Texto: Natacha Roberto

Com uma longa tradição na pesca continental, a província da Lunda Sul acaba de beneficiar de Incentivos públicos para o fomento da actividade. Esta semana, a ministra das Pescas procedeu à entrega de embarcações a associações de pescadores em Cacolo e Saurimo, dois municípios com alto potencial para a pesca em água doce.

A província, com uma área de 77. 636 quilómetros quadrados, é rica em recursos hídricos. Os rios mais importantes são Mombo, Luachi, Chicapa, Muanguês, Cuango, Luó, Luavuri, Cucumbi, Luzia, Luachimo, Chiumbe e o Cassai, que nasce na região do Alto Chicapa, a uma altura de 1.300 metros, todos propícios para a pesca artesanal.

A par dos rios, a Lunda Sul tem lagos e lagoas onde abundam espécies como a tuqueia e a caqueia, rica em proteínas.

E para potenciar os pescadores da província e garantir um maior aproveitamento dos recursos que o Ministério das Pescas entregou em quatro associações dos municípios de Saurimo e Cacolo nove embarcações devidamente equipadas para a pesca artesanal.

A iniciativa do Ministério das Pescas insere-se nos programas dirigidos para o combate à fome, aumento da produção interna e redução das importações. Em 2016, o sector, a despeito da crise financeira que o país atravessa, alcançou algumas das metas preconizadas.

No quadro dos programas dirigidos, delineados pelo Executivo, para a saída da crise financeira resultante da queda do preço do petróleo no mercado internacional, com todas as adversidades, os diferentes actores, públicos e privados deste subsector da economia deram mostras de saber fazer no domínio da extracção, captura, transformação e comercialização de produtos de pesca.

Em 2016, assim como em 2015, a pesca artesanal e a semi-industrial foram as responsáveis por mais de 60 por cento das capturas globais. As metas anuais para o sector preconizadas no Programa Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017), algumas das quais revistas nos programas dirigidos delineados pelo Executivo em Março de 2016, face à crise financeira, fixam as capturas de pescado em 484.000 toneladas.

No ano transacto, o sector registou uma variação positiva de cinco por cento, comparada com 2015, apesar de a pesca industrial ter passado por uma variação negativa de 23, compensada, no entanto, por uma variação positiva de 39 na pesca semi-industrial. A pesca artesanal marítima registou uma variação positiva de 52 por cento.

Em Dezembro de 2016, a ministra das Pescas, Victória de Barros Neto, veio a público afirmar que, apesar das dificuldades resultantes da conjuntura que o país atravessa, foi possível executar “de forma aceitável” os programas dirigidos para a produção de sal, de farinha e óleo de peixe e de captura de pescado e crustáceos para o sector das Pescas, o Executivo aprovou, em Março de 2016, cinco programas dirigidos, destinados ao aumento da captura de pescado e crustáceos, da produção de sal, choupa (tilápia), farinha e óleo de peixe e ao fomento das exportações desses produtos, tendo em vista a captação de divisas, a redução das importações, a manutenção dos postos de trabalho e a estabilização dos preços no mercado nacional.

Para garantir a execução dos programas dirigidos, o BNA disponibilizou, no ano passado, através dos bancos comerciais, cerca de 37 milhões de euros, que permitiram às empresas do sector a aquisição de bens e serviços indispensáveis para seu normal funcionamento.

Os resultados de que se fala hoje no sector, no meio da crise financeira que o país conhece, devem-se, em grande parte, às medidas adoptadas pelo Banco Nacional de Angola que, face à escassez de divisas, dedica particular atenção a empresas com potencial para a redução das importações, incluindo as do ramo das Pescas.

Aquicultura

A piscicultura, onde se inclui a produção de choupas (tilápia), pede uma abordagem à parte. Incluída, também ela, nos programas dirigidos, este subsector das Pescas é relativamente novo no país, encontrando-se ainda em fase de estruturação, com todas as debilidades próprias de um processo que ensaia os primeiros passos. De todos os subsectores das Pescas, foi o que mais sofreu o embate da crise financeira que vem de 2014.

Mal começaram a sentir-se os sinais da crise financeira, a maior parte das empresas importadoras de ração para a tilápia subiu os preços e quando esgotou as reservas disponíveis passou a queixar-se de dificuldades de acesso a divisas para novas aquisições, a partir de Israel, o principal fornecedor do país.

O problema da ração, por si só, explica as quedas de produção da tilápia, mas é preciso agregar-lhe um outro elemento para perceber as grandes disparidades nas estatísticas anuais. É que, de acordo com a Direcção Nacional da Aquicultura (DNA), alguns piscicultores não fornecem informações estatísticas ao Ministério das Pescas e os que o fazem nem sempre são regulares e exactos nos números.

As primeiras estatísticas oficiais sobre a piscicultura no país datam de 2013, ano em que foi apurada uma produção de 47 toneladas. Em 2014, a produção subiu para 305 toneladas ano baixar para quase metade das quantidades do ano transacto.

E para garantir um apoio institucional aos piscicultores que o Ministério das Pescas criou uma direcção nacional, a DNA, que controla actualmente pouco menos de 40 empresas. Mas há pequenas empresas familiares de aqui cultura dispersas pelo país, que não estão inscritas no Ministério das Pescas, cuja a produção não entra nas contas oficiais. Atento à celeridade com que se consolida este subsector das Pescas, com benefícios notórios para as famílias e empreendedores e para fomentar a piscicultura à escala nacional, o Governo procedeu a um investimento sem precedentes no país. Trata-se do Centro Nacional de Larvicultura, localizado em Massangano, província do Cuanza Norte.

A infra-estrutura tem por finalidade produzir alevinos (larvas de peixe) para abastecer os aquicultores. Dotado de tecnologia de última geração, o Centro Nacional de Larvicultura funciona como um laboratório específico de produção, onde são aplicadas tecnologias exclusivas que garantem a qualidade e a sobrevivência dos alevinos em todas as etapas de produção.

O programa dirigido para o aumento da produção e promoção da exportação da tilápia para o biénio 2016-2017 tem, entre outros, o objectivo de elevar para 3 O mil toneladas a produção agrícola no país, até finais do próximo ano. A estratégia do Executivo neste sector vai no sentido de transformar o país, a médio prazo, num exportador de choupa. Dados da Direcção.

Nacional de Aquicultura indicam que, em 2015, Angola empregou mais de quatro milhões e trezentos mil dólares na compra dessa espécie no estrangeiro. Estudos recentes, destinados a determinar o potencial agrícola do país, concluíram que o país tem excelentes condições para esse tipo de actividade, excepto na província do Namibe, onde a escassez de recursos hídricos, por causa do deserto, dificulta a prática da aquicultura.

Importações

Apesar de rica em recursos marinhos, Angola recorre a importações para suprir o défice da indústria pesqueira nacional. Em 2016, o país importou cerca de nove mil toneladas de produtos de pesca e derivados. A primeira vista, a cifra parece elevada, mas, se comparada com as 81.922,29 toneladas adquiridas em 2015, facilmente se percebe que o volume global de compras, este ano, baixou para 10,33 por cento.

Não na mesma proporção, mas bem próximo disso, o esforço financeiro dispendido, traduzido em 18.773.591 dólares, reduziu para pouco mais de 15 por cento em 2016, comparativamente a 2015, em que o volume das importações implicou gastos na ordem de mais de 121 milhões de dólares.

Se é verdade que a redução das importações se deve à escassez de divisas no mercado cambial, não é menos verdade que a relativa estabilização dos preços dos produtos de pesca resulta de uma bem sucedida estratégia de execução dos programas dirigidos no sector. A choupa é o produto de pesca mais importado, sendo a China o principal fornecedor. Entre Janeiro e Novembro de 2016, o país asiático vendeu a Angola, em 38 operações, 1.508,63 toneladas de tilápia. A lista das espécies importadas inclui ainda a corvina, a pescada, o carapau, a

sardinha, o bagre e o orna: kayabu, espécies muito utilizadas na gastronomia angolana.

Mas, no rol dos produtos importados, nota-se, claramente, a presença de outros tantos, como pastéis de rissóis e filetes, perfeitamente ao alcance de investimentos locais. E por força desta constatação que o Ministério das Pescas recomenda que seja realizado um estudo minucioso para a revisão da grelha de produtos de pesca importados.

Para a ministra das Pescas, é urgente aproveitar, até ao limite, os recursos piscatórios do país, garantindo um aproveitamento integral das espécies, incluindo os chamados resíduos, que podem servir para o fabrico de ração animal. Em bom rigor, o caminho que Victória de Barros Neto aponta já começou a ser trilhado.

Em Maio de 2016, a ministra inaugurou uma fábrica de processamento de farinha e óleo de peixe, no município do Tômbwa, província do Namibe. O empreendimento, que esteve durante muitos anos paralisado, permite o aproveitamento das espécies ou parte delas consideradas impróprias para o consumo humano. Ainda no ano transacto, em Outubro, entrou em funcionamento, em Luanda, uma moderna fábrica de processamento de pescado, com equipamentos tecnologicamente avançados para a produção de hambúrgues, filetes e postas de peixe.

A fábrica Solmar, com capacidade de processamento de 15 toneladas de pescado por dia, fica na rua dos Pescadores, em Cacucaco. Para além da congelação, limpeza e corte de peixe em filetes e postas, através de duas linhas de processamento, a unidade fabril tem outras valências, como a valorização de espécies com baixa importância económica.

O novo "ex-líbris" do sector das Pescas no país, parafraseando Higino Carneiro, o governador de Luanda, junta-se aos grandes exportadores de produtos do mar, onde despontam empresas como a Star One Comércio Geral, Limitada, a Zhara Comércio, a Sundeep Angola, Ndad Nova Distribuidora e a Kiatemua.

Apesar de importar, Angola também exporta produtos de pesca, sobretudo crustáceos, farinha e óleo de peixe. Em 2016, a comercialização de produtos do mar, dentro dos circuitos oficiais, rendeu ao país mais de 30 milhões de dólares. Os principais destinos das exportações são a África do Sul; a República Democrática do Congo, a Namíbia, Espanha, Chile, Peru, Coreia do Sul e Arábia Saudita. Entre as principais espécies comercializadas, no ano transacto, destacam-se a espada com mais de quatro

mil toneladas, a sardinha acima das 13 mil e a corvina com 840.

Novas metas

No seu mais recente Conselho Consultivo Alargado, o Ministério das Pescas anunciou novos investimentos no sector. Foi tornado público que está em curso um projecto no valor de 3,7 milhões de dólares, destinado à aquisição de uma embarcação de pesca industrial para aumentar a capacidade de captura e proporcionar outras mais-valias ao sector pesqueiro. Para além disso, o departamento ministerial anunciou que tinha em mesa 47 propostas de investimento, feitas através da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado (UTIP) no valor de 135 milhões de dólares. Sete desses projectos já foram encaminhados para bancos comerciais com visto para financiamento.

Estes novos investimentos juntam-se a outros, já em curso, como a construção do porto pesqueiro do Tômbwa (Namibe), a reabilitação da ponte cais de carvão, a doca flutuante, a construção de lotas em Benguela, Luanda e no Tômbwa, de entrepostos frigoríficos no Tômbwa e no Cuanza Sul, de quatro centros de salga e seca, dois no Tômbwa e igual número em Cacuaco, da fábrica de conservas no Namibe, do centro de maricultura em Luanda e a reabilitação de 10 centros de apoio à pesca artesanal.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Angola vai emitir este ano mais dívida que a África do Sul

Jornal O PAÍS
03 De Abril de 2017

Angola ultrapassou a África do Sul e vai tornar-se o país com maior endividamento em 2017; a África do Sul deve emitir USD 12,4 mil milhões, Angola USD 15 mil milhões e a Nigéria USD 7,4 mil milhões, escrevem os analistas da S&P numa nota de análise ao mercado africano subsaariano.

No documento enviado aos investidores, e a que a Lusa teve acesso, os analistas desta agência de 'rating' estimam que estes três países, que representam as três maiores economias da África subsaariana, 'devem emitir a grande maioria da dívida comercial do Governo, de cerca de USD 35 mil milhões, ou seja, aproximadamente 82% do total'.

A dívida pública de Angola e da Nigéria, apontam, tem uma maturidade média mais curta que a da África do Sul.

No total do ano passado, dizem os analistas da S&P, a emissão de títulos de dívida pública inclinou-se mais para o mercado interno do que para o mercado externo, com apenas Moçambique, Gana e África do Sul a acederem aos mercados internacionais.

'Esperamos que isto volte acontecer em 2017, apesar de a Nigéria ter confirmado que iria aos mercados internacionais', com o objectivo de angariar USD 500 milhões para financiar o Orçamento do Estado, afectado pela descida do preço do petróleo nos mercados internacionais e pela consequente diminuição das receitas fiscais. As emissões do ano passado, lembram os analistas da S&P, 'tiveram um preço, com as taxas de juros médias a ultrapassar os 9%, bem acima da média de 6% de que estes países gozaram entre 2013 e 2015'.

Endividamento africano cai 19% A Standard & Poors estima que o nível de endividamento dos países africanos vá cair 19%, para USD 43 mil milhões de dólares por causa das desvalorizações cambiais e das dificuldades económicas.

A S E P Global Ratings prevê que os 17 países da África subsaariana cujo crédito soberano avaliamos

vá pedir emprestado o equivalente a USD 43 mil milhões de fontes comerciais de longo prazo, o que representa uma queda de 19% face à emissão de dívida no ano passado', diz o relatório enviado aos investidores.

No documento, a que a Lusa teve acesso, a S&P atribui esta descida 'à forte depreciação das moedas nacionais e às dificuldades económicas, que obrigaram os países a abrandar o ritmo' de pedido de empréstimos ou de emissões de dívida pública.

Até países que historicamente têm um nível de pedido de endividamento alto, como a África do Sul ou Angola, vão reduzir as emissões de dívida planeadas para este devido às pressões para consolidar as suas necessidades', escrevem os analistas da S&P, que sublinham que este ano '47% do endividamento bruto, cerca de USD 20 mil milhões, vai ser usado para refinarçar a dívida de longo prazo, o que compara com 38% (cerca de USD 20 mil milhões) em 2016'.

Assim, continuam, o volume de dívida comercial dos países da África subsaariana seguidos pela agência de 'rating' vai chegar aos USD 323 mil milhões no final deste ano, o que eleva o total da dívida (comercial e conceptual) para USD 446 mil milhões.

O Segundo semestre do ano passado foi difícil para a maioria destes países; África sofreu muito com a descida do preço do petróleo, porque muitas economias estavam bem num ambiente de preços elevado, e foram bastante atingidas pela queda', comentou o analista Ravi Batia, responsável pelo departamento de análise dos países africanos.

4.2 Deviam ser alocadas verbas para a Educação menos 20 de pelo do OGE

Jornal Expansão
07 De Abril de 2017
Texto: Teima Van-Dúnem

Termina esta sexta-feira a greve dos professores do sector não universitário.

Quais são os principais motivos da greve?

Reivindicar a actualização de categorias profissionais dos professores, o reajuste de salário face à perda do poder de compra e da inflação que corrói o salário dos professores, bem como o pagamento na totalidade dos subsídios aprovados há 21 anos. Estamos também a reivindicar a transição do quadro

probatório para o quadro definitivo de muitos professores e melhores condições de trabalho.

Em 2013 entregaram ao Ministério da Educação um caderno reivindicativo. Já tiveram alguma resposta?

A declaração de greve foi antecedida pela entrega de um caderno reivindicativo ao Ministério. E tivemos momentos de negociações, que resultaram num memorando assinado pelas duas partes, SINPROF e o Ministério da Educação. O memorando não foi honrado pela outra parte, apenas se pagaram algumas dívidas, mas ainda assim deixaram de fora algumas províncias. Por isso, os professores, por via do sindicato, na reunião do Conselho Nacional, em Outubro de 2016, remeteram um memorando ao Ministério e deu-se como deadline (limite de resposta) o dia 28 de Fevereiro deste ano. Findo o prazo, devolvemos a palavra aos professores para que estes se pronunciassem face ao incumprimento da parte do Governo. Daí que, na assembleia que decorreu em Março, a nível municipal e provincial, foi deliberada uma paralisação nos dias 5, 6 e 7 de Abril.

Que balanço faz, para já, desta paralisação?

As assembleias, fundamentalmente a de Luanda, foram muito concorridas, participaram mais de quatro mil professores, unânimes à votação para a greve.

Houve desinformação, os órgãos de comunicação pública, que deveriam ser imparciais, fizeram um jogo parcial do patronado, sem ouvir o sindicato. A greve é legal e seguiu os pressupostos que constam na Lei nº023/91 de 15 de Junho, a Lei da Greve. Cumprimos com tudo, depositámos à entidade patronal a declaração de greve, o caderno reivindicativo e outros documentos. Por isso, quem deve dizer que a greve é ou não legal são os tribunais. E os colegas gestores de escolas que coagiram os professores a não aderirem, tal como prevê a lei, serão responsabilizados criminalmente.

De que forma foram intimidados?

Fomos ameaçados de que teremos consequências, que seremos demitidos e que vamos perder o emprego. Dizem que atrás do sindicato há uma mão invisível de partidos políticos da oposição. Os governantes e os outros sindicatos que dizem isso estão a ver fantasmas. Os directores provinciais da educação do Cuanza Sul e Norte andaram em todos os municípios a ameaçarem os professores que aderirem à greve. Em algumas províncias, os directores obrigaram os professores a assinarem uma lista, caso aderissem à greve.

Mas organizámos um expediente, onde os directores e os adjuntos que estão a coagir os professores estão devidamente identificados, e o nosso corpo de advogados vai juntar esses expedientes para levar ao tribunal.

Qual é o salário médio de um professor em Angola?

Os salários são baixíssimos. Ainda temos no sector da educação professores licenciados e mestres com remunerações de 45 mil Kz. Estes casos são a maioria: quando alguns profissionais começaram a carreira de docentes, estavam habilitados com o nível de 11 a classe e por esse motivo foram em quadrados no escalão de Professores Primários Auxiliares do sexto escalão. Acontece que, entretanto, os docentes têm mais habilitações, melhoraram o seu perfil económico e profissional. Depois há outros que entram para o sector como licenciados e sem experiência, porém, recebem um salário cinco vezes superior ao de um professor licenciado que está no sector há mais tempo e com experiência. Ninguém está contra quem está em início de carreira, Mas é uma questão de justiça.

Tendo em conta a inflação do País, esses valores dão para viver?

Atualmente, ninguém consegue sobreviver com 45 mil Kz tendo em conta um conjunto de despesas, como transporte, renda, água, luz, escolaridade dos filhos, etc. Perguntamos aos governantes: conseguem sobreviver com 45 mil Kz? Muito deles têm os seus filhos a estudar no exterior ou nas escolas internacionais, porque sabem que temos um sistema que não garante um ensino com qualidade.

A reforma educativa tem ajudado na qualidade do ensino?

Sempre reivindicámos contra a reforma, mesmo na fase experimental. O nosso ensino começa

a pecar no pré-escolar, Não temos pré-escolar em Angola, existe um "faz de conta". Quando o Orçamento Geral do Estado (OGE) não aloca recursos suficientes para a educação, só se está a querer formar yes-man (pessoas que dizem sim a tudo), mas devemos formar indivíduos com pensamento crítico para que tenhamos, de facto, desenvolvimento. A fatia do OGE para a educação é ínfima, e é distribuída para o ensino superior e o sector não universitário. Portanto, pedimos que para o sector da educação seja alocado pelo menos 20% do Orçamento Geral do Estado, 8% ou 10% do PIE. Precisamos investir no conhecimento, temos excelentes professores que precisam apenas de motivação. Acreditamos que um professor desmotivado não ensina bem. Se queremos ensino de

qualidade, precisamos de professores com qualidade e motivados. É necessário que os professores que trabalham nas aldeias tenham um subsídio de isolamento que duplique o seu salário, para motivar os demais a se instalarem nas zonas rurais e melhorarmos a educação em todo o País.

Que outros subsídios deveriam os professores receber?

Subsídios de docência, de exposição indirecta dos agentes físicos e biológicos, subsídios de isolamento, de atavio e subsídio de transporte.

4.3 Reforma Tributária Um olhar ao Registo Geral dos Contribuintes

Jornal Expansão
07 De Abril de 2017

Um dos grandes objectivos da reforma tributária em curso no país é o alargamento da base Tributária com a finalidade fundamental de pôr mais entidades singulares e colectivas a pagar, para que no final, se pague menos. Assim, o aumento do número de contribuintes é um dos indicadores que serve para medir o alargamento da base tributária.

Neste artigo será feita uma análise do aumento do número de contribuintes activos nos últimos 12 anos e compará-los com outras variáveis, tais como o número de pessoas empregadas e o número de empresas registadas pelo INE, a fim de se ver até que ponto este aumento tem sido satisfatório.

A legislação fiscal angolana (1) apresenta quatro tipos de contribuintes identificados em função dos respectivos Número de Identificação Fiscal (NIF), ou simplesmente, número de contribuinte, atribuídos pela administração tributária:

Pessoas singulares que unicamente obtenham rendimento de trabalho dependente, constituem os contribuintes do Tipo 1, cujo número fiscal começa com o algarismo 1, seguido do número de bilhete de identidade nacional.

Pessoas singulares que obtenham rendimentos de actividades comerciais, industriais, agrícolas, piscatórias, minerais, de prestação de serviço ou do exercício de profissões liberais, ou seja, os pequenos empreendedores, constituem os contribuintes do Tipo 2, cujo número fiscal começa com o algarismo 2.

Pessoas colectivas (que inclui empresas em nome individual), sujeitos ao pagamento do imposto industrial que incide sobre os lucros, constituem os

contribuintes do Tipo 5, cujo NIF começa com o algarismo 5.

Pessoas colectivas isentas de imposto industrial pelo exercício da sua actividade, mas sujeitas às obrigações de retenção e pagamento de outros impostos, constituem os contribuintes do Tipo 7, cujo NIF começa por número 7.

Com as notas acima apresentadas mais facilmente se entende os dados que são apresentados abaixo.

O número de contribuintes do Tipo 1, que são os trabalhadores por conta de outrem, sujeitos ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT), aumentou substancialmente, passando de 5.128, em 2004, para 509.071 em 2015, um aumento de quase cem vezes. É de facto positivo este aumento no número de contribuintes, mas comparado com o número total de pessoas empregadas, que passou de 4,4 milhões, em 2004, para 6,4 milhões, em 2015) fica claro que há ainda muito potencial no que diz respeito ao cadastro deste tipo de contribuintes.

Comparando o número de contribuintes do Tipo 1 activos (2) com número total de pessoas empregadas nos vários sectores de actividade, verifica-se que a sua representatividade é de apenas entre 5 a 8 por cento do total de pessoas empregadas. Este facto mostra que a administração tributária tem ainda muito trabalho a fazer para que o maior número de trabalhadores sejam cadastrados e obtenham os respectivos NIF. No entanto, não se pode afirmar que apenas 8% de trabalhadores pagam impostos, pois é possível que existam trabalhadores a quem são descontados o IRT e que não têm o número fiscal e outros com um NIF mas que não pagam o IRT (por não estarem a trabalhar ou por outras razões).

Não basta saber o número de contribuintes activos, mas também, entre eles, quem é que efectivamente paga os seus impostos, para se criar uma "conta" onde se registem os impostos pagos por cada contribuinte. Da mesma forma que a um assegurado do Instituto Nacional de Segurança Social, basta apresentar o seu número de segurança social para saber o montante das suas contribuições, a administração fiscal deveria, de igual modo, ter um registo individualizado de impostos para que a qualquer momento o contribuinte tenha acesso ao seu cadastro fiscal, contra a simples apresentação do seu número de contribuinte. As empresas e os outros organismos que retêm na fonte o IRT, aquando da entrega à AGT do montante de impostos dos trabalhadores, deveriam entregar uma lista com a

indicação do NIF de cada trabalhador que fez o pagamento do IRT.

Esperamos que se evolua até a este ponto, pois somente assim se poderia exigir das pessoas concorrentes à assumpção de cargos públicos a apresentação do seu cadastro fiscal com a indicação do cumprimento das suas obrigações fiscais, como de resto acontece nos outros países.

Olhando agora para os contribuintes que exercem actividade empresarial, quer de pequeno ou Grande porte, nota-se que a administração tributária tem tido maior sucesso em fazer com que Estes tenham os seus respectivos números de contribuinte. Tendo como base o ficheiro de empresas do INE, podemos comparar o número de contribuintes activos (contribuintes do Tipo 2, Tipo 5 e Tipo 7) e o número de empresas registados pelo INE. Verifica-se que, em média, mais de 70% de empresas têm NIF, tendo em 2015 a percentagem sido de 94%. O ano de 2012 foi atípico, tendo em conta que a criação do Balcão Único do Empreendedor (BUE) levou muitos empresários a registarem-se para poderem aceder aos benefícios do BUE e como muitas destas micro e pequenas empresas não estavam em actividade não foram registadas pelo INE.

Em suma, a administração fiscal deve continuar a esforçar-se no sentido de fazer com que todas as pessoas singulares e colectivos sejam registados para fins fiscais e garantir que paguem de facto os impostos que lhes são devidos em função das suas respectivas actividades e rendimentos. E que cada contribuinte seja capaz de ter acesso ao seu cadastro fiscal que espelha a situação de cada um no que diz respeito aos impostos pagos.

4.6 Isaac dos Anjos acusa AGT de Atrofia empresa com impostos

Jornal O PAÍS

12 De Abril de 2017

Texto: Constantino Eduardo

No périplo que está a efectuar a diferentes zonas de Benguela, aos Sábados, Isaac dos Anjos tem criticado vários segmentos sociais, inclusive do próprio MPLA.

Dos Anjos critica de forma "nua e crua" a governação do partido de que é militante, justificando-se que é preferível que sejam os próprios camaradas a reconhecerem os erros a ter de ser os adversários políticos a apontá-los.

Desta vez, na zona A, bairro do 70, no município sede, Dos Anjos acusou a AGT de criar "situações menos boas" para as empresas da província.

O timoneiro do palácio cor-de-rosa, na Praia Morena, defende que não se pode assistir impávido e sereno ao que a AGI faz, ou seja, cobrar impostos resultados de trabalhos no exercício de 2012 e debita-los em 2017, porque existe diminuição de receitas.

Segundo o responsável, essa situação pode criar sérias consequências ao pouco tecido de que se dispõe com multas "pesadíssimas" que podem levar ao encerramento de muitas empresas, lançando, desta feita, benguelenses ao desemprego. "Benguela está a ficar afectada com isso", queixou-se o governador, referindo a seguir que "se não for eu a criticar a AGT, estou a dar pontos aos meus adversários. Porque eu sou o governador, sou do MPLA. Assim, o povo não se pronuncia, os adversários ficam calados para rebentar só nas portas das eleições".

Entretanto, um economista contactado por este jornal a propósito das acusações de Isaac Dos Anjos, defendeu que a AGT, do ponto de vista legal, tem obrigação de cobrar os impostos que não sejam do presente exercício económico.

O profissional, que não se quis identificar, esclarece que a legislação tributária confere também o perdão fiscal nos casos em que, comprovadamente, a empresa não disponha de condições para honrar os seus compromissos tributários. Todavia, no entender do especialista, antes de Isaac dos Anjos trazer o assunto a público, devia ter accionado os mecanismos administrativos para resolver o problema, a fim de que nenhuma empresa feche as portas por conta do fisco.

" O que é que o governador fez para tentar institucionalmente resolver a questão com a AGT? Já terá ouvido a AGT para saber das possíveis soluções de resolução?

Portanto, antes de se sair para a acusação devia-se arranjar mecanismo de proteger essas empresas, nem que para isso o Estado confira o perdão fiscal, para salvaguardar os postos de trabalho, porque o Estado perde muito mais", argumenta a fonte que O PAÍS ouviu.

As acusações de Dos Anjos precederam a uma declaração do director da Quarta Região Tributária, Osvaldo Macaia. Em declarações à imprensa, à margem da cerimónia de entrega de certificados a contabilistas, o responsável afirmou que a arrecadação de receitas, apesar da crise que apoquenta

o país, tem sido bastante significativa. Evitando toda a referência a números, Macaía realçou que a instituição sob sua jurisdição está a dialogar com os contribuintes, através de campanhas de sensibilização tributária.

"Estamos a trabalhar neste sentido. O prazo de pagamento do Imposto Predial Urbano e da taxa de circulação foi alargado para mais um mês", observou.

Ameaças de exonerações em público

O governador provincial de Benguela, Isaac dos Anjos, prometeu, em viva voz, exonerar o administrador do município sede, Leopoldo Muhongo, caso este se mostre incapaz de resolver o problema do saneamento básico que aflige a região sob sua jurisdição. "Ele (administrador) pediu saneamento básico e eu já disse qual é a solução. Se ele não conseguir, antes de a culpa ser minha, e eu ser exonerado, eu vou exonerar quem?", perguntou à população, tendo esta apontado o dedo na direcção de Leopoldo Muhongo. E Dos Anjos rematou: "ouviste em público!".

No mesmo discurso, elogiou actual director da Juventude e Desporto, João Ricardo, dado o perfil que ostenta, para logo a seguir ameaçá-lo também de que pode ser demitido caso não corresponda às expectativas. "Ele foi escolhido para que compreenda às vossas necessidades. Se ele não está a responder, vocês é que têm que dizer se fica ou se sai", disse, ironicamente, ao que se seguiu os apupos da população que acompanhava atentamente o discurso do governador, que é igualmente o 1º secretário provincial do MPLA.

"O 1º secretário municipal do MPLA no município de Benguela agora está a olhar para mim com espanto. É este o momento. Temos que prestar contas ao povo dos quatro anos de governação", considerou o governador de Benguela, para quem "não se pode apontar somente as vitórias, há que reconhecer também os fracassos".

Em relação ao problema de energia que apoquentia Benguela, Isaac dos Anjos justificou que a potência baixou significativamente de 120 Kz para 70, facto decorrente de avarias, estando o seu governo sem capacidade financeira para inverter o quadro. "Os grupos geradores da Quileva avariaram. Portanto, a barragem do Lomaum é de fio de água. Se não chove no planalto, o nosso fio de água vir a um fiozinho, não tenho capacidade de vos dar energia já já", explicou.

4.7 Gestores públicos formados sobre OGE 2018

Jornal Manchete

28 De Abril de 2017

Encena nesta sexta-feira, 28, o seminário sobre Instruções para Elaboração do Orçamento Geral do Estado para o ano económica de 2018, uma iniciativa do Ministério da Finanças (Minfin), cujo arranque ocorreu na quinta-feira, 27.

A acção formativa é dirigida a gestores públicos de vários níveis da administração do Estado.

O encontro, orientado pela Direcção Nacional do Orçamento do Estado em parceria com a Direcção Nacional dos Orçamentos Locais, visa actualizar o conhecimento dos gestores orçamentais sobre o enquadramento orçamental e discutir conceitos inerentes à metodologia de elaboração do OGE.

De acordo com nota de imprensa citada pela Angop nesta quarta-feira, o encontro vai permitir também o aperfeiçoamento do entendimento sobre o papel dos Órgãos do Sistema Orçamental na elaboração da proposta de um orçamento.

As instruções para elaboração do OGE, apresentadas anualmente, referem-se a um conjunto de regras, procedimentos e metodologias orientadoras do processo de estudo e preparação da proposta orçamental, de acordo com o documento.

As ferramentas estão a ser apresentadas por especialistas em gestão orçamental, durante o encontro que decorre no anfiteatro do edifício sede do Minifn. Estão, igualmente, a ser apresentadas as classificações orçamentais e o calendário de elaboração da proposta orçamental do OGE 2018.

A proposta orçamental é determinada tendo por base os limites de Despesa e a fundamentação apresentada pelas Unidades Orçamentais, que após discussão pelo Executivo é submetida à Assembleia Nacional para aprovação nos termos da Lei.

A elaboração do Orçamento Geral do Estado para 2017 foi feita com base ao preço de 46 dólares norte-americanos/por barril de petróleo.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Discussão sobre criação das autarquias sem consenso

Jornal de Angola
04 De Abril de 2017
Texto: Adelina Inácio

Os deputados do MPLA e da UNITA não chegaram a consenso quanto à criação das autarquias locais. Os deputados do MPLA defendem a realização de um estudo profundo para a criação das autarquias, mas a UNITA considera urgente a sua implementação para o desenvolvimento do país e a melhoria da organização e gestão dos recursos.

O presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, apresentou aos deputados o projecto de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local e o projecto de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais.

O presidente da Comissão que trata dos assuntos relacionados com a Administração do Estado e Poder Local, João Pinto, afirmou que o MPLA tem interesse na realização das eleições autárquicas, mas aconselhou os deputados da UNITA a não olharem para a questão das autárquicas apenas nas perspectivas técnica e jurídica. João Pinto defendeu um trabalho conjunto para a adequação técnica das propostas e destacou que nos diplomas apresentados pela UNITA há normas que contrariam a Constituição. Entre elas, citou o facto de o diploma defender a implementação de 160 autarquias em todo território nacional, sem ter em conta os elementos administrativos e financeiros para a sua autonomia.

Para o João Pinto, a proposta da UNITA não respeita o princípio da coexistência e do gradualismo, porque a oposição acha que as autarquias se implantam em todo território nacional. Mas a Constituição reconhece a coexistência de órgãos locais e centrais sem prejuízo da autonomia local. Essas acções, adiantou o deputado do MPLA, devem ser feitas tendo em conta o plano de tarefas essenciais para a realização das eleições gerais bem como do estudo que está a ser feito pelo Executivo, dentro de um conjunto de pressupostos.

O deputado João Pinto entende que deve haver um equilíbrio entre a implantação das autarquias e a transferência das atribuições das competências dos órgãos. Na proposta da UNITA é ignorada a eleição do presidente do município. "Não se pode aprovar uma lei que omite o órgão principal para o executivo, que é o presidente da autarquia", disse João Pinto, alertando que a política legislativa deve atender aos princípios da prudência, coesão e racionalidade, tendo em conta os preceitos da Constituição. Um dos elementos a ter-se em conta frisou são as localidades do país que tiveram um fluxo migratório que não coincide com a sua morfologia histórica sociocultural. "Isso pode dar origem a conflitos, porque são as autarquias que governam no poder local", disse. O deputado do MPLA defendeu que, ao se instalarem as autarquias locais, deve ter-se em conta a coesão nacional. Já o presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional, Reis Júnior, intervindo no debate, disse que se deve encontrar uma aproximação na lei: "vamos amadurecer as ideias e tentar aproximar os pontos de vista das partes para um consenso".

Por seu lado, o deputado França Van-Dúnem disse que o país não está em condições de implementar as autarquias locais por não haver especialistas de direito costumeiro habilitados para o fazer. "No estado actual das coisas e tendo em conta o actual ordenamento jurídico, essa disposição seria de difícil implementação", sublinhou França Van-Dúnem. Tomás da Silva, também do MPLA, confirmou que os dois diplomas apresentados pela UNITA fazem parte do Plano de Tarefas para a realização das Eleições Gerais e Autárquicas, mas esclareceu que ficou decidido entre os deputados e o Executivo a realização de um diagnóstico exaustivo sobre o estado actual dos recursos humanos, financeiros e infra-estruturas para a criação das autarquias locais.

O presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, explicou então que a UNITA propôs com carácter de urgência o Projecto de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local e a proposta de Lei da Tutela Administrativa sobre Autarquias pelo facto de a Assembleia Nacional ter aprovado por consenso, em 2015, o Plano de Tarefas Essenciais para a realização das Eleições Gerais e Autárquicas, que previa para Março a aprovação de legislação referente as autarquias locais.

O deputado da UNITA apontou as razões para que a Assembleia Nacional aprove os diplomas propostos e pediu aos deputados para olharem para o "país real" e afirmou que a UNITA está a propor as autarquias

porque elas trazem soluções complementares ao exercício do poder central.

A deputada Mihaela Webba, da UNITA, disse que a falta das autarquias no país é uma violação da Constituição e o seu colega Silvestre Samy, referindo-se ao gradualismo na sua implementação, reconheceu que ainda não se encontrou um consenso em relação a esta matéria.

Os deputados voltam a reunir-se amanhã para analisarem, na generalidade, a proposta de Lei Geral dos Arquivos e o projecto de lei de autorização legislativa para aprovação do Regime Jurídico das Sociedades Gestoras de Património.

5.2 Parlamento analisa Projectos de Lei sobre Autarquias Locais

Jornal O PAÍS

04 De Abril de 2017

Texto: Hermenegildo Tchipilica

Os referidos diplomas constituem o Ponto de arranque para a realização das eleições autárquicas no país, um instrumento do sistema democrático angolano com dignidade constitucional (artigos 213, 217 e 221), entretanto "fracturantes" e que opõem o Governo e a Oposição, no quadro do plano de tarefas da realização das eleições gerais este ano.

No projecto sobre o poder local, a UNITA defende a criação de 517 autarquias infra-municipais

e de duas supra-municipais em Cabinda e Luanda, assim como a criação de 164 autarquias municipais, propondo que sejam constituídas autarquias locais de âmbito municipal.

No diploma, a UNITA defende ainda a realização das eleições autárquicas em Agosto do próximo ano. A Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local contém 83 artigos e seis capítulos e o projecto de Lei sobre a Tutela Administrativa 17 artigos.

A sessão de ontem foi marcada por debates acérrimos entre os deputados do MPLA e da UNITA. Com esta a defender a sua "dama" estribando-se na necessidade imperiosa da institucionalização das autarquias locais.

O presidente da bancada parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, que apresentou o documento, referiu na apresentação do relatório de fundamentação, que a lei orgânica vem concretizar as grandes alterações já identificadas, ao consagrar nos termos da alínea f) do artigo 164 da Constituição e

das bases do sistema de organização e de exercício do poder local.

Frisou que o documento destaca os fundamentos constitucionais do poder local, afirmando-o como "expressão dos princípios da descentralização político-administrativa, da separação vertical de poderes, do pluralismo de organização política da democracia representativa e participativa, todos eles emanação ou dimensões do princípio do Estado de Direito e do princípio democrático".

Adiantou que em obediência ao princípio do gradualismo, remete-se à média prazo a criação das autarquias infra-municipais.

No que se refere ao projecto de Lei sobre a Tutela Administrativa, Da Costa Júnior entende que as autarquias locais são de mera legalidade (art.221, n 2. "A autonomia local seria gravemente lesada se as autarquias locais estivessem sujeitas a uma tutela de mérito (oportunidade) sobre as deliberações, necessitando aquelas, para actuarem legalmente, de autorização ou aprovação dos seus actos pelo governo (art. 242, n 2)". Por sua vez, o MPLA na voz do deputado João Pinto e vice-presidente da bancada parlamentar defendeu que se faça um estudo dos documentos antes que sejam aprovados já que, em seu entender, nos documentos há normas que contrariam a Constituição".

O deputado do MPLA Botelho de Vasconcelos referiu que o candidato do MPLA, João Lourenço, tem destacado as vantagens do poder local e que as pessoas querem as autarquias, todavia, defendeu por isso um entendimento sobre a matéria, anotando que se deveria aguardar o melhor momento para a sua aprovação.

Micaela Webbada UNITA defendeu o princípio transitório do gradualismo, aludindo que o mesmo já vigora desde 2010 como estabelece a Constituição, tendo em conta que não deve durar muito tempo devido ao carácter de transitória lida de como estabelece o artigo 219. Referiu que as autarquias locais estabelecem-se nos municípios e tem a designação do município. "Não estamos a substituir a administração do Estado. Quem atrasou o plano de tarefas não fomos nós e a culpa é do MPLA que não quis debater no tempo certo", disse. Adiantou que a não concretização das autarquias locais viola a Constituição.

O clima aqueceu quando a deputada do MPLA Ana Dias Lourenço pediu um ponto de ordem, por a deputada da UNITA Micaela Webba ter dito que alguém quer retirar da proposta a realização dos referendos que vem na proposta, aludindo que deve

"moderar a linguagem", a mesma reacção teve o deputado França VanDunem que disse "não cansem as pessoas com estes argumentos de democracia". "Quem permitiu que estivessem aqui?", Interrogou-se o deputado. A sessão prosseguiu em termos mais enérgicos com os deputados a "divergirem" "nos seus argumentos mais políticos do que técnicos. Apesar do debate "quente", o presidente da primeira comissão da Assembleia Nacional (AN), Reis Júnior, que trata dos assuntos constitucionais e jurídicos referiu que a proposta da UNITA tem coisas boas, mas será necessário aproximar posições das partes (MPLA/Oposição) para a posterior aprovação dos diplomas.

Na Quarta-feira estarão em discussão os projectos de Lei Geral dos Arquivos e a proposta de Lei de Autorização Legislativa para aprovação do regime jurídico das sociedades gestoras de património, sendo na Quinta-feira apreciados os projectos de resolução sobre a substituição dos membros indicados pela CASA-CE nas comissões provinciais eleitorais, assim como a apreciação do projecto de resolução do relatório de execução orçamental e contas da Assembleia Nacional, referente ao exercício económico de 2015, culminado na Segunda-feira com a aprovação destes diplomas que deverão ser submetidos à plenária a ser realizada em princípio no dia 18 de Abril.

Refira-se que a UNITA propõe pela segunda vez estes diplomas que haviam sido "chumbados por maioria parlamentar.

5.3 Lei orgânica sobre as Bases do Sistema do Poder Local sem consenso

Jornal Liberdade

Data: 07 De Abril de 2017

Texto: Leopoldo Domingos

A proposta de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema do Poder Local, de iniciativa da UNITA, maior partido da oposição angolana, não reuniu consenso dos deputados nas discussões, na especialidade, obrigando ao adiamento da mesma.

Durante cinco horas, os deputados analisaram a referida proposta de lei, submetida à Assembleia Nacional, com carácter de urgência, pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), para "forçar o debate".

Em declarações à imprensa, no final das discussões, a deputada da UNITA, Mihaela Webba, que tecnicamente defendeu a proposta de lei, sublinhou

que o debate sobre as autarquias locais vem sendo adiado pelo MPLA, partido no poder, desde 2008.

"Até que chegou a esse ponto, que nós tivemos que utilizar o mecanismo de um pedido de apreciação urgente na assembleia para forçar o debate e demonstrar a sociedade que nós temos uma proposta concreta para as autarquias locais", disse.

Na sua intervenção, o deputado Reis Júnior, do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que presidia à reunião, e em face das fortes discussões durante a mesma, sugeriu o adiamento da sua aprovação para uma próxima oportunidade, para permitir o "amadurecer" de ideias e aproximação de pontos de vista.

"Vendo aqui a tendência do voto, aferido durante a discussão, já sei para aonde o voto nos haveria de nos conduzir, mas nós achamos que o diploma, apesar de ter muita coisa má, também tem muita coisa boa, então precisamos de aproveitar o que de bom tem e aproximar ainda mais as partes, por essa razão queria sugerir que não passássemos à votação desse diploma": considerou.

Para Mihaela Webba, a criação de autarquias locais no país é um imperativo para que os angolanos percebam que a sua "inexistência é uma violação da Constituição".

"Por outro lado, entendemos que há aqui uma tentativa política de retardar as autarquias locais e isso depreendeu-se do próprio debate, porque elas vão permitir que cidadãos que sejam de outros partidos políticos possam governar e foi dito aqui por um deputado do MPLA", disse.

A deputada exemplificou que os cidadãos no interior do país não podem "ficar à espera que Luanda decida a sua gestão, o seu acesso à água, aos bens de primeira necessidade, da verba de Luanda para ter estradas terciárias, para organizar o saneamento básico": precisou.

Por sua vez, o presidente da quarta comissão da Assembleia Nacional e quarto vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA, João Pinto, referiu que a proposta apresentada apesar de algumas inconstitucionalidades, a discussão deve ser aprofundada, estudada, para a aproximação de posições.

"Por exemplo, a omissão completa do órgão presidente da autarquia, isso é uma violação clara da Constituição", apontou João Pinto, argumentando que a usurpação de competências é uma inconstitucionalidade. João Pinto referiu que o proponente, ao longo do debate, reconheceu "que há

aí omissões graves - não são falhas - são omissões graves que violam a Constituição". "Do ponto de vista técnico viu-se claramente que o princípio do gradualismo não é respeitado, da coexistência não é respeitado, implementa-se as autarquias em todo o território nacional, mas a Constituição no artigo 2010 conhece a coexistência de órgãos centrais e locais sem prejuízo da autonomia local", acrescentou.

Em 2015, a Assembleia Nacional angolana aprovou um Plano de Tarefas Essenciais das Eleições Gerais e Autárquicas, com tarefas legislativas para o Executivo e o parlamento, que os partidos da oposição criticam estar atrasado há mais de um ano.

5.4 O parto difícil das eleições autárquicas em Angola

Jornal Expansão
07 De Abril de 2017

Em 2011, as eleições autárquicas foram anunciadas pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, para 2013 ou 2014, com alguns municípios e cidades a servirem de experiência-piloto. Em 2012, o mesmo responsável anunciou o seu adiamento para 2015, justificando-o com o aprofundamento de estudos ao nível do Ministério". Já em 2014, o PR, José Eduardo dos Santos, anunciou a realização das eleições autárquicas para depois de 2017. "Prefiro ser realista", confessou o Chefe de Estado, tendo admitido não haver condições para a realização simultânea das eleições-gerais e autárquicas. Porém, sem apontar uma data concreta, o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT) aponta 2021 como o ano em que estará concluída a demarcação territorial para fins autárquicos.

5.5 Oposição quer autárquicas para 2018 mas MPLA volta a chumbar proposta

Jornal Expansão
07 De Abril de 2017

As eleições autárquicas deveriam acontecer já em 2018, tendo em conta a sua importância para o desenvolvimento do País, defendem os partidos da oposição com assento parlamentar.

a desejo de ver o poder autárquico implementado no País foi mais uma vez manifestado esta semana, no âmbito das discussões do Pacote Autárquico apresentado pela UNITA em Fevereiro deste ano.

A deputada da UNITA, Miahela Webba, disse ao Expansão que a entrada desta proposta de lei no Parlamento é "prova inequívoca" de que a UNITA está a levar a sério esta discussão e quer ver as autarquias implementadas no País para o ano que vem. A intenção já foi defendida publicamente por Isaiás Samakuva, presidente do partido, na sua apresentação como cabeça-de-lista às eleições-gerais marcadas para 2017. Webba apela aos angolanos para que percebam a importância das autarquias e que a falta da sua implementação demonstra falta de vontade política e um sinal de que "o Governo não quer dividir o dinheiro pelas várias parcelas do território, nem quer conferir autonomia a estas".

Para o presidente do Grupo Parlamentar do PRS, Benedito Daniel, as autarquias é uma necessidade para o desenvolvimento do País. "Se as eleições-gerais forem realizadas em 2017, as autárquicas devem ser realizadas em 2018", defendeu, em declarações ao Expansão, alertando que "adiar as eleições autárquicas é violar a Constituição".

A propósito do Pacote Autárquico, proposto pela UNITA, o vice-presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, João Pinto, disse ao Expansão que o seu partido analisou o documento e concluiu que "não está tecnicamente preparado para ir a votos".

Para justificar a sua posição, o responsável afirma ter faltado à proposta um estudo prévio sobre a capacidade das várias zonas do País, nomeadamente no que diz respeito à arrecadação de impostos, por exemplo. Se os municípios que vivem do age têm deficiências, as autarquias vão ter mais ainda porque, mesmo nas zonas onde as pessoas têm recursos, não conseguem pagar impostos ou taxas", afirma. João Pinto salienta ainda que "a intenção é boa, mas tecnicamente o documento tem muitos erros, e não respeitou a Constituição, nomeadamente o princípio do gradualismo na implementação das autarquias".

Por outro lado, em relação ao vazio de legislação sobre as autarquias" de que se fala, o responsável dos "camaradas" lembrou a aprovação, pelo Parlamento, da Lei da Divisão Administrativa, da Lei da Toponímia, e da Lei das Comissões dos Moradores, que se constituem nos primeiros passos para a implementação das autarquias no País.

MPLA pede mais realismo à oposição Para João Pinto, estas aprovações são prova de que o Executivo "quer implementar" as autarquias locais. Quanto ao horizonte temporal para a sua implementação, João Pinto desvaloriza a implementação em 2018, considerando que "a oposição pode ter os seus sonhos, mas é preciso realismo pois, além de estar na

agenda do candidato do MPLA às eleições 2017, está no calendário do Ministério da Administração do Território (MAT) para 2021".

Voltando à carga, Mihaela Webba afirmou que "não há vontade política por parte de quem governa o País em implementar as autarquias locais a tempo, por isso apresentámos este Pacote", ressaltando que, da parte da UNITA, o debate "esgotou-se". "Corrigimos os erros apontados, cabe agora ao MPLA apresentar os seus argumentos", atirou a deputada, salientando que o partido no poder tem duas alternativas: "Seguir os trâmites legais, chumbando ou votando a favor do Pacote durante a plenária marcada para 19 deste mês", disse.

Em declarações ao Expansão, numa edição mais antiga, o porta-voz do Conselho Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), Dom Manuel Imbamba, defende que, além da falta de condições para a implementação das autarquias, falta "vontade política" para que o processo avance.

"É óbvio que temos problemas básicos, que também temos anunciado, como a falta de Bilhetes de Identidade de muitos angolanos. Há comunidades inteiras em que as crianças não têm registo e há problemas logísticos que é preciso colmatar. Mas se houver vontade política estas coisas vão acontecer rapidamente", considerou Dom Manuel Imbamba. A responsável da Igreja Católica sublinha que "as autarquias são a expressão máxima da democracia, pois é nela que o cidadão participa nos destinos do seu município", concluiu.

5.6 UNITA acusa MPLA de tentativa Política para retardar as autarquias locais

Jornal Manchete

07 De Abril de 2017

Texto: Orlando Hocha

A implementação das autarquias locais em Angola é um assunto que ainda irá fazer correr muita água debaixo da ponte da política doméstica. Esta semana, por exemplo, os deputados do MPLA na Assembleia Nacional rejeitaram a proposta de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema do Poder Local, apresentada pela bancada parlamentar da UNITA.

Devido à falta de consensos, durante as discussões da proposta, na especialidade, a sessão foi adiada mais uma vez.

Entendia a UNITA ser urgente a análise da sua proposta, alegadamente, para "forçar o debate".

O documento foi, tecnicamente, defendido pela jurista e deputada do "Galo Negro" Mihaela Webba, que no final dos trabalhos acusou o MPLA de estar a adiar os debates sobre as autarquias, desde 2008. "Até que chegou a esse ponto, que nós tivemos que utilizar o mecanismo de um pedido de apreciação urgente na Assembleia para forçar o debate e demonstrar a sociedade que nós temos uma proposta concreta para as autarquias locais", disse.

Na sua intervenção, o deputado Reis Júnior, do MPLA, que presidia à reunião, e em face das fortes discussões durante a mesma, sugeriu o adiamento da sua aprovação para uma próxima oportunidade, para permitir o "amadurecer" de ideias e aproximação de pontos de vista.

"Vendo aqui a tendência do voto, aferido durante a discussão, já sei para aonde o voto haveria de nos conduzir, mas nós achamos que o diploma, apesar de ter muita coisa má, também tem muita coisa boa, então precisamos de aproveitar o que de bom tem e aproximar ainda mais as partes, por essa razão queria sugerir que não passássemos à votação desse diploma", considerou.

Para Mihaela Webba, a criação de autarquias locais no país é um imperativo para que os angolanos percebam que a sua "inexistência é uma violação da constituição",

"Por outro lado, entendemos que há aqui uma tentativa política de retardar as autarquias locais e isso depreendeu-se do próprio debate, porque elas vão permitir que cidadãos que sejam de outros partidos políticos possam governar e foi dito aqui por um deputado do MPLA", disse.

A deputada exemplificou que os cidadãos no interior do país não podem "ficar à espera que Luanda decida a sua gestão, o seu acesso à água, aos bens de primeira necessidade, da verba de Luanda para ter estradas terciárias, para organizar o saneamento básico", precisou.

Por sua vez, o presidente da quarta comissão da Assembleia Nacional e quarto vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA, João Pinto, referiu que a proposta apresentada apesar de algumas inconstitucionalidades a discussão deve ser aprofundada, estudada, para a aproximação de posições.

"Por exemplo a omissão completa do órgão presidente da autarquia, isso é uma violação clara da Constituição", apontou João Pinto, argumentando que a usurpação de competências é uma inconstitucionalidade.

João Pinto referiu que o proponente, ao longo do debate reconheceu "que há aí omissões graves - não são falhas - são omissões graves que violam a Constituição".

"Do ponto de vista técnico viu-se claramente que o princípio do gradualismo não é respeitado, da coexistência não é respeitado, implementa-se as autarquias em todo o território nacional, mas a Constituição no artigo 2010 conhece a coexistência de órgãos centrais e locais sem prejuízo da autonomia local", acrescentou.

Em 2015 a Assembleia Nacional angolana aprovou um Plano de Tarefas Essenciais das Eleições Gerais e Autárquicas, com tarefas legislativas para o Executivo e o Parlamento, que os partidos da oposição criticam estar atrasado há mais de um ano.

5.7 A caminho das autarquias

Jornal O PAÍS

13 De Abril de 2017

O poder local, uma verdadeira paixão para muitos cidadãos que sonham dia e noite com a sua implementação, está a fazer o seu percurso e vai deixando claras indicações de que Angola há-de tê-lo no tempo certo.

A imagem que se forma das autarquias no horizonte tornou-se ontem, quarta-feira, um pouco mais nítida com o Conselho de Ministros a debruçar-se sobre a matéria, apreciando o documento conhecido sob a designação de Proposta de Lei Orgânica sobre as Bases Gerais do Poder Local. Trocado por miúdos, é a fase inicial que conduzirá à aprovação do diploma legal que estabelecerá os princípios e as normas de organização, funcionamento e implementação das autarquias locais, das instituições do poder tradicional e das demais modalidades específicas de participação dos cidadãos na vida política.

Um passo precioso foi ontem dado na reunião orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, indicador do processo que deste modo fica formal e publicamente aberto até desembocar na Assembleia Nacional, o espaço do Estado onde as leis merecem discussão última e aprovação pelos deputados, a quem incumbe tal poder por delegação dos cidadãos.

Aproximámo-nos, portanto, do dia em que as autarquias terão consagração oficial por via de uma lei específica.

Diz-se no diploma que começou a sua andança até ao dia dia que ele visa também aproximar os órgãos

decisórios dos cidadãos' promover a coesão territorial, reforçar a solidariedade inter-regional, melhorar a qualidade dos serviços prestados às populações e racionalizar os recursos públicos disponíveis.

Como se vê, uma panóplia de poderes concretos e de notável proximidade, que há-de conferir ao exercício da política um sentido de clara prestação de serviço à comunidade, o que, evidentemente, não é possível fazer-se com a agilidade pretendida em sistema diferente.

Uma infinidade de novas responsabilidades e distintas motivações chegará com a implementação do poder autárquico, configurando uma transformação em múltiplos planos no modo de se fazer país. Poderá vir a ser - a governação estendida até ao nível do poder local - um forte incentivo à reversão de um dos mais sufocantes problemas da realidade demográfica actual, a não fixação das populações, maioritariamente, nos seus locais de origem.

O gigantesco movimento migratório do interior em direcção aos grandes centros urbanos, com Luanda no topo das preferências a uma escala extraordinariamente invulgar, é um fenómeno dramático que não foi possível parar, nem sequer atenuar, nos moldes em que a governação hoje se faz, marcada pela notória concentração de infraestruturas e serviços nas grandes cidades. Esse transtorno de dimensões monumentais pode vir a ser a primeira grande «vítima salva» no dia em que o poder local se exercer ao nível mais distendido, porque estará inaugurado o tempo do combate mais consistente e vigiado às assimetrias. Autarquias, de facto, significam esforço de crescimento equiparado, solidário, em clara oposição às tentativas de se concentrar em reduzidos polos as facilidades que os humanos legitimamente procuram. Autarquias representam uma barreira às assimetrias regionais, no sonho justo do desenvolvimento solidário do território.

Portanto, é uma notícia que se recebe com aplausos e apreciação do esboço da futura lei do poder local!

5.8 Proposta de Lei Orgânica sobre as Bases Gerais do Poder Local vista pelo EM

Jornal O PAÍS

13 De Abril de 2017

O conselho de Ministros apreciou nesta Quarta-feira a Proposta de Lei Orgânica sobre as Bases Gerais do Poder Local, diploma legal que estabelece os

princípios e as normas de organização, funcionamento e implementação das autarquias locais, das instituições do poder tradicional e das demais modalidades específicas de participação dos cidadãos na vida comunitária.

De acordo com o comunicado final da reunião orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, este diploma visa igualmente aproximar os órgãos decisórios dos cidadãos' promover a coesão territorial, reforçar a solidariedade inter-regional, melhorar a qualidade dos serviços prestados às populações, bem como racionalizar os recursos públicos disponíveis.

O Conselho de Ministros apreciou ainda, a Proposta de Lei sobre os Mandatos das Chefias das Forças Armadas, da Polícia Nacional e dos Serviços de Inteligência, instrumento legal que cria as normas sobre o regime de exercício do mandato das chefias destes órgãos de defesa, segurança e ordem pública.

Foi apreciada também a Proposta de Lei sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo, diploma legal que estabelece as medidas de natureza preventiva, repressiva, investigativa, processual de combate ao terrorismo, bem como outras correlativas de apoio e protecção às vítimas de actos terroristas.

No mesmo diploma é criado ainda o organismo de coordenação e partilha de informações no âmbito da ameaça e combate ao terrorismo.

5.9 Deputados discutem lei sobre as autarquias locais

Jornal de Angola

03 De Abril de 2017

Texto: Adelina Inácio

As comissões especializadas da Assembleia Nacional analisam hoje os projectos de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local e de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais propostos pelo grupo parlamentar da UNITA.

A vice-presidente do grupo parlamentar da UNITA, Albertina Ngolo, disse em declarações ao Jornal de Angola, que os dois projectos de lei entraram na Assembleia Nacional, com carácter de urgência e fazem parte do Plano de Tarefas Essenciais para a realização das eleições gerais e autárquicas.

Albertina golo explicou que a UNITA propôs ao Parlamento que os dois diplomas fossem debatidos

com carácter de urgência, já na especialidade, sem análise e aprovação na generalidade.

Albertina Ngolo disse ser importante legislar sobre o funcionamento do poder local e autarquias. Esclareceu que a UNITA com os diplomas está a propor a institucionalização das eleições autárquicas em Angola e defende que as mesmas sejam realizadas no próximo ano.

Tutela às autarquias A deputada e pera que seja ainda definido o órgão que vai tutelar as autarquias em termos de decisões independentemente da sua autonomia, limites e os termos que as mesmas devem ser realizadas.

Depois de amanhã, os deputados vão analisar na generalidade duas propostas de lei. Trata-se da Proposta de Lei Geral dos Arquivos e o Projecto de Lei de Autorizações Legislativas para aprovação do Regime Jurídico das Sociedades Gestoras de Património.

Quinta-feira, está agendada a apreciação do Projecto de Resolução sobre a substituição dos membros indicados pela coligação de partidos políticos CASA-CE nas Comissões Provinciais Eleitorais e o Projecto de Resolução sobre o Relatório de Execução Orçamental e Conta da Assembleia Nacional referente ao exercício económico de 2015.

Preparação em curso Os diplomas sobre a organização e funcionamento das autarquias locais e o quadro legislativo eleitoral estão em fase final e, em breve, são apresentados ao Executivo para análise, garantiu recentemente em Luanda o ministro da Administração do Território. Bornito de Sousa, que falava na abertura do Curso de Gestores Municipais e de Unidades Urbanas, referiu que, com este quadro, os órgãos constitucionais competentes vão determinar a data para a eleições autárquicas e a organização da tutela administrativa e do gradualismo. "A Assembleia Nacional aprovou já um calendário de tarefas essenciais para a preparação e organização das eleições gerais e autárquicas no país". O ministro falou da aprovação do pacote legislativo sobre a administração local e a organização do território, com destaque para as leis da Administração Local do Estado, de Bases sobre a Organização Administrativa do Território, sobre a Comunicação da Fixação e Alteração de Residência, de Bases da Toponímia, bem como a Lei sobre as Comissões de Moradores.

Bornito de Sousa explicou que estes diplomas e o Plano Diretor da Província de Luanda, da Ilha do Mussulo e de Desenvolvimento Municipal (PDM), assim como os Agentes de Desenvolvimento

Comunitário e Sanitário (ADECOS) devem merecer uma atenção especial durante o curso.

Bornito de Sousa referiu-se a outros diplomas ligados à administração local, e explicou que estas leis visam colocar ao serviço dos cidadãos, das famílias, das comunidades e das empresas uma rede de serviços administrativos eficientes e transparentes.

"Visam igualmente dotar os serviços municipais básicos, como a educação, a saúde, a água potável, a energia, o saneamento básico e a gestão de resíduos, a habitação, a segurança alimentar, a assistência social aos grupos vulneráveis, a gestão urbana e outros que assegurem e promovam a melhoria da qualidade de vida das populações".

No seu discurso, dirigido aos administradores municipais, Bornito de Sousa Baltazar falou sobre a promoção do desenvolvimento económico local, o emprego, o empreendedorismo e os pequenos negócios individuais, familiares e sociais.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Luanda acolhe Fórum Económico sobre Cidades Sustentáveis

Jornal O PAÍS
19 De Abril de 2017

A cidade de Luanda vai acolher na próxima Quinta-feira, 20, no Centro de Congressos de Viana, o Fórum Económico subordinado ao tema "Cidades Sustentáveis", numa parceria entre a UCCLA, Associação Empresarial de Luanda e com o apoio da Comissão Administrativa da cidade de Luanda.

Segundo um do documento da organização enviada à nossa redação, o fórum vai analisar, entre outros temas, a cooperação dos países de língua portuguesa com a China, segunda maior economia do mundo, financiamento das autarquias e financiamento urbano regional.

A sessão de abertura contará com as intervenções do governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, da ministra do Ambiente de Angola, Fátima Jardim, do Secretário-Geral da UCCLA, Vítor Ramalho, e do presidente da AEL (Associação Empresarial de Luanda) e do FELP [Fórum dos Empresários de Língua Portuguesa), Francisco Viana. Intervirão também no certame representantes de Moçambique, Macau, São-Tomé e Príncipe e Portugal, neste caso através dos presidentes das câmaras de Almada e Cascais.

A União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA) foi constituída a 28 de Junho de 1985, tendo como membros fundadores as cidades de Bissau, Lisboa, Luanda, Macau, Maputo, Praia, Rio de Janeiro e São-Tomé/Água Grande. O objectivo de convocar estas oito cidades, para uma união de cidades capitais de língua portuguesa, em quatro continentes África, Ásia, América do Sul e Europa - foi promover o intercâmbio de experiências e cooperação, e fomentar a partilha de conhecimento.

6.2 Governador de Luanda exorta a cooperação entre cidades de Língua portuguesa

Jornal O PAÍS
20 De Abril de 2017

Higinio Carneiro, que enquanto presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda lidera a mesa 'da Assembleia Geral da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), falava, ontem, na sessão de abertura da 33ª Assembleia Geral daquela organização, em Luanda:

"É tarefa dos presidentes de câmara e dos administradores municipais trabalharem em cooperação para oferecerem melhores serviços e deste modo melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos", exortou o general Higinio Carneiro.

Neste sentido, disse ainda o presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, a UCCLA tem proporcionado um ambiente de troca de experiências em vários domínios, entre cidades que falam português.

"Com o objectivo de partilhar e apreciar problemas comuns e também estudar soluções para os mesmo, este exercício louvável constitui-se num valor agregado na resolução de problemas que afectam os municípios no dia-a-dia", sublinhou.

A UCCLA foi criada a 28 de Junho de 1985 e congrega 41 cidades de países falantes da língua Portuguesa na Europa, América do Sul, Ásia e África, além de 40 empresas cooperantes.

A 33.ª Assembleia-geral da associação intermunicipal de natureza internacional decorre em Luanda e marca o fim da presidência rotativa exercida durante dois anos por Maputo (Moçambique).

a ocasião, o presidente da Comissão Executiva de UCCLA, David Simango, considerou como positivas as acções desenvolvidas por Maputo nos dois anos de liderança da organização.

"Realizamos várias actividades especiais, entre elas a exaltação da memória dos antigos estudantes do império através da celebração da passagem dos 50 anos da Casa dos Estudantes do Império. O segundo marco neste período da nossa presidência foi a inauguração da casa da UCCLA e esperamos que esta organização continue a crescer e a fortificar-se", apontou.

Santo António do Príncipe, em São Tomé e Príncipe, sucede a Maputo na presidência da Comissão Executiva da UCCLA, mantendo-se Vítor Ramalho como secretário-geral da organização e a cidade de Luanda como presidente da mesa da Assembleia Geral.

À margem desta assembleia-geral, os delegados participam hoje, em Viana, arredores da capital angolana, no fórum económico que tem como lema "Cidades Sustentáveis", dinamizado pela Associação Empresarial de Luanda.

6.3 Cidade do Lossambo dá dignidade aos cidadãos

Jornal de Angola

04 De Abril de 2017

Texto: António Canepa

A cidade da Caála, no Huambo, acolhe hoje o acto central das comemorações do 15º aniversário do Dia da Paz e Reconciliação Nacional, a ser presidido pelo ministro da Defesa Nacional, João Lourenço, em representação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Sob o lema "Paz, estabilidade e desenvolvimento", as comemorações do 15º aniversário do Dia da Paz e da Reconciliação Nacional foram antecedidas por inaugurações e visitas a vários empreendimentos sociais e locais de interesse económico e histórico da província.

À sua chegada, João Lourenço foi recebido pelo governador do Huambo e recebeu cumprimentos dos membros do Governo e da multidão que desde muito cedo o aguardava no aeroporto Albano Machado.

Momentos depois, inaugurou a centralidade do Lossambo, a 10 quilómetros da cidade do Huambo, antes de partir para a comuna da Catata, no município da Caála, onde procedeu igualmente à inauguração do Instituto Médio Politécnico, com capacidade de absorver 1.400 alunos em dois turnos, e a consagração do troço Cuima/Cusse da estrada nacional 354, que liga o Huambo à província da Huíla.

Melhores condições a centralidade do Lossambo, já obras foram executadas pela operadora Kora Angola, é um projecto integrado com todas as infraestruturas necessárias para facilitar a vida dos moradores.

A comunidade integra prédios de quatro pisos com oito apartamentos cada e moradias de um e dois pisos e conta com 2.000 habitações, das quais 1.482 apartamentos, 184 moradias térreas de tipologia T3 e 343 moradias de dois pisos. Além da implantação da rede de energia, sistema de tratamento e abastecimento de água potável, sistema de tratamento de águas residuais, a centralidade do Lossambo, a primeira a receber inquilinos na província, conta também com escolas do I e do 11º ciclo do ensino secundário com 12 e 24 salas de aula, com laboratórios totalmente equipados e com capacidade de receber 2.200 alunos em dois períodos (manhã e tarde).

A centralidade contempla também três jardim-de-infâncias, três centros infantis, um posto de saúde, 90 lojas, está desenhada para albergar 2.009 famílias e beneficiar directamente 14.000 cidadãos.

Para facilitar a circulação das pessoas e bens foram melhoradas todas as vias de acesso à centralidade e dentro as ruas estão devidamente sinalizadas para ordenar o trânsito e melhor ar também a imagem da mesma.

A centralidade contempla zonas verdes, locais para a recreação de jovens e crianças e conta com energia eléctrica 24 horas por dia. Até agora, já foram entregues 1.100 chaves e formalizados outros 1.600 processos para o acesso às moradias. A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, no acto de entrega da chave da centralidade ao governador provincial, João Baptista Kussumua, pediu aos habitantes da centralidade para cuidarem dos imóveis para que possam durar e continuar a beneficiar as gerações vindouras.

A empresa construtora, Branca do Espírito Santo pediu igualmente para prosseguir com obras de manutenção em todas as infra-estruturas colocadas à disposição da população do Huambo. No quadro das festividades do 15º aniversário do Dia da Paz e da Reconciliação Nacional, decorre, desde sexta-feira na cidade do Huambo, uma feira e exposição de produtos locais no Largo Saydi Mingas.

Hoje, antes do início do acto central, o ministro da Defesa vai depositar uma coroa de flores no túmulo do soldado desconhecido, no Cemitério Municipal de São Pedro, inaugurar um centro médico no bairro Kapango e um complexo escolar no bairro São Pedro.

6.4 Entregue as primeiras casas do Projecto Quiminha

Jornal O PAÍS

04 De Abril de 2017

O ministro da agricultura, Marcos Alexandre Lunga, fez a entrega, ontem, das primeiras casas construídas no Projecto Agrícola da Quiminha. São no total 300 casas, das quais 20 passarão a ser habitadas.

As residências, como parte do projecto, possuem toda uma zona de cultivo de produtos diversos que será explorada pelos camponeses contemplados, bem como por jovens com formação agrícola.

Acompanhado pelo governador de Luanda, Higino Carneiro, e pelo administrador do Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, Marcos Lunga exortou que os beneficiados a cuidarem bem das casas.

Todas as 300 casais a serem entregues está apetrechado nas suas traseiras com um hectare de terra destinadas à produção agrícola, bem como de uma estufa com o sistema de água instalado. Fala-se assim em 300 hectares disponíveis para produção de hortícolas nos próximos tempos.

Estamos a entregar também, para além das casas, as primeiras unidades empresariais, uma vez que o projecto detém 60 destas unidades. Hoje entregamos as primeiras cinco unidades para empresários que podem explorar, e estes terão direito a 50 hectares", sublinhou.

Quanto às questões relacionadas com o abastecimento de água, prevê-se a instalação de um sistema de rega para que em breve arranque a produção.

Da mesma forma, foram entregues 50 das 500 casas do Projecto Aldeia Solar, nas proximidades do Quiminha, onde os contemplados também poderão beneficiar de espaços para cultivo e auto-sustentabilidade, com acompanhamento dos quadros do sector da agricultura. Por seu turno, o administrador do Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, exortou aos populares para acolherem o projecto e não ficarem presos ao discurso de que o terreno é de seus antepassados, pois isto não ajuda em nada no desenvolvimento do município.

"Vamos ter mais emprego e mais comida. Este projecto já devia ter andado há muito tempo, mas tínhamos a situação das pessoas que diziam que esta terra não se pode mexer porque pertencia à mãe ou ao avô do fulano. Não pode ser assim. Temos de acreditar no desenvolvimento, vamos, junto dos

sobas, pedir que se mude este tipo de pensamento. O terreno é de todos", rematou.

6.5 João Lourenço inaugura centralidade para 14 mil habitantes

Jornal O PAÍS

04 De Abril de 2017

Texto: Dani Costa

O ministro da Defesa Nacional, João Gonçalves Lourenço, procedeu ontem à inauguração oficial da centralidade do Lossambo, arredores da cidade do Huambo, numa cerimónia testemunhada por responsáveis do governo central e do governador da província, João Baptista Kussumua.

Durante a inauguração, que aconteceu no âmbito das comemorações do 15º aniversário do alcance da paz no país, João Lourenço recebeu das mãos da ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, a chave da cidade, que posteriormente entregou ao governador do Huambo, João Baptista Kussumua.

O empreendimento, que começou a ser construído em 2012, possui 2009 unidades habitacionais, 90 espaços comerciais e deverá albergar 14 mil pessoas.

Tem ainda dois centros infantis, um jardim-de-infância, duas escolas primárias, uma secundária, assim como um posto de saúde.

Habitado há alguns meses, estão neste momento entregues 1100 imóveis dos 2009 construídos na centralidade e outros 600 estão em processo de entrega, num total de 1700 processos activos.

Segundo uma nota da promotora do empreendimento, Kora Angola, a centralidade será totalmente entregue até ao próximo mês de Maio. "Todas as habitações são de tipologia T3 e apresentam uma área de aproximadamente 100 metros quadrados. A centralidade Lossambo integra prédios de quatro pisos com oito apartamentos cada um e vivendas", lê-se ainda no documento distribuído aos jornalistas.

O responsável da Kora Angola, Rodrigo Manso, que apresentou o projecto aos presentes, entre os quais ministros, líderes de partidos políticos, oficiais das Forças Armadas Angolanas e responsáveis da província, esclareceu que, além de construir a centralidade, a sua empresa achou por bem desenvolver uma iniciativa vocacionada para a integração social dos moradores.

Segundo Manso, a Kora Angola está a trabalhar com a organização não-governamental OndjoYe tu para se educar a população sobre conceitos de cidadania e de pertença da centralidade por forma a salvaguardarem as infra-estruturas da centralidade ora inaugurada.

O conceito de mobilidade urbana, segundo o promotor, está patente em todas as infra-estruturas e projectos sociais existentes no Lossambo. Por exemplo, acrescentou Rodrigo Manso, as crianças podem ir às escolas sozinhas sem terem de se deslocar grandes distâncias e as famílias também têm os serviços de saúde dentro da centralidade. As escolas existentes estão preparadas para receber pelo menos seis mil alunos. Existem igualmente várias áreas verdes e de lazer. Foram também erguidas infra-estruturas que permitem o acesso sem constrangimento ao local, o que não ocorria anteriormente, principalmente na época chuvosa.

Em funcionamento estão ainda os sistemas de captação de água a partir do rio Cunhongamua, de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e a Central Térmica de Geração de Energia.

Juntamente com o Ministério do Urbanismo e Habitação ternos um papel crucial no processo de comercialização das vivendas. É um processo que tem sido conduzido de forma exemplar', disse o responsável da Kora Angola.

Por sua vez, a ministra do Urbanismo e Construção, Branca do Espírito Santo, disse que Angola está hoje a consolidar o lugar que conquistou no concerto das nações, aos níveis político, económico, social e cultural.

A governante realçou que o Governo angolano, "sob a sábia liderança do Presidente José Eduardo dos Santos aprovou o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, através do qual está a construir infra-estruturas e novas habitações para acomodar os milhões de angolanos que dela necessitam".

Branca do Espírito Santo considera que estas construções são urna resposta ao artigo 85º da nossa Constituição que promove o direito à habitação e à qualidade de vida'.

'Com esta inauguração estamos também a observar o direito ao alojamento consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas e cumprir com os objectivos da nova agenda urbana, no que diz respeito à habitação adequada para todos e o desenvolvimento dos assentamentos humanos sustentáveis num mundo em organização', garantiu ministrado Urbanismo e Construção.

A governante salientou que a Centralidade do Lossambo é um dos projectos enquadrados no Programa Nacional de Habitação que o Executivo tem estado a implementar.

As quotas de venda das habitações, segundo Branca do Espírito Santo, obedecem aos critérios de que 60.4 por cento serão em regime de renda resolúvel, 47.5 em arrendamento e 15 por cento para venda livre.

'O grande desafio que se coloca de agora em diante é a utilização cuidada da centralidade por parte dos beneficiários, por um lado, e a gestão da operação e a manutenção das infra-estruturas pelas entidades públicas gestoras, por outro lado', rematou a ministra.

6.6 Da casa de chapa a casa ecológica

Jornal O PAÍS

07 De Abril de 2017

O sol abrasador tomava conta do local e a do grupo procurava urna sombra enquanto se aguardava pela chegada do ministro da Agricultura, Marcos Lunga, que faria a entrega oficial das primeiras chaves das também conhecidas "casas ecológicas" do município de Icolo Bengo. Muitos dos moradores da comuna de Cassanzo fizeram-se presentes desde muito cedo, 7.00h, apesar da entrega ter acontecido apenas às 13h.

A ansiedade era tanta, não apenas pelo facto de terem esperado por mais de três anos para que as casas fossem entregues, também porque estão cansados de viver em condições precárias. Por isso, pouco se importam se terão de viver numa aldeia com muito capim a volta. São mais de SOO casas, todas equipadas com um sistema de energia solar, daí o nome de Aldeia Solar. Também foi construída uma escola, um hospital e uma central de tratamento de água para aqueles moradores que provêm dos bairros circunvizinhos, nomeadamente Cassanzo e Ongasanga.

Alexandre Soale vem do Cassanzo, onde vive há 10 anos, e considera as casas da Aldeia Solar melhores", também porque tem conhecimento de que ali terá água canalizada, coisa que não tinha em Cassanzo. Para o cidadão, não importa o tempo que demorou para receber as casas mas sim o gesto, porque "temos de reconhecer que é melhor viver aqui do que no bate-chapa", disse. O "bate-chapa" a que se refere o nosso entrevistado é a casa de dois quartos e urna sala feita de chapa onde vive atualmente. Desde ontem, vai poder contar com outra na Aldeia Solar,

de igual dimensão, mas com vantagem de possuir cozinha e casa de banho.

De acordo com Van-Duném Domingos, coordenador de Cassanzo há 15 anos, serão contempladas numa primeira fase 15 famílias e há previsões, apesar de não ter adiantado quando, de toda população do bairro vir a receber uma casa na nova aldeia. "É uma boa iniciativa e estamos muito ansiosos, porque demorou muito para vermos como são as casas dentro", explicou.

O bairro Cassanzo, que é maioritariamente constituído por casas feitas de chapas, ficou completamente desértico no dia da entrega das casas na Aldeia Solar. 'As casas são muito pequenas' Domingas Gaspar reclama a dimensão das casas, pelo facto de ter uma família nuclear extensa. Reclama também por causa das visitas que recebe e têm de ficar a dormir em sua casa. Para além de a casa ser pequena, como diz, e não chegar para toda a sua mobília, queixa-se também do facto de a cozinha estar colocada na parte exterior da habitação, o que a expõe ao risco de assaltos. "Haverá um dia que vamos nos esquecer de tirar a botija e o fogão de fora para dentro e vamos ter muita gente a ver serem roubadas as suas coisas", argumentou a cidadã, que confessou que apenas aceitou a casa por "não ter nada melhor".

Luzia Carlos, outra moradora, partilha da mesma opinião, de que as casas deviam ser maiores, dado o número de membros que cada família tem.

Um dos moradores do Ongasanga, outra localidade próxima, é de opinião que tais iniciativas dos governantes não devem parar por aqui, pois são muitos moradores que vivem em condições precárias, também na zona do Cabiri, por exemplo, ou na Junta. Horácio Adolfo vive há 17 anos no Ongasanga e de braços abertos recebeu a casa ecológica, mas sabe que nem todos os seus vizinhos serão contemplados e isso entristece-o.

Onde vivo, não posso dizer que é na miséria, mas é uma casa bate-chapa e com o sol que tem feito ultimamente não conseguimos ficar dentro. Esta que recebemos é pequena, mas já ajuda bastante conta.

6.7 Centralidade do Andulo elogiada pelos munícipes

Jornal de Angola

08 De Abril de 2017

Texto: José Chaves

Munícipes do Andulo, na província do Bié, elogiam o Governo pela construção da nova central idade, que vai permitir a acomodação condigna de muitas famílias da região.

Adelino Félix, de 22 anos, residente na vila do Andulo, disse ontem ao Jornal de Angola que a nova centralidade vai permitir que os jovens da circunscrição possam concretizar o sonho da casa própria. Já Helena Cassinda, 45 anos, funcionária pública, afirmou que a construção da nova central idade veio em boa hora, porque vai diminuir o défice habitacional para os funcionários públicos e os jovens.

A nova central idade é um projecto enquadrado no Programa Nacional de Habitação, traçado pelo Executivo, para diminuir o problema da falta de casas, principalmente e no seio da juventude e de funcionários públicos.

Os prédios da centralidade são de três pisos e os seus apartamentos do tipo T3. A centralidade do Andulo tem já concluídos e prontos para habitar 172 habitações, entre apartamentos e moradias térreas e de dois pisos. Além de uma rede de energia, o complexo dispõe de um sistema de abastecimento de água e outro de tratamento de resíduos.

A segunda fase da centralidade do Andulo vai dispor de edifícios habitacionais modernos, hospitais, escolas, quadras desportivas multiusos e uma rede viária com cinco quilómetros, mercados, centros comerciais e outras estruturas.

Neste momento foram concluídos os arruamentos e a pavimentação. Está em curso na centralidade a instalação da rede de saneamento básico, sistemas de abastecimento de água potável e de energia eléctrica domiciliar.

O projecto da nova cidade, construída numa área de 72.235 hectares, consta do Programa de Investimentos Públicos, com vista o desenvolvimento social e económico da província do Bié, onde está também em construção a centralidade do Cuíto.

O município do Andulo, que fica a 130 quilómetros do Cuíto, capital da província do Bié, tem uma superfície de 10.700 quilómetros quadrados e uma população de 258.161 Habitantes.

6.8 População dividida em relação ao pagamento de imposto predial

Jornal folha 8

08 De Abril de 2017

A maioria dos autóctones residentes na capital do país tem estado a colocar resistência, ao pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU), contrariando a expectativa anunciada em Janeiro por Miguel Panzo, director Nacional dos Serviços Fiscais da Administração geral Tributaria (AGT).

Na altura foi dada uma moratória para os cidadãos procederem com urgência ao registo e pagamento dos seus imóveis, sob pena do pagamento compulsivo dos impostos, em função das resistências. Os cidadãos não se intimidarão e em Abril, mas precisamente, no dia 05, a Administração geral Tributária decidiu prolongar o prazo até ao final de Abril, para o pagamento do Imposto Predial Urbano, com o qual pretende arrecadar, o equivalente, a mais de USD 213 milhões, no presente ano, Miguel Panzo declarou que, atendendo a condição social da população, o Estado estabeleceu limite de taxa "zero" para todos os imóveis, através de uma fórmula objetiva pontual, igualou inferior a cinco milhões de kwanzas, que não pagando o JPU, devem estar inscritos na matriz predial.

Quanto aos imóveis arrendados empresas com uma contabilidade organizada no acto de pagamento do imposto devem fazer o desconto de 15% (quinze por cento), ao mesmo tempo que têm a obrigação de no prazo de 30 dias, procederem a entrega deste valor aos cofres do Estado, ou seja, na repartição fiscal onde o imóvel está registado.

Quanto aos imóveis detidos pela habitação, o contribuinte tem a possibilidade de efectuar o pagamento em duas prestações anuais, sendo uma em Janeiro e outra em Julho,

O responsável da ACT reforça o facto da taxa do imposto Predial Urbano é de 0,5 por cento sobre o

montante do valor patrimonial que exceda os cinco milhões de kwanzas.

Ora, do ponto de vista legal, o Imposto Predial Urbano, não é um fenómeno novo na República de Angola, mas devido a alta do preço do crude, em anos anteriores, a administração de José Eduardo dos Santos, julgava, populisticamente, irrelevante a cobrança de imposto, que agora impõe a todos, quando a maioria nem tem os títulos de propriedade, que deveria ser a "medida inicial, para legitimar o acto.

"Eu ainda não paguei esse imposto, primeiro, porque não sei da sua importância, oiço falar um pouco, mas na verdade, não me vejo a pagar porque o país tem muito dinheiro. Segundo, todo mundo desconhece que destino foi dado as receitas vindas do petróleo, dos diamantes, do mercúrio etc", justifica Mónica Beatriz,

"Sou pobre, não vou conseguir pagar o imposto, o meu marido que até é antigo combatente não trabalha e não ganha pensão, olha, embora eu seja zungueira, todos em casa dependem de mim. Logo, não tenho possibilidades de pagar o imposto", lamentou júlia Fernandes.

Mais contundente, João Cagengo,' morador no Cazenga, questiona: "O Governo exige ao povo o pagamento de imposto, já se dignou a explicar ao povo, onde foi que colocou o dinheiro arrecadado no tempo das vacas gordas petrolíferas?" Pelos vistos, há muita gente alinhada na decisão em não pagar ou mesmo protelar o IPU, por achar insensato, tal cobrança em tempo de crise, como Edgar Bumba,

Como tudo na vida, também, neste debate, não existe unanimidade, pois alguns advogam a urgência no pagamento do IPU, como Raul Muenho, morador do São Paulo, que ousa catalogar, de forma excessiva, os resistentes de analfabetos.

"É só aqui (Angola) que o cidadão espera que o governo cria brigada de fiscalização para passar porta a porta, persuadindo-o a pagar o imposto predial, quando noutros países, isso já não é problema para ninguém. Só mesmo um indivíduo analfabeto e vazio se nega a pagar este imposto", disse, acrescentando, "outros até ironicamente, perguntam onde foram canalizados os dinheiros que o Estado arrecadara do petróleo ao longo dos anos, Isso é brincadeira, então as estradas, os catamarãs, as centralidades, o novo aeroporto, as pontes, os hospitais e muitos outros projectos não foram resultados dos lucros do petróleo?", Questionou o defensor da administração de José Eduardo dos Santos.

No mesmo diapasão, um pouco mais comedido, Jorge Rafael advoga como importante o pagamento do imposto, para depois se cobrar melhor prestação de serviço a população por parte dos dirigentes. Por seu turno, o economista e professor na Universidade Católica de Angola, Dala Francisco Linha, considera ser obrigatório o pagamento do Imposto Predial urbano, por parte dos singulares e em presas, por serem receitas, utilizadas pelos agentes do Estado, para sectores de serviço público, como a saúde e a educação.

"O Imposto Predial Urbano é um valor monetário que cada cidadão deve pagar ao Estado pela posse, detenção, usufruto de imóvel ou de rendas referentes a imóveis. Este imposto incide sobre o valor patrimonial dos prédios, casas, moradias, terrenos ou sobre o seu rendimento caso estejam, arrendados", disse, acrescentando, que, "para o nosso bem socioeconómico, aconselho os cidadãos a pagarem os impostos e a se informarem como estão a ser gastos, porque os cidadãos que se negam ao pagamento do IPU, serão responsabilizados judicialmente, ou seja, responderão em tribunal", informou morador da zona do 11 de Novembro, "ao invés de aumentarem os preços dos serviços básicos, deviam cortar alguns benefícios materiais aos deputados, ministros secretários, governadores até administradores cadeia, então as estradas, os catamarãs, as centralidades, o novo aeroporto, as pontes, os hospitais e muitos outros projectos não foram resultados dos lucros do petróleo?", questionou o defensor da administração de José Eduardo dos Santos. No mesmo diapasão, um pouco mais comedido, Jorge Rafael advoga como importante o pagamento do imposto, para depois se cobrar melhor prestação de serviço a população por parte dos dirigentes. Por seu turno, o economista e professor na Universidade Católica de Angola, Dala Francisco Linha, considera ser obrigatório o pagamento do Imposto Predial urbano, por parte dos singulares e empresas, por serem receitas, utilizadas pelos agentes do Estado, para trabalhadores, pois, para além dos desvios e roubos, do erário, são estes senhores e respectivos filhos que também viajam às custas do Estado em classe executiva, logo escancarando os corres do país", acusou.

6.9 Antes de cobrarem, eduquem-nos sobre o IPU

Jornal O PAÍS

11 De Abril de 2017

Saudações cordiais! Amigos do jornal O PAIS, escrevo esta carta para reclamar algo que para Muitos pode parecer fora de hora, mas para mim nunca é tarde para reivindicar' A Administração-Geral

Tributária (AGT) está a cobrar -nos o Imposto Predial Urbano (IPU), obrigatoriamente, cujo prazo foi prolongado até final de Abril E importante que se diga que muitos dos angolanos não vão pagar este tal IPU, e não é porque não têm dinheiro, mas porque não estão informados (porque não foram informados) sobre a sua importância; sobre onde vai parar o dinheiro pago; como este dinheiro se vai refletir na sua vida enquanto cidadão angolano, nem para quê deve pagar.

A AGT, como se diz comumente, não fez bem o trabalho de casa que consiste primordialmente em educar a população, em colocar na mente do cidadão a cultura de pagar os impostos e a sua importância. Não acredito muito que nas zonas suburbanas da cidade capital, onde certamente poderemos encontrar casas avaliadas em mais de 5 milhões de Kz, não exista pessoas sem nenhuma informação sobre este impostos. Não acredito que a minha avó em Benguela que certamente tem um terreno, que nem eu a neta sei de quantos hectares são, cujo custo poderá passar os 5 milhões de Kz sabe alguma coisa sobre Imposto Predial Urbano.

Houve um processo rápido de transmissão de informação sobre o IPU que as pessoas não tiveram tempo suficiente de digerir a mensagem. O que pode vir a acontecer é que os tais fiscais da AGT ao tentarem, porta a porta, cobrar o imposto sejam agredidos pelo cidadão, Espero que isso não aconteça, mas meus amigos da AGT é melhor que estejam preparados para isso. Neste tempo de crise, bater a casa do cidadão que ontem trabalhara numa petrolífera, por exemplo, e hoje foi despedido e tenta sobreviver, para cobrar -lhe um imposto novo e que não está acostumado a pagar ...Não é coisa fácil. Se lixo, água e energia é que se vê. Quanto mais IPU? A ver vamos!

6.10 «A construção civil é o segundo empregador depois do Estado»

Novo Jornal

13 De Abril de 2017

Texto: Hortêncio Sebastião

Como avalia o actual momento no sector da construção civil no país?

O sector da construção civil observou, de há um tempo a esta parte, um grande crescimento que estava a permitir o fomento das empresas nacionais, a criação de emprego e o financiamento das famílias para a obtenção de paz social.

Com a crise, conhecemos uma fase complicada, que começa a ter alguma luz no fundo do túnel. Também começa a haver vontade política para melhorar a forma de adjudicação das obras para o fomento das empresas nacionais.

Com que realidade as empresas angolanas se confrontam hoje?

Poucas empresas estão a conseguir sobreviver. Muitas morreram e algumas estão desmaiadas.

Tivemos empresas interessadas em grandes projectos, mas a sua estruturação e a vontade do bem-fazer colidiram com a indisponibilidade do Executivo, já que o maior cliente das empresas é o Estado.

O Estado deixou de ter possibilidade de pagar às empresas e a própria concorrência também entrou numa fase desleal.

Temos de encontrar valências por parte de instituições, como o Tribunal de Contas, para haver um maior equilíbrio na adjudicação das obras e honestidade nos concursos. Estamos a dialogar com o Executivo para encontrar caminhos para sair desta situação.

Estamos também a gizar com um banco programas concretos para ajudar as empresas nacionais a saírem desta situação em nos encontramos.

Quando fala de práticas ou concorrência desleal, a que se refere?

Estou a falar dos lóbis. Porque, infelizmente, as coisas funcionaram através deste canal" e com financiamento externo.

Não havendo disponibilidade financeira no país, recorreu-se ao financiamento externo, que Angola vai pagar, mas que, infelizmente, beneficiou grande mente as empresas estrangeiras e praticamente não criou emprego.

Estes financiamentos beneficiaram em larga escala as grandes empresas que empregam pouco, porque quem fomenta o emprego são as pequenas e médias empresas. E isto tem uma carga social pesada.

Conhecemos todos os esquemas, e como o mercado não é tão transparente, beneficiou uns e prejudicou outros.

Beneficiou mais as empresas nacionais ou as estrangeiras?

As estrangeiras, ditas nacionais. São elas que recebem estes financiamentos e depois sustentam as empresas de direito angolano.

É preciso distinguir as empresas de angolanos e as empresas de direito privado angolano. E algumas têm empresas-mãe de direito estrangeiro nos seus países.

Porque é que construir em Angola ainda é tão caro?

Os custos dos materiais de construção são altos.

Por exemplo, a produção nacional de ferro ou aço, materiais que são usados praticamente em qualquer tipo de obra, ainda não responde à procura, com maior incidência sobre o ferro. A produção é insuficiente em quantidade e qualidade.

O preço do cimento é dos mais caros da África Subsaariana, mesmo com a produção nacional. Ainda se compra cimento mais barato na Namíbia do que aqui, em Angola.

Os preços praticados no imobiliário, sobretudo o habitacional, ainda se justificam?

Os preços nunca se justificaram, mesmo na altura boa do petróleo. Os preços eram uma artimanha do mercado. Era tudo uma questão de marketing. Porque havia gente aí para desperdiçar dinheiro.

A crise teve o efeito de nos ensinar a não gastar dinheiro desnecessariamente.

Temos estado a fazer alguns pronunciamentos, de forma didáctica, a alertar para esta situação.

Não há concertação para tornar os preços mais acessíveis?

Temos falado com o Executivo. E começamos a ter bons sinais com a actual ministra da construção.

Nos pronunciamentos políticos temos estado a ouvir a necessidade de reduzir as gorduras nas empreitadas e não só. Parece que há vontade política de fazer com que os custos de produção baixem e esperamos que esta vontade continue.

Vamos dar o nosso melhor porque está na hora de as empresas nacionais de construção civil reaparecerem, mas é preciso que se mantenha a lealdade da concorrência.

Fala-se que as empresas nacionais não são contratadas porque não constroem no tempo acordado e com qualidade. Concorda com esta ideia?

Não é verdade. Repare que a maior parte das grandes empresas estrangeiras aqui tem angolanos.

O lóbi estrangeiro é que funciona muito bem aqui dentro. E é preciso desmistificar isso. É preciso começar a tirar a carga da intriga económica sobre esta matéria das adjudicações.

O problema é que as empresas estrangeiras recebem dinheiro dentro das linhas de financiamento deles e os angolanos têm de se bater para poderem apanhar o seu dinheiro. Esta é o ponto crucial do problema.

O problema não está na nossa incapacidade de realização. Os engenheiros que estão nas grandes empresas são angolanos e muitos deles estudaram nas mesmas escolas que os estrangeiros e foram melhores alunos.

Isso é uma grande mentira. Não há falta de qualidade nas nossas empreitadas, há sim falta de lealdade nos pagamentos.

Conhecemos muita gente bem-falante que andou na praça de Espanha a vender roupinhas e depois põe um fato e gravata e vem convencer que são grandes técnicos. E, infelizmente, alguém compra este serviço.

São os estrangeiros que dominam o mercado da construção no país?

Claramente. Mesmo sem dados estatísticos, não tenho receio em afirmar que 90 por cento do sector da construção civil está nas mãos de empresas estrangeiras.

As empresas angolanas lutam pela pequena fasquia que resta do mercado. E, muitas vezes, humilham-se para poderem ter algum trabalho.

Por exemplo, hoje não conhecemos a carteira nacional de obra. E uma associação como a nossa deveria ter estes dados. Mas isso não acontece.

De quem é a culpa?

Não conhecemos porque não interessa quem decide. A Associação não é olhada como parceira social e o associativismo ainda é olhado como um sindicato de reivindicadores.

Temos de passar a olhar para o associativismo como um parceiro e não como um adversário.

É preciso apostar nos angolanos porque o mercado é nosso. E isto não é complexo, a única coisa complexa aqui é fazer crescer as empresas nacionais.

Para além de serem donas do mercado, não é preciso também saber fazer?

Os angolanos estão nas grandes empresas de construção no país.

Existem empresas estrangeiras que vieram para o país na condição de darem assistência e transformaram-se em nossas assistentes, cresceram e hoje são as gigantes do mercado.

E as nossas empresas como, por exemplo, a Constrói não são nada! Como é que isso se explica?

Haverá intenção de prejudicar as empresas nacionais?

Costumo dizer que, se fomos capazes de fazer a paz, também somos capazes de reorganizar o país, de melhorar a vida dos angolanos.

Quais são as soluções para alterar este quadro?

Vontade política e acreditar nos angolanos.

As empresas estrangeiras têm acesso a financiamentos bancários, mas as empresas angolanas não conseguem estes empréstimos. Algo se passa.

Há muitas empresas a morrer por falta de pagamentos do Estado?

Com certeza. O estado está a tentar regularizar. Vai começar agora nos atrasados, pagando as dívidas pequenas. Mas isto só não basta.

9.11 Gestão das centralidades A heresia enfadonha

Jornal O PAÍS

14 De Abril de 2017

Vista à lupa, a forma como se vai fazendo a gestão dos novos projectos habitacionais construídos pelo Estado, para garantia da melhoria da condição de vida de algumas famílias, essencialmente em Luanda, é uma autêntica demonstração de incompetências, falta de rigor na gestão do património público e um completo desrespeito ao cidadão e às normas no âmbito do planeamento e gestão urbana.

Quem vive ou passa pelas diferentes centralidades habitacionais ou mesmo pelos diferentes projectos habitacionais que resultam de fundos públicos, apesar de zonas habitacionais novas, muitas delas com menos de 10 anos de vida, é submetido a grandes atropelos das regras de convivência, da gestão de resíduos e na prestação de outros serviços essenciais

que concorrem para o funcionamento sustentável das grandes cidades.

Numa total disputa entre a falta de autoridade e o excessivo abuso do poder, estes espaços habitacionais transformaram-se num verdadeiro caos, onde cada um, à sua maneira, faz o que quiser e bem entender. Enquanto isso, assiste-se a um uso indevido do poder de quem tem autoridade, que se resume no reboque de viaturas e aplicação de multas.

Na verdade, nas "barbas das autoridades", a história vai se repetindo e os espaços vão sofrendo transformações descabidas, numa clara projecção a futuros subúrbios, ou seja, muito próximo da confusão e da loucura.

E a questão que se coloca é: caminhamos para esse ponto de! Não retorno por mera incompetência, por vaidade, por insuficiência de recursos ou por mera acomodação?

Mas então, meus senhores, o que se passa connosco? O que se passa com a nossa forma de pensar? Por que é difícil partirmos para acções que interessam à colectividade? Até quando viveremos ao sabor do vento? Se para a parte "velha" da cidade de Luanda, a justificação que tem sido dada para os problemas com saneamento básico, com a ' descaracterização e desordem estrutural e com a total falta de mobilidade urbana, prende-se com o facto de "ter sido construída para apenas 500 mil habitantes", para as novas centralidades tais desculpas não se aplicam, justo porque elas foram construídas na base dos padrões modernos, sendo que o que lhes falta, apenas, é uma gestão profissional, competente e, acima de tudo, visionária, que traduza, por via da criatividade, a "inteligência racional", a ordem, a Tranquilidade e a lucidez.

Por exemplo, não podemos continuar a fazer gestão da Urbanização Nova Vida como se de um Bairro antigo se tratasse, o mesmo dizemos de todos os "zangos dessa vida". Não funciona, não interessa e é totalmente descabido observar que um cidadão, por ter o cargo público que tem, pode destruir, cortar, sujar, poluir e até descaracterizar os espaços públicos porque manda e ninguém pode demandar sobre ele responsabilidades.

Tão enfadonha é a forma como são indicados e/ou promovidos os gestores das centralidades e novas cidades, numa clara violação de princípios que norteiam a boa gestão, o bom senso e a ética na convivência.

A gestão das cidades deve estar para além da participação político-partidária dos cidadãos e da

conveniência de determinados ciclos de interesse. Engana-se quem pensa que está a fazer um favor partidário quando nomeia um gestor incompetente para um cargo que exige saber e inteligência Suficiente para a sua efectividade.

É ainda triste observar que o conjunto de atitudes medonhas passa ao de cima, sem qualquer atenção ou responsabilização e, enquanto isso, o património público vai se desgastando como se não interessasse a ninguém a garantia de bem estar social dos cidadãos.

Sempre acreditei que com o surgimento das novas cidades e centralidades, ensaios sobre um possível modelo de gestão urbana seriam feitos, onde as cidades se tornariam autossustentáveis e podiam servir de protótipo para os primeiros passos para a descentralização e possível realização das autarquias.

Mais uma vez sentimos que estamos enganados e que de uma ilusão se trata, quando acreditamos que seríamos surpreendidos.

A necessidade do progresso, de ideias novas, de novos modelos que inspiram o crescimento, exige a adaptação e experiência do velho mas, também, impõe que se retirem os maus hábitos que podem pôr em causa a ordem.

É preciso acabar com a desordem dos "zangos da vida", é preciso acabar com a ideia de que "vale tudo" quando de condições para os cidadãos mais pobres se trata. Não podemos continuar a alimentar as heresias em que se transformou a gestão das centralidade habitacionais, onde, pesar de modernas, o cidadão tem os mesmo problemas que o indivíduo que vive nos bairros periféricos-de Luanda.

Partamos para um sistema de governação mais hegemónico na tentativa da promoção do padrão de desenvolvimento urbano. Não bastará as requalificações e nem um pouco a construção de mais centralidades que pautem, simplesmente, por padrões convencionais de planeamento e modernização dos espaços urbanos. É preciso sim, que se prime por uma gestão criteriosa e responsável, que vele, acima de tudo, pelo interesse público. Portanto, assume-se urgente aguçar a nossa sensibilidade e transformar numa espécie de modernização combinada, as valências humanas, o espírito jovem da grande maioria da população e a riqueza ambiental que se nos oferece e fazermos das cidades, tal como fazem as outras sociedades, "protagonistas essenciais do desenvolvimento". O País merece e nós agradecemos!

6.12 Milhares de famílias no Bié melhoram condições de vida

Jornal O PAÍS
14 De Abril de 2017

José Fernando Tchatuvela reforçou o apelo aos cidadãos para se dirigirem às administrações municipais, a fim de obterem terrenos para auto-construção dirigida, evitando a ocupação ilegal de parcelas de terra.

Quanto à comercialização de casas nas centralidades do Cuito e do Andulo, cujo programa foi apresentado à população local, numa cerimónia orientada pelo governador Boavida Neto, o vice José Fernando Tchatuvela sublinhou que 1.391 residências vão ser reservadas para funcionários públicos e 1.393 para o público em geral. O vice-governador disse que os apartamentos vão ser vendidos através dos modelos de renda resolúvel, arrendamento e pronto pagamento. "O arrendamento fica no valor de 12 mil kwanzas por mês, a renda resolúvel por 39 mil, ao passo que, para compra, o cidadão deve pagar 50 por cento do valor, numa primeira fase."

José Fernando Tchatuvela afirmou ainda que os apartamentos estão orçados em 12 milhões de kwanzas, para serem pagos num prazo de 25 anos, tendo salientado que o morador vai responsabilizar-se pelas taxas de saneamento, energia eléctrica e água potável, entre outros serviços prestados no projecto.

Lisura do processo

O governador provincial do Bié, Boavida Neto, reafirmou que o governo local vai primar pela leis e transparência na comercialização dos apartamentos das centralidades do Cuito e do Andulo.

O Governo pretende atingir a justiça social, por isso, as autoridades não vão permitir a entrega de casas para cidadãos que já possuem este bem", esclareceu Boavida Neto.

Para tal, o governador avançou que criou uma equipa de fiscalização, através do sector Técnico e Infra-estruturas e das Obras Públicas e Urbanismo, em parceria com a Kora Angola, para se evitar anomalias durante a comercialização de residências. Bié conta com 1.455.255 habitantes, sendo que 763.632 são do sexo feminino.

6.13 Comercio com a china cresce mais de 42%

Jornal O PAÍS
19 De Abril de 2017

Nos primeiros dois meses do ano as exportações angolanas para a China cresceram quase 50% em relação ao mesmo período de 2016. No seu conjunto, as trocas comerciais entre os dois países aumentaram, no período, 42,4%

Embora as compras que Angola faz ao país asiático tenham decaído 7,21% no referido período, as feitas por Pequim a Luanda subiram 48,69%, o que terá muito a ver com a recuperação do preço do petróleo - Angola é o terceiro fornecedor de crude da China - e faz que as trocas comerciais entre os dois países tenham aumentado 42,4%.

Em Janeiro e Fevereiro as exportações angolanas para a China atingiram USD 3,23 mil milhões, tendo o país asiático vendido a Angola produtos no valor de USD 252,1 milhões. No conjunto, as trocas comerciais entre os dois países elevaram-se a perto de USD 3,5 mil milhões, com o balanço comercial a pender fortemente para o lado nacional.

E a subida no valor do comércio entre os dois países deu-se sobretudo em Fevereiro, já que os dados respeitantes a Fevereiro, compilados pelos Serviços de Alfândegas chinesas e divulgados pelo Fórum Macau, indicam que de Janeiro para Fevereiro se verificou um recuo superior a 27,8% no intercâmbio comercial entre Angola e China, com as exportações para o país asiático a quebrarem quase 50% em relação a Janeiro e as importações a reduzirem-se em quase 26%.

Os números agora divulgados, que traduzem uma clara recuperação no valor das trocas comerciais nos dois primeiros meses deste ano face a igual período de 2016, podem indiciar uma inversão na tendência de descida do valor apurado no comércio entre os dois países nos últimos três anos.

Com efeito, desde o início da crise petrolífera o valor das trocas comerciais entre Angola e China caíram para menos de metade, em linha com a amplitude da descida do preço do barril de petróleo. Em 2014 o valor global do comércio entre os dois países ascendeu a USD 37,1 mil milhões, com as

exportações angolanas para o país asiático a alcançarem USD 31,09 mil milhões. No final de 2016 o nível das trocas descera para USD 15,57 mil milhões, com as exportações de Angola para a China a cair para USD 13,81 mil milhões.

Mas também a importação de bens e serviços chineses registou um recuo considerável, fruto do impacto da queda do preço do crude sobre a economia nacional. Em 2014 Luanda importou de Pequim bens e serviços no valor de USD 5,97 mil milhões. No ano seguinte o valor desceu mais de dois mil milhões de dólares, para se situar, em 2016 em USD 1,76 mil milhões.

Segundo parceiro

Angola mantém a sua posição de segundo parceiro comercial da potência asiática entre os países de língua portuguesa. Se o Brasil, o principal parceiro comercial da China naquele grupo de países, apresenta um valor de trocas comerciais com a China que praticamente triplica o registado por Angola, este é quase cinco vezes superior ao apresentado por Portugal (pouco mais de USD 700 milhões).

De referir que, no seu todo, os países da comunidade de língua portuguesa (CPLP) aumentaram as trocas comerciais nos primeiros dois meses do ano e face ao mesmo período de 2016 em USD 3,65 mil milhões. No período o valor global das trocas situou-se em USD 14,84 mil milhões, com a China a vender aos países de língua portuguesa bens avaliados em USD 4,56 milhões e a importar produtos no valor de USD 10,28 mil milhões.

Se o comércio entre a China e os países de língua portuguesa cresceu, em termos homólogos, 32,64%, tal fica a dever-se ao contributo de Angola e do Brasil (35,64%), com Cabo Verde e a Guiné-Bissau também a apresentarem uma evolução positiva na comparação dos dois períodos. Cabo Verde e Guiné-Bissau também apresentam, no período em questão, uma subida nas relações comerciais, mas estas têm uma expressão bem menor e reduzem-se a exportações chinesas. Já o comércio entre a China e Portugal e Moçambique, os mais parceiros a seguir a Angola e Brasil declinou (12,84% e 1,44%, respectivamente). São Tomé e Príncipe e Timor Leste apresentam, no período, recuos na sua evolução e o comércio com a Guiné Equatorial não é considerado.

6.14 PGR comprova autenticidade dos contratos na centralidade do Kilamba

Jornal O PAÍS

19 De Abril de 2017

Texto: Norberto Sateco

O representante da Procuradoria-Geral República na Centralidade do Kilamba disse a OPAÍS estar na posse de "um número elevado" de contratos falsos, sem, no entanto, o ter revelado. 'Na verdade, existem uns tantos moradores na condição de fraudulentos', disse Nelson Lima.

Mais adiante, explicou que as denúncias dos casos só foram possíveis graças às participações feitas ao Ministério Público e também por intermédio dos agentes dos Serviços de Investigação Criminal (SIC), sobre este tipo de crime.

Trabalhámos com todas as imobiliárias que participaram no processo de distribuição dos imóveis, no sentido de se apurar realidades e aferir autenticidades dos contratos celebrados assegurou.

O processo em curso tem por finalidade a procura da verdade material para, depois, "assim que estiverem reunidas todas as provas, serem os culpados penalizados criminalmente", disse.

Fontes policiais afirmam existir supostos burlões que se fazem passar, geralmente, por funcionários das imobiliárias ou por familiares de funcionários das mesmas. Os argumentos usados são vários, sendo um deles o de passar a ideia de que eles têm facilidades em adquirir imóveis e em alguns casos alegam ter apartamentos de que pretendem fazer trespasses.

Na reunião de Janeiro último, que envolveu a PGR e as imobiliárias, designadamente a Imogestin (empresa gestora das novas centralidades construídas pelo Governo), os participantes admitiram a possibilidade de boa parte dos moradores da centralidade do Kilamba estarem em situação ilegal.

Para Nelson Lima, é por esta razão que a PGR tem estado a desenvolver uma plataforma de cooperação junto das imobiliárias, de modo a pôr cobro à ilegalidade.

Queremos tentar devolver que é de direito aos legítimos compradores", esclareceu o responsável do Ministério Público, numa altura em que o Governo anuncia a venda de mais residências um pouco por todo o país.

Para ele, a situação é "deveras preocupante" e é alimentada, em grande medida, pelas próprias vítimas' devido à falta de uma cultura jurídica, o que não lhes permite conhecer os seus direitos e deveres.

A fonte concluiu assegurando que existe um "grupinho" de burladores natos, com um maior número de processos, tendo sido alguns deles já introduzidos em juízo. Os crimes em abordagem são praticados maioritariamente por mulheres, segundo a fonte.

Um dos casos de burla que abalou Luanda em Janeiro último, envolveu a cidadã Angolana identificada como Núcia de Almeida Baptista, rotulada por 'Baronesa do Kilamba'. A cidadã é acusada de ter burlado mais de 300 pessoas, entre os anos de 2013 e 2014. De acordo as vítimas contactadas na altura por este jornal, foram-lhes dadas promessas de facilitar a compra de casas na centralidade do Kilamba, em Luanda. Nesta negociata, ela terá facturado perto de 2 milhões de dólares. Neste momento encontra-se em liberdade por ter beneficiado da Lei da Amnistia aprovada no ano passado.

Ao intervir no acto - testemunhado pelo governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, e pelo embaixador da China em Angola, Cui Aimin - o ministro da Construção, Artur Fortunato, destacou que o acordo confirma o papel do Estado "de promotor e regulador, como factor e condição de estímulo ao investimento privado'.

6.15 Executivo garante construção de infra-estruturas para mais 10 mil casas no kilamba

Jornal Kratós

28 De Abril de 2017

Estado vai garantir a criação de infra-estruturas na segunda fase de edificação da Cidade do Kilamba, assumindo, ao contrário do que aconteceu na primeira fase, a construção da rede viária e dos sistemas de água e energia, iluminação pública, telecomunicações, águas residuais e pluviais, assim como espaços verdes.

A empreitada, orçada em mais de 607 milhões de dólares, deverá ser executada em 28 meses, conforme acordo de consignação assinado hoje.

O compromisso foi rubricado por António Teixeira Flor, e representação do gabinete de coordenação para as construções e desenvolvimento urbano das cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco e por Hu Ping, da construtora chinesa CITIC Construction.

Designado como "Georreferência", o projecto foi concebido para a gestão de clientes que permitirá a empresa cadastrar cada ponto de consumo, identificar os clientes, a sua localização geográfica bem como o tempo de contrato e as condições de abastecimento de água, ou seja, a forma como lhes é prestado o serviço.

Em declarações à imprensa, por ocasião da inauguração do edifício-sede da EPAL no Talatona, o engenheiro explicou que desde o final do mês de Outubro de 2016 que procedem à recolha de dados dos clientes dos bairros, designadamente o Cruzeiro, a Maianga, o Alvalade, o Kilamba, o Miramar, o Maculoso, o bairro Militar, o projecto Nova Vida e os Mulenvos. Prevê-se concluir esta fase no segundo semestre do ano em curso e posteriormente cadastrados todos os utilizadores dos seus serviços na capital do país.

Nesta vertente, Alexandre Chímucó enfatizou que estão a trabalhar em parceria com uma equipa de empreiteiros do projecto de Ligações Domiciliares", desenvolvido também pela EPAL, para que os dados desses clientes também constem da referida base.

Já fizemos duas experiências piloto nos bairros do Alvalade e do Cruzeiro. Estamos prontos para dar sequência à recolha de dados.

A partir de Julho serão introduzidas no sistema informático os dados dos primeiros clientes cadastrados", aprazou.

7. TERRA

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 EPAL terá novo sistema de localização de clientes

Jornal O PAÍS

04 De Abril de 2017

Texto: Afrodite Zumba

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), procede ao levantamento de dados pessoais e de localização geográfica dos seus clientes para inseri-los numa base de dados, com o objetivo de melhorar a sua prestação de serviços, afirmou ontem, o responsável do projecto, Alexandre Chimuco.

8.2 Abastecimento de água é reforçado em Saurimo

Jornal de Angola

08 De Abril de 2017

Texto: Kamuanga júlia

A vida dos habitantes da localidade de Camumbambala, a quinze quilómetros de Saurimo, melhorou, com a entrada em funcionamento de um sistema de abastecimento de água, com capacidade para bombear 50 mil litros por dia.

O novo sistema de abastecimento de água, inaugurado ontem pela governadora provincial da Lunda Sul Cândida Narciso, foi construído no âmbito do Programa de Combate à Fome e à Pobreza, num prazo de dois meses, e conta também com uma lavandaria comunitária e quatro Chafarizes. O encarregado da obra, João Rombas, afirmou que a

rede de distribuição permitiu aumentar o número de ligações domiciliare e em escolas e postos de saúde.

Depois do corte da fita, a governadora provincial Cândida Narciso ressaltou que, com a paz efetiva no país, a localidade regista melhorias significativas. No sector da Educação, acrescentou, a localidade conta com mais duas escolas, uma do primeiro ciclo e outra do ensino primário. A governadora enalteceu o apoio das igrejas, pela sua contribuição na educação das crianças da localidade. Cândida Narciso reafirmou o compromisso de continuar, de forma paulatina, a construção de infra-estruturas sociais, para impulsionar o desenvolvimento sustentável da província e satisfazer as necessidades básicas da população. Para contribuir no combate à fome e pobreza, Cândida Narciso solicitou a dedicação de todos.

A governadora provincial reiterou a necessidade dos moradores garantirem a higiene nos arredores das suas casas, a fim de se evitar a propagação de mosquitos, causadores do paludismo. Aos pais e encarregados de educação, Cândida Narciso pediu diálogo permanente com os filhos, incentivando-os a apostarem nos estudos, para garantirem o seu futuro e contribuir para o desenvolvimento do país.

O regedor da localidade, Daniel Satxinene, elogiou a iniciativa do Governo de instalar o sistema de água, que vai poupar esforços às famílias, que percorriam cerca de sete quilómetros em busca de água. Do

leque de preocupações apontadas pelo regedor, constam a falta de medicamentos no posto de saúde, transporte, sementes agrícolas e chapas de zinco para a construção de casas.

8.3 Estações de tratamento de água são orgulho

Jornal de Angola

10 De Abril de 2017

Texto: Vladimir Prata

A construção das Estações de Tratamento de Água e de Águas Residuais (ETA e ETAR) da cidade de Moçâmedes, capital do Namibe, constitui o maior benefício material da província nos últimos cinco anos. Até bem perto do final do ano passado, o Namibe beneficiava somente de abastecimento de água bruta, através da rede de captação, armazenamento e distribuição, com as mínimas

condições de tratamento. Hoje, o tratamento do líquido é eficaz, num projecto que custou aos cofres de Estado cerca de cem milhões de dólares norte-americanos.

O investimento permitiu a substituição, por completo, da antiga rede de distribuição com cerca de 60 quilómetros e a construção de um novo sistema com mais de 30 quilómetros, no perímetro urbano, e outro com 76 quilómetros no bairro 5 de Abril, o mais populoso da capital da província. Foram abertos mais quatro furos de sucção e, com os três que já existiam, a cidade passou a contar com sete furos de captação de água, ligados a eletrobombas com capacidade de 215 metros cúbicos por hora.

O novo sistema dispõe de filtros especiais, capazes de reduzir a quantidade de ferro e de outros minerais. A capacidade de armazenamento de água também aumentou consideravelmente, de cerca de 600 para 20.600 metros cúbicos, o que permite, em caso de necessidade, abastecer a cidade e arredores durante cinco dias sem recurso a quaisquer outras fontes. Para tal, foram construídos dois tanques de 10 mil metros cúbicos cada.

Mais de 35.000 ligações domiciliare foram estabelecidas, mas a meta é atingir mais de 40.000 beneficiários, contra os 15.000 existentes antes da implementação do projecto.

Com todo este esforço, a capacidade diária de produção de água potável é agora cinco vezes superiores, garantida para os próximos 35 anos.

O diretor provincial da Energia e Águas do Namibe, Arlindo Tavares, não esconde o orgulho pela construção destes empreendimentos, o que o leva a destacar o novo sistema de filtração com bombas doseadoras, para indução do líquido. Os dois tanques de armazenamento dispõem de uma adutora de 600 milímetros, que percorre uma distância de mais de seis quilómetros para distribuição de água à cidade de Moçâmedes, e outra que parte da estação de captação do Benfica até à ETA, também de 600 milímetros de diâmetro, e mais uma de 250 milímetros de diâmetro que foi reaproveitada.

"Estamos ainda na primeira fase do projecto, mas podemos afirmar com orgulho que estamos bem servidos", enfatizou. Nos últimos dias, a pressão na distribuição aumentou, já que toda a captação a partir de Benfica está redimensionada e tem energia elétrica para suprir a capacidade instalada.

A ETAR também já entrou em funcionamento, após a instalação de uma estação elevatória de águas Residuais, onde é feito o tratamento especial até à

evacuação. "Se observarmos, na cidade já não existem aquelas águas que fedem por todo o lado, fruto deste novo empreendimento", explicou.

Arlindo Tavares lembrou que no início do projecto nem tudo foi um "mar de rosas". Desde a preparação dos terrenos, houve alguns constrangimentos, mas foram superados com o envolvimento da população do bairro 5 de Abril, situado na I periferia da cidade, onde se encontra implantada a nova ETA, e com a ajuda do governo provincial que superou alguns problemas.

As obras de construção da nova ETA e da ETAR na cidade de Moçâmedes iniciaram em finais de 2014, numa área de 500 e 800 metros quadrados de superfície, prospectivamente. Projecto de abastecimento de água potável estende-se a outras localidades, estando mais avançado nos municípios do Tômbwa, Virei e Camuciuo. Na cidade do Tômbwa, o investimento público permitirá o reforço do abastecimento da principal zona urbana e de uma parte da área periférica, além de apoiar o sector industrial.

O orçamento das obras de reforço do sistema de abastecimento de água no município do Camuciuo supera nove milhões de dólares norte-americanos, com um prazo de execução de quinze meses para a concepção e construção, e 36 meses para a operação e manutenção.

O projecto tem uma capacidade de 100 metros cúbicos de caudal por hora, para beneficiar 10.023 habitantes até 2026. A construção de um reservatório e a reabilitação da torre de pressão existente garantem armazenamento da água.

O sistema de distribuição, dimensionado para 100 metros cúbicos por hora, parte da captação de água em quatro furos artesianos. A capacidade de armazenamento foi duplicada em duas células de 150 metros cúbicos cada.

8.4 Bairros periféricos do Lubango com mais água

Jornal de Angola

18 De Abril de 2017

Texto: Estanislau Costa

Mais de 20 mil casas das zonas suburbanas da cidade do Lubango, na província da Huíla, beneficiam pela primeira vez de água potável e saneamento básico condigno, com o arranque, há dias, do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas

(PDISA-I), disse ontem o director provincial de Energia e Águas.

Abel da Costa explicou, durante a apresentação do projecto aos responsáveis dos bairros contemplados, que vão, num período de três anos, ser instalados 140 quilómetros de condutas de distribuição de água potável.

O projecto, disse Abel da Costa, a cargo da empreiteira Elector, visa ampliar a capacidade de distribuição e fornecimento de água potável e beneficiar as áreas do município sede com dificuldades de acesso ao produto. "Cadastrámos já a maioria das moradias previstas".

"Os habitantes dos dez bairros abrangidos pelo projecto vão brevemente deixar de percorrer longas distâncias em busca de água em locais com carência de sanidade", disse Abel da Costa, para acrescentar que o pagamento do consumo vai ser justo, com a instalação de contadores.

O director provincial de Energia e Águas informou que a execução do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas (PDISA-I) prevê a reposição das infra-estruturas públicas a serem danificadas, com realce aos passeios, lances e tapete asfáltico das avenidas abrangidas. "Alguns pontos do casco urbano da cidade do Lubango estão com as estradas degradadas, face as obras anteriores de instalação de novas condutas de transporte e abastecimento de água potável, que criou embaraços à circulação rodoviária", disse Abel da Costa, para explicar que o novo programa prevê a reparação das vias a serem danificadas com a escavação.

Abel da Costa apelou aos moradores para preservarem os equipamentos que estão a ser instalados, com vista a aumentar a sua durabilidade. "Há bairros da cidade do Lubango com água a jorrar nas torneiras, fruto das acções levadas a cabo no ano passado, com os contadores vandalizados."

Abel da Costa anunciou que mais de 400 contadores foram vandalizados e roubados as respectivas caixas de conservação, por pessoas de má-fé. "Os proprietários das casas com contadores instalados devem proteger e controlar os meios colocados a disposição, para durerem mais tempo e manter a qualidade do fornecimento de água." Orçada em mais de 2.1 mil milhões kwanzas, a empreitada, financiada pelo Banco Mundial (BM), vai abranger os bairros Cow-boy, Benfica, Nzaji, Comandante DackDoy, Luta Continua, Patrice Lumumba, uma das áreas do Ferrovía, Mapunda, Nzaji e Agostinho Neto.

Conservar o património O administrador municipal do Lubango, Francisco Barros, enalteceu o arranque do programa financiado pelo Banco Mundial e pediu maior vigilância da população, principalmente a residente nas zonas periféricas, por estar a assistir se neste momento a vandalização do património público.

"Há certos indivíduos que na calada da noite destroem intencionalmente os candeeiros elétricos, roubam os cabos de alta e média tensão, assim como os tubos e contadores de água potável", disse Francisco Barros, para enaltecer as autoridades policiais no patrulhamento e desmantelamento de certos grupos de marginais.

Francisco Barros exortou os responsáveis comunais e de bairros a trabalharem mais com os moradores, no sentido de cada um ser vigilante da sua zona e denunciar os suspeitos às esquadras mais próximas, de modo a preservar os bens públicos, que estão a melhorar o bem-estar das famílias.

"Os vários projectos que visaram o aumento da capacidade de abastecimento de água potável, com realce para os Programas Água para Todos, de iniciativa presidencial, da reabilitação dos sistemas de captação e das condutas de transportes, financiado pelo governo Alemão e outros, devem ser preservados", disse Francisco Barros.

O Jornal de Angola apurou que foram erguidos recentemente mais de 140 pontos de água equipados com reservatórios, painéis solares e lavandarias, orçados em mais de 470 milhões de kwanzas.

O Programa Águas da cidade do Lubango permitiu já a instalação de mais de 57 quilómetros de nova tubagem, construiu seis reservatórios com capacidade para 60 mil metros cúbicos de água e efetuou 700 novas ligações em residências e empresas.

8.5 Luanda com previsão de ter mais água potável

Jornal de Angola

20 De Abril de 2017

Texto: Victorino Joaquim

O Ministério da Energia e Águas deu formalmente início, na terça-feira, na zona do Kikuxi, província de Luanda, à construção da Academia Africana das Águas, cujas obras vão ser concluídas dentro de 12 meses.

O arranque oficial das obras aconteceu quinze dias depois de o presidente do Conselho de

Administração da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), Leonídio Ceita, ter anunciado, na cerimónia de inauguração, em Talatona, da nova sede da empresa pública, que Luanda iria albergar uma Academia Africana das Águas, sem, no entanto, revelar a data para o início das obras, orçadas em mais de 41 milhões de dólares norte-americanos.

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, e o governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, deram início simbólico às obras, quando cada um deles colocou um bloco no local onde vai ser erguida a Academia Africana das Águas, numa área de 27 mil metros quadrados.

Leonídio Ceita, que falava à comunicação social depois da cerimónia, informou que a Academia Africana das Águas vai dispor de uma nave para aulas teóricas e outra para aulas práticas e terá capacidade para formar 200 quadros em cada ciclo académico.

Quando entrar em funcionamento, a Academia vai formar numa primeira fase quadros nacionais, para depois formar outros técnicos africanos, sobretudo da região austral do continente.

A academia vai dispor de um edifício administrativo, laboratórios, refeitório, auditório para 150 pessoas, campo multiusos, estação de tratamento de água e moradias para estudantes e professores. O presidente do Conselho de Administração da EPAL disse acreditar que a academia vai impulsionar e elevar o nível de formação dos profissionais do sector das águas em África.

Agenda preenchida.

Ainda na terça-feira, o ministro da Energia e Águas e o governador da província de Luanda deslocaram-se à Zona Verde/Cabo lombo, a uma outra área do Kicuxi e também à zona próxima do Shopping Ginga Cristina, em cujas áreas fizeram o lançamento de uma pedra para a construção de novos equipamentos sociais. Na Zona Verde/Cabolombo, vai ser erguido, no prazo de 20 meses, um centro de distribuição de águas, que irá dispor de um reservatório com capacidade para 30 mil metros cúbicos para garantir o abastecimento de água aos bairros Zona Verde, Socorro, Bem- Vindo, Benfica, Vitrona e distrito de Quenguela Norte, devendo beneficiar uma população de mais de 200 mil habitantes.

No Kicuxi vai ser também construído, em 12 meses, um centro de Telegestão e Equipamentos Tecnológicos, numa área de um hectare, devendo custar mais de oito milhões de dólares. O centro de Telegestão e Equipamentos Tecnológicos vai permitir uma gestão técnica eficaz e integrada das infra-

estruturas operacionais, mediante a monitorização, comando e controlo, em tempo real.

Junto ao Shopping Ginga Cristina, vai ser construído um centro de distribuição de água, que incluirá a instalação de um sistema de monitorização e segurança de condutas adutoras.

O centro de distribuição, orçado em mais de 12 milhões de dólares, vai ter uma capacidade de dez mil metros cúbicos para garantir o reforço do abastecimento de água ao município de Viana, particularmente ao bairro Morar, que tem registado uma expansão demográfica considerável.

Sobre o projecto relativo à construção de um centro de distribuição de água à Zona Verde/Cabolombo, o ministro João Baptista Borges declarou que a infraestrutura, quando entrar em funcionamento, vai estar na origem do aumento da produção de água, suprimindo assim o défice que se regista atualmente na cidade capital e elevando os níveis de cobertura e abastecimento às zonas Sul e Sudeste, onde se regista um crescimento demográfico. O ministro afirmou que, devido ao crescimento da população nos novos bairros da província de Luanda, "os sistemas de abastecimento de água existentes não são suficientes para atender à crescente procura de água, que é um bem essencial à vida".

Preocupado com a situação, o Presidente José Eduardo dos Santos instruiu o Ministério da Energia e Águas e a EPAL a criarem projectos que permitam aumentar rapidamente a quantidade de água disponível para a população.

O Plano de Acção contempla a construção de estações de tratamento e captação de água, centros de distribuição, condutas adutoras e rede de distribuição. "Este centro vai ser um ponto de armazenamento e distribuição de água para esta região e vai ficar ligado ao futuro sistema de captação e tratamento de água do Bitá", salientou o ministro, referindo-se ao centro que vai ser erguido na Zona Verde/Cabolombo.

O presidente do Conselho de Administração da EPAL informou que o Centro de Telegestão e Equipamentos Tecnológicos é a infra-estrutura que vai fazer a gestão de todo o processo da empresa. A partir do centro, de acordo com Leonídio Ceita, a EPAL vai fazer a gestão de todas as estações de tratamento de água e controlar as condutas adutoras, sendo, por isso, considerado um centro de excelência, onde vai funcionar um grupo de funcionários integrado maioritariamente por jovens engenheiros, alguns dos quais vão aumentar, nos próximos tempos, os conhecimentos técnicos em Portugal, China e Índia.

O gestor da EPAL anunciou para breve a entrada em funcionamento de um sistema de informação geográfica, para facilitar a localização de ruturas na rede de condutas de água. O sistema vai ser apresentado em Maio, mas Leonídio Ceita não mencionou a data para o seu arranque.

8.6 EPAL está a cobrar facturas de água que não forneceu aos seus clientes

Jornal Manchete

28 De Abril de 2017

A Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) está a efectuar cobranças ilegais aos seus clientes no bairro Benfica, em Luanda, mesmo depois de ter deixado de lhes fornecer o precioso líquido

Os clientes alegam, em sua defesa, que estão desde Janeiro deste ano sem água, mas os funcionários da empresa estatal dizem que nada podem fazer porque as facturas são processadas de forma automática. A EPAL não tem ainda implementado o sistema pré-pago, nem procede a leituras aos contadores. As cobranças têm sido feitas por estimativa e estão à volta dos 4 mil/mês.

Apesar de vários protestos e reclamações, os consumidores têm sido quase que obrigados a pagar as facturas sob ameaça de suspensão ou, mesmo, rupturas dos respectivos contratos. Há quem encare as cobranças «compulsivas» como uma forma da EPAL contornar os salários dos seus trabalhadores, depois de o Estado ter deixado há mais de um ano de subvencioná-los.

Em algumas ruas do bairro, a água tem corrido de quando em vez, noutras as torneiras há muito deixaram de jorrar o precioso líquido.

Para contornar a falta de água, os clientes dizem que não têm outra saída senão comprar o líquido aos camiões cisternas; um negócio, no qual estarão envolvidos alguns funcionários da própria EPAL, segundo denunciou um dos moradores do referido bairro.

«É curioso que nas ruas, onde são abastecidas as cisternas a água quase nunca falha» diz a mesma fonte, ao mesmo tempo que reforça as suspeitas de envolvimento de técnicos da EPAL nos «esquemas» das vendas deste produto.

Alguns consumidores lamentam a forma «arrogante e desrespeitosa» como têm sido tratados por alguns

funcionários afectos às agências da empresa no Benfica, sobretudo a que fica localizada junto à esquadra da Polícia do Bem-vindo. «Os funcionários julgam-se donos do rio onde sai a água».

8.7 Site americano classifica Luanda como a 2ª cidade mais suja do mundo

Jornal A Republica
07 De Abril de 2017

Segundo uma publicação do site norte-americano Explodida, especialista mundial na divulgação de rankings, a capital angolana, Luanda, foi classificada como a segunda cidade mais suja do mundo.

A lista que é liderada por três cidades africanas, foi compilada com base nos níveis de poluição do ar, gestão de resíduos, potabilidade da água, serviços hospitalares, material médico e a presença de doenças infecciosas e destes factores foi averiguado e qualificado as cidades mais sujas e poluídas do mundo.

Confira a lista:

10. Porto Príncipe - Haiti 9. Cidade do México - México 8. Addis Ababa - Etiópia 7. Mumbai Índia 6. Bagdá - Iraque 5. Nova Deli - Índia 4. Moscovo - Rússia 3. Lomé - Togo 2. Luanda - Angola 1. Port Harcourt - Nigéria Fonte: Exploredia.

8.8 Surto de cólera à vista no Sambizanga

Jornal Liberdade
Data: 07 de Abril de 2017
Texto: Ana Mendes

Segundo os cidadãos, há uma vala que divide o bairro Uíge e Sonangol no Distrito do Sambizanga em Luanda, que carece de manutenção por haver amontoado de lixo. Tem provocado muitos ratos, baratas e quando chove os munícipes que vivem do outro lado não conseguem atravessar por causa do nível de água que inunda a vala e transborda.

Para Apolinário Sebastião, a referida vala, constitui um atentado a saúde pública, porque os moradores colocaram seus tubos de descarga de fezes das casas de banho na referida vala que está a céu aberto e

ninguém da administração nem da Comissão de moradores interfere.

Apolinário, reforçou "ainda que tal situação só está assim porque os dirigentes do Distrito do Sambizanga hoje município de Luanda, não mostram interesse para a resolução do assunto, e os responsáveis têm passado nos bairros que estão afectados com a problemática que frisamos, e isso demonstra falta de vontade política ou incompetência por parte de quem nos dirige.

O cidadão reforçou ainda que os bairros Uíge, Sonangol, Faról da Lagosta, São Pedro da Barra estão esquecidos por parte de quem governa o país, porque há falta de água potável, escolas, fraco saneamento básico, vias de acesso esburacadas, valas que quando chove morrem pessoas e tantas outras situações que enfermam a vida da população local, disse o munícipe.

Já Pedro Banza, foi mais além dizendo que a vala que separa o Bairro Uíge e a Sonangol, cheira mal porque a água que nela corre é proveniente da empresa de construção civil, Soares da Costa que ligou os tubos dos seus esgotos e outros resíduos que poluem o ambiente por falta de fiscalização do ministério do Ambiente e da própria administração local.

Maria Afonso, moradora do bairro Uíge, realçou que é preciso intervenção dos órgãos de direito para a resolução dos problemas que os moradores enfrentam no Distrito Urbano do Sambizanga para garantir melhor ambiente ao povo e evitar problemas de saúde no seio da população.

Maria, acrescentou ainda que, o fraco do saneamento básico nos referidos bairros deve-se a construção desordenada dos bairros, falta de fiscalização por parte das administrações locais, corrupção dos fiscais de obras e a troca constante de administradores do Distrito do Sambizanga.

Para Paulo Alberto existem viaturas a depositar diariamente fezes nas praias do Sambizanga, o que deixa preocupado os moradores e pescadores que têm como mar a fonte de sobrevivência, e a situação não preocupa apenas os que vivem do Distrito, mas também aos banhistas que ocorrem diariamente as praias daqueles que vendem ao longo da orla marítima.

Paulo afirmou ainda que o Sambizanga tem sido o esgoto para as empresas de saneamento básico de Luanda, por causa da sua fraca fiscalização, e as zonas onde estes infractores têm como preferência para o depósito dos resíduos das fossas das residências e não

só, é na praia do São Pedro da Barra, vala do Soares da Costa e em outros pontos do Distrito Urbano do Sambizanga.

Por outro lado o Jornal A Liberdade contactou o administrador Comunal do Ngola Kiluanje Orlando Paca que prometeu pronuncia-se nos próximos dias e até a hora do fecho desta edição.

8.9 Os contentares da cidade de Luanda

Jornal O PAÍS

12 De Abril de 2017

Texto: Manuel Hossi

Caro Director do O PAÍS, Muito obrigado pela oportunidade. Já remeti algumas cartas no vosso jornal. Nunca saíram.

Espero que esta saia. Aliás, não sei quais são as razões da não publicação. Mas, pronto, ainda assim, gosto do vosso título. Aborda aspectos noticiosos muito ricos de se ler e aprender. Na era digital, é importante escrever simples e com objectividade. Porque, o tempo é dinheiro, logo não dá para perder tempo com pastelões. As notícias do vosso jornal são curtas. Penso que o vosso projecto gráfico permite isso.

Hoje, escrevo para dizer que estou muito agastado com as empresas de limpeza que operam na cidade de Luanda e arredores, bem como o Governo Provincial de Luanda (GPL), cujo cadeirão máximo pertence ao então General Higinio Carneiro, ali, no Palácio da Mutamba, na baixa da cidade.

Os contentares de cor verde, à beira da estrada, para se colocar o lixo, perigam a vida dos automobilistas e as dos cidadãos. Não se sabe, as quantas, quem os coloca na via pública. Eles não têm o mínimo de regra. Muitos estão tortos e em zonas de muito perigo. Muitos automobilistas têm reclamado, mas o Governo Provincial de Luanda tem feito ouvidos de mercador. Não façam isso. Sejam mais racionais. Estão em risco vidas humanas, meus senhores.

Os factos, na cidade de Luanda, provam que muitos dirigentes, não adianta citar nomes, que quando estão de copos e com senhorias) no carro, tendem sempre a embater nestes objectos.

Também sabe-se que se o contentar for mal colocado à beira da estrada e causar danos humanos ou materiais, a responsabilidade civil ou criminal' não sei nunca estudei direito, deve recair sempre às empresas ou ao GPL.

É verdade, aqui entre nós, que as indemnizações tardam a chegar. Por isso, o GPL e os seus' parceiros devem ser mais responsáveis que a vida dos cidadãos vale mais do que qualquer coisa, aliás alguns dirigentes já bateram várias vezes nos "tamborelos" desta cidade.

Por isso, peço mais trabalho e pouca jactância.

8.10 AADIC contra cobrança de energia por estimativa

Jornal O PAÍS

19 De Abril de 2017

Texto: Brenda Sambo

Em função dos constrangimentos que os consumidores têm sofrido nos últimos dois meses em Luanda, resultante dos constantes cortes de energia e as principais reclamações que a associação tem vindo a receber, teve lugar ontem, Terça-feira, em Luanda, uma conferência de imprensa para esclarecer as últimas ocorrências.

Na ocasião, o vice-presidente da Associação Angolana dos Direitos dos Consumidores (AADIC), Lourenço Texe, esclareceu que apesar de a Empresa Nacional de Electricidade (ENDE) ter feito sair um aviso prévio aos clientes, informando que haveria cortes constantes no fornecimento de energia eléctrica em Luanda, não deve ser levado em conta.

Para o responsável, o que conta nesta relação entre consumidor e fornecedor é que "o consumidor não deve pagar por algo que não consumiu", frisou.

Referiu que de acordo com os artigos 21.º, 23.º e 78.º da Constituição da República de Angola "o consumidor só deve pagar o que consome, porquanto a ENDE deve adoptar medidas tendentes a restituição do serviço não prestado de forma justa", disse, citando a Lei.

Acrescentou que, "caso a ENDE comunicar que vai efectuar cortes de energia num determinado período de tempo, numa determinada zona, logo, não pode cobrar a energia que não foi consumida", reforçou.

Segundo o Jurista, perante essa situação a AADIC defende que em situações em que a ENDE não vai fornecer energia eléctrica com a devida qualidade ao consumidor é preciso que a empresa crie outros mecanismos, para que o consumidor pague apenas o tarifário justo.

Lourenço Texe sublinhou que a adopção de um novo mecanismo vai de encontro ao que está

plasmado nas leis do consumidor e da electricidade, respectivamente.

Todavia, reconheceu que apesar de existir consumidores que estão a ser prejudicados, há também aqueles consumidores que não honram com os compromissos. "Os clientes nesta situação devem merecer maior fiscalização por parte da ENDE", defende.

O Jurista lembrou que na relação entre o consumidor e o fornecedor quem deve perder não é o consumidor, pois a própria lei de consumidor defende que os contratos de consumo devem ser interpretados sempre a favor do consumidor, uma vez que este é sempre a parte mais frágil. Mais de 874 consumidores "reclamaram pela falta de energia

Na mesma ocasião, o responsável da AADIC, Lourenço Texe, avançou que só nas últimas duas semanas, a associação recebeu 874 reclamações resultantes da falta de energia eléctrica em Luanda, cortes constantes, perda de electrodomésticos e também a má conservação de alimentos já comprados.

Desta feita, o responsável alega que a ENDE e os seus agentes autorizados devem ressarcir os danos provocados aos consumidores.

"Neste momento a AADIC já remeteu uma carta a ENDE e espera que a mesma responda dentro de alguns dias. Caso não for respondida, a AADIC pretende recorrer a outras instâncias", frisou.

8.11 PR recebe explicações sobre implementação de planos de limpeza e mobilidade urbana em Luanda

Jornal O PAÍS

19 De Abril de 2017

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, reuniu-se ontem, 18 de Abril, na Sala de Reuniões do Palácio Presidencial, com o Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Económico e Social da Província de Luanda para abordar a questão relacionada com o grau de implementação do Plano Provincial de Limpeza Urbana de Luanda.

Este plano, de acordo com uma nota de imprensa a que OPAÍS teve acesso, define a atribuição de uma concessão por município, onde cada concessionária é responsável pela recolha, tratamento e aproveitamento do lixo, propondo a repartição de

responsabilidade entre os sectores público, privado e a população em geral e a integração dos municípios, distritos urbanos na fiscalização e controlo do sistema de gestão de resíduos.

A nota informa também que durante o encontro, foi feita uma abordagem sobre a situação do Programa de Revitalização dos Eixos Viários da Cidade de Luanda consistente na reparação e melhoramento dos arruamentos, através da reposição do pavimento, recuperação dos passeios e lancis, sinalização horizontal e vertical, limpeza, saneamento, reabilitação da iluminação pública, etc.

O Conselho apreciou a proposta de definição de corredores exclusivos para o transporte Rodoviário Regular Colectivo Urbano de passageiros na província de Luanda com o objectivo de se estimular o uso dos transportes públicos em detrimento dos veículos particulares, oferecendo maior conforto e uma redução drástica do tempo de viagem.

A reunião tomou conhecimento do estado actual do Programa dos Acessos ao Novo Aeroporto Internacional, que contempla a execução de um conjunto de empreitadas de construção com vista à implementação das infra-estruturas da Zona da Boavista; da Via Expresso Luanda Viana/Catete; da ligação Golfe/Camama/ Via Expresso e da Via Expresso Comandante Fidel de Castro.

O Conselho de Coordenação Estratégica da Província de Luanda tomou conhecimento, finalmente, do grau de execução do Programa de Requalificação do Cazenga que integra a construção de infra-estruturas urbanas, edifícios de habitação social e equipamentos sociais.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Moradores dos "2 Cajueiros" constroem esquadra para desencorajar marginais

Jornal O PAÍS

12 De Abril de 2017

Texto: Paulo Sérgio

O elevado índice de criminalidade e a fraca presença de gentes da Ordem no bairro "2 Cajueiros", zona dos Mulenvos de Cima, em Viana, levou os moradores a construírem um posto de polícia na esperança deporem fim à situação.

A mesma foi erguida num terreno de 36 metros quadrados adquirido ao preço de 300 mil Kwanzas, resultante da contribuição dos moradores.

Contudo, contrariamente ao esperado, há cerca de um ano que o imóvel constituído possui dois escritórios, uma cela, uma copa, uma casa de banho e um quintal, encontra-se desocupado e os marginais continuam a aterrorizá-los.

José Luís, membro da Comissão de Moradores do referido bairro, disse que após concluírem as obras, a instalação já foi visitada pelo administrador municipal de Viana e pelo Comando da Divisão dessa circunscrição. Na ocasião, apresentaram algumas sugestões, como a aplicação de uma grade de ferro debaixo das chapas de zinco que cobrirá a cela para impedir que os detidos fujam ou sejam resgatados pelos seus comparsas.

Com os constantes cortes de energia eléctrica que se registam em Luanda, a situação agudizou-se. A partir das 18h00 as pessoas que circulam da ponte partida (Avenida Deolinda Rodrigues) para o interior do bairro, quer seja de táxi ou a pé, fazem-no conscientes de que podem ser assaltadas a qual quer momento.

Os marginais aproveitam-se da insuficiente presença de efectivos das esquadras dos bairros da "Boa-Fé" e do "Miro", com os quais o bairro "2 Cajueiros" faz fronteira.

Em alguns casos, os "amigos do alheio" invadem residências previamente escolhidas, na calada da noite, pelo tecto, e obrigam os seus ocupantes a satisfazerem as suas vontades, sob pena de serem mortos em caso de resistência. Além dos

electrodomésticos, vestuário, calçado, dinheiro, jóias, portas e, janelas de caixilharia, também acabam por ser saqueadas.

Segundo os moradores, os marginais que actuam naquela zona, residem, maioritariamente, nos bairros do Belo Monte (Cacuaco) e da Baixa de Cassange.

José Luís esclareceu que como os agentes da Ordem Pública limitam-se a patrulhar num determinado período do dia, alguns adolescentes e jovens sentem-se à vontade para delinquir.

"A delinquência aqui é demais.

Dependemos dos efectivos das esquadras do bairro da Boa Fé e do Miro que nem sempre conseguem dar resposta à nossa situação, por estarem distante da nossa zona", frisou.

Revelou que vários vizinhos seus já foram vítimas de assaltos, alguns até na calada da noite. Um armazém de venda de electrodomésticos e de mobiliário de cidadãos expatriados, situado a escassos metros do posto de polícia, já foi assaltado três vezes, numa das quais, um dos seus proprietários foi baleado numa das pernas.

Para se prevenirem, os comerciantes contrataram uma empresa de segurança, facto que não inibiu os marginais. Eles regressaram ao estabelecimento na calada da noite, tendo sido surpreendidos pelo guarda que se encontrava acordado e efectuou um disparo no momento exacto em que retiravam a cobertura do estabelecimento.

"Um deles foi atingido e caiu no quintal da casa ao lado. Os seus comparsas apontaram a arma ao dono da casa e exigiram-lhe que subisse ao tecto para retirá-lo", frisou.

Face a esse episódio, os comerciantes juntaram-se aos esforços da comunidade, contribuindo financeiramente para a compra do terreno e a edificação do posto policial.

Para ilustrar a ousadia e coragem dos marginais, confessou que nem a residência de um agente do Serviço de Informação e Segurança do Estado foi poupada. "Os marginais entraram em sua casa à noite e apoderaram-se da sua pistola.

Ele ficou sem acção Foi isso que nos encorajou a construir esse posto de polícia", revelou a nossa fonte.

9.2 Lei sobre tutela Administrativa gera controvérsia no parlamento

Jornal O PAÍS

06 DE Abril de 2017

Texto: Hermenegildo Tchipilica

A sessão de ontem, as comissões especializadas da Assembleia Nacional discutiram a Lei Geral dos Arquivos, sendo que a proposta de Lei de Autorização Legislativa para a aprovação do Regime Jurídico das Sociedades Gestoras de Património foi retirada da agenda para ser discutida hoje, Quinta-feira.

O ponto de ordem solicitado pela UNITA por intermédio da deputada Navita Ngolo, que sugeriu a análise do documento em virtude do seu carácter prioritário, motivou o acirrar de pontos de vistas entre os parlamentares da bancada maioritária, tendo alguns defendido a sua votação, o que não veio a acontecer, tendo os ânimos acalmado só depois de uma intervenção conciliadora do presidente da sessão, Francisco de Castro Maria.

A deputada Navita Ngolo defendeu, ao apresentar o documento que possui 17 artigos, que o projecto-lei vem estabelecer que os órgãos e serviços objecto de acções de tutela administrativa encontram-se vinculados aos deveres de informação e cooperação e que compete ao titular do Poder Executivo, de forma articulada, pelos auxiliares responsáveis da administração do território, finanças e planeamento, no âmbito das respectivas competências.

Referiu que nos termos da nossa Constituição, a tutela administrativa sobre as autarquias locais consiste na verificação do cumprimento da lei (e apenas da lei e não do mérito das decisões) por parte dos órgãos autárquicos e exercida nos termos da lei.

O presidente da primeira comissão, Reis Júnior, do MPLA, em resposta, defendeu que não se deve discutir o documento para não se fazer um exercício inútil, facto que levou o Igualemente deputado do MPLA, Tomás da Silva, a sugerir o melhoramento do documento' já que entende que a tutela não deveria ser apenas de legalidade como a UNITA advoga, porém de mérito, conforme alguma doutrina defende.

O debate prosseguiu "quente", tendo no final os deputados uma vez mais optado em harmonizar posições tendo em conta a pertinência do diploma e algumas questões de forma, como determina a produção legislativa.

O vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA, João Pinto, disse aos jornalistas, à saída da sessão, que a iniciativa legislativa deve sempre pretender os pressupostos constitucionais "e claramente se está a discutir e não se está a votar". "A iniciativa que estamos a discutir agora sobre a tutela contém um conjunto de normas que expressamente colidem com a Constituição, como é o caso do artigo 13 que diz que a Assembleia Nacional pode dissolver órgãos ou assembleias eleitas pelas populações locais. E como fica o princípio da autonomia local? O que fazem os tribunais? Num sistema democrático, todos os órgãos eleitos só se podem dissolver por decisão de um órgão judicial", assinalou.

Quanto à Lei Geral dos Arquivos, de iniciativa do Presidente da República, foi apenas apresentada aos deputados para ser analisada na próxima plenária.

O deputado do MPLA Boaventura Cardoso, que apresentou o relatório/parecer conjunto na generalidade, referiu que a lei visa constituir um instrumento para preservar e valorizar o património histórico/cultural nacional e os localizados no estrangeiro desde que considerados propriedade ou pertença do Estado angolano e ajudar a fundamentar a toma de decisões, comprovar direitos dos cidadãos, desempenhando um papel na vida administrativa, científica e cultural do país.

A proposta de lei é composta por uma parte preambular e outra dispositiva dividida por 5 capítulos e 44 artigos.

A lei define o regime geral de arquivos e do património arquivístico, bem como as regras relativas à gestão documental em Angola, aplicando-se aos documentos e arquivos produzidos ou provenientes de pessoas singulares ou colectivas, públicas, privadas, nacionais ou estrangeiras, produzidas ou existentes na República de Angola e aos que, encontrando-se fora do território da República de Angola, devam ser considerados propriedade sua e/ou possam ser-lhes resumidos, seja qual for o seu suporte.

Os deputados prosseguem os -trabalhos hoje, com a discussão da proposta de Lei de Autorização Legislativa para a aprovação do Regime Jurídico das Sociedades Gestoras de Património, a discussão da resolução sobre a substituição dos membros indicados pela CASA-CE nas comissões provinciais e municipais eleitorais, assim como a apreciação da resolução do relatório de execução orçamental e contas da Assembleia Nacional referente ao exercício económico 2015.

9.3 Autoridades garantem segurança na fronteira

Jornal de Angola

17 De Abril de 2017

As autoridades da Lunda Norte garantiram, na sexta-feira, no Dundo, que há segurança nas localidades fronteiriças com a República Democrática do Congo (RDC), próximas das zonas onde ocorrem conflitos internos naquele país, com destaque para as regiões de Cassa i e Cassa i Central.

No final de um encontro das autoridades, o porta-voz da reunião, Marcelino Caetano, confirmou que existiam 9.200 refugiados em vários pontos de trânsito até sexta-feira última, dos quais 3.284 já se encontram no centro de acolhimento do Mussungue.

Do total, 1.393 são crianças que chegaram a partir dos postos fronteiriços do Fortuna. O responsável disse que o número continua a aumentar diariamente.

Marcelino Caetano referiu que os refugiados vão ser distribuídos por outros lugares de acolhimento a ser criados pelas autoridades locais.

No encontro, coordenado pelo governador provincial em exercício, Lino dos Santos, o director local do Ministério da Reinserção Social, Wilson Palanca, sublinhou a necessidade de apoiar em bens de primeira necessidade e tendas.

Na sequência da reunião, uma comissão multi-sectorial avaliou as condições de acolhimento dos cidadãos refugiados da RDC.

No final do encontro, o director da Saúde, José Gimi Nhunga, disse que teme que haja proliferação de doenças embora já tenha sido montado um posto para o bloqueio da cólera no centro de acolhimento do Mussungue. "O quadro é preocupante, na medida em que muitas pessoas acolhidas saíram de algumas áreas endémicas das zonas em conflito", disse. A província da Lunda Norte partilha 770 quilómetros de fronteira com a RDC, dos quais 550 terrestres e os restantes fluviais.

Desmentido Recentemente, o governador da Lunda Norte, Ernesto Muangala, desmentiu no Dundo informações postas a circular nas redes sociais sobre alegadas mortes de efectivos da Polícia Nacional por forças rebeldes da República Democrática do Congo (RDC).

Ernesto Muangala afirmou que não há registo de morte de efectivos da Polícia Nacional ou de qualquer força de defesa e segurança de Angola nessa situação ao longo da fronteira e no território

nacional.

"As nossas forças estão preparadas para proteger as nossas fronteiras. Por isso, não permitiriam uma situação dessas", disse, sublinhando que os vídeos que circulam nas redes sociais não são das forças policiais angolanas, porque o fardamento e as botas dos elementos mortos e a língua falada pelos insurrectos não é português ou qualquer língua nacional angolana.

O governador falava durante a visita ao centro de acolhimento dos refugiados da RDC, que serviu para constatar as condições logísticas e de acomodação dos refugiados.

Ernesto Muangala garantiu que as fronteiras estão seguras e em função da instabilidade política militar na RDC estão criadas as condições para o seu asseguramento com a prontidão das forças e meios de forma a impedir que o conflito militar que se regista na RDC, principalmente nas regiões que fazem fronteira com a Lunda Norte, se transfira para o território nacional. Devido ao conflito armado na RDC, que afecta as províncias do Kassai, Kassai Central e Kassai Oriental, que fazem fronteira com a Lunda Norte, as trocas comerciais ao longo da fronteira estão encerradas enquanto persistir a situação de instabilidade.

"Não temos condições para abertura de mercados comerciais com os conflitos nas províncias da República Democrática do Congo que fazem fronteira com a nossa, porque os cidadãos congolezes não têm como se deslocar até à fronteira para as trocas comerciais", justificou Ernesto Muangala, que ao mesmo tempo tranquilizou os comerciantes locais sobre as medidas que estão a ser tomadas para normalizar a situação ao longo da fronteira.

O ministro disse que a situação política da RDC preocupa o governo provincial, tendo em conta os entendimentos alcançados na cooperação bilateral entre os governos das províncias vizinhas visando a construção de infra-estruturas que facilitem o intercâmbio comercial e a livre circulação de cidadãos dos dois países. Ernesto Muangala apontou a construção da ponte sobre o rio Kassai e a construção de infra-estruturas aduaneiras nos postos fronteiriços como metas e Objectivos dos dois governos.

9.4 Zamba IV sob alçada dos marginais

Jornal O PAÍS

17 De Abril de 2017

Texto: Romão Brandão

Os moradores apontam a zona do Quintalão, no bairro Zamba IV, como muito crítico. Não é para menos, atendendo ao número de roubos que os alunos da conhecida escola da ADPP sofrem à saída da escola. Os grupos de delinquentes roubam telefones e outros pertences todos os dias, mas este é um problema menor para a lista de preocupações daqueles moradores.

Consta que, nos últimos tempos, os assaltos a residências naquela zona aumentaram e como se não bastasse, os gatunos agem sem piedade e com vontade de tirar a vida às suas vítimas. "Há muita delinquência e é mentira se lhe disserem que está calmo, estão a entrar nas casas, estão a violar, roubar televisão, botija, etc.", Disse Júlia, que controlava o movimento da rua enquanto falava com a equipa deste jornal.

As ruas estavam pouco movimentadas, à hora 10, mas a entrevistada avançou que todo o cuidado é pouco, pois não queria ser vista a dar informações sobre a criminalidade no bairro. Quando os meliantes entram nas residências' se não conseguirem nada de valor, sofrem as meninas que são violadas.

Estão com medo de permanecer no Zamba IV, por registarem casos violentos de assalto nunca antes vistos. Aliás, neste momento, no bairro não se encontra alguém que esteja a viver numa casa arrendada, porque os meliantes conhecem os inquilinos e dado os constantes assaltos os Obrigaram a abandonar as casas.

Os moradores têm feito a sua parte, ligando para a polícia, mas estão cansados de muitas vezes não serem atendidos à hora. Júlia adiantou que normalmente o período de acção dos marginais é das 5 às 8 horas, o período da tarde são os gatunos de telefones, e das 22 horas em diante são os piores momentos que se podem viver.

Foi na madrugada do dia 28 de Março que duas famílias de uma casa arrendada no bairro, viveram momentos de terror, ao ponto de chegarem a pensar que perderiam a vida. Um grupo de jovens, sem precisar quantos, completamente armados, invadiram a casa, mataram o cão a tiro e exigiam que abrissem a porta e lhes dessem dinheiro.

Nenhuma das duas famílias que vivem no mesmo quintal tinha dinheiro e não sabiam o que fazer, apenas gritavam por socorro. Os marginais fizeram vários disparos na porta e janela, tendo estes atingidos três jovens, um no braço e dois na perna.

Enquanto uns disparavam, outros tentavam entrar pela janela, pelo que conseguiram, após terem-na arrombado com uma pedra grande. Dentro da casa, fizeram outros disparos que atingiram Missakala Adilson na barriga e na mão esquerda, mesmo depois de já ter sido atingido na perna.

"Pensei que ia 110ITeI" Missakala conta que após ter sido atingido pelo tiro que furou A barriga e saiu numa das nádegas, caiu no colchão que estava na sala, onde dormia, e ouvia Alguém dizendo "matamos, vamos embora". Tudo estava a ficar escuro, ouvia gritos e apenas se lembra de ter acordado já no hospital.

Enquanto conversava com OPAÍS, Missakala estava deitado no cadeirão da sala e contou que apercebeu-se depois que a sua irmã mais nova também tinha sido baleada na perna. A sua mãe mostrou-nos os destroços que as balas fizeram, no televisor Sharp, na porta, na parede, no colchão e outros objectos da casa.

Neste momento, as três vítimas estão a fazer os curativos em casa e têm de regressar ao hospital no dia 24 do corrente mês. Dia antes desta reportagem, estiveram na esquadra da Borracheira, próxima ao bairro, para prestar as últimas declarações, tendo a polícia garantido que o caso está a ser investigado.

"Aqui está mal, esta casa ao lado não vive mais ninguém, por causa disso. Foram várias vezes Assaltados ao ponto de os inquilinos abandonarem a casa. Agora os bandidos estão a invadir os Inquilinos, a partir das 19 horas.

A polícia aqui tem muito espaço para colocar uma esquadra móvel, devia só vir nos ajudar", suplica Sofia Mbumba, mãe da terceira vítima, atingida no braço.

Mesmo tendo feito três vítimas, os bandidos não queriam abandonar a casa, pelo que foi graças a um vizinho que trabalha como segurança que saiu à rua e fez tpara o ar. Sofia acredita que os meliantes terão pensado que se tratava de um polícia e puseram-se em fuga sem levar absolutamente nada.

Dona Sofia está há 14 anos no bairro e nunca viveu momentos difíceis como os que tem vivido no presente ano. É das pessoas que concorda em dizer

que a criminalidade aumentou e os grupos de criminoso também.

Entretanto, importa realçar que enquanto caminhávamos no bairro, nos foram mostrado alguns supostos grupos que normalmente assaltam telefones e outros pertences aos moradores.

10. AMBIENTE

10.1 Chuva com granizo cai hoje em Luanda

Jornal de Angola
01 De Abril de 2017

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) prevê para hoje chuva e vento forte, por vezes acompanhada de trovoadas e de granizo, nas províncias de Luanda e do Cuanza Norte. O INAMET alerta para situações de piso rodoviário escorregadio e eventual formação de lençóis de água, inundações de ruas com deficiências de drenagem e a possibilidade de queda de ramos ou árvores. A autoridade meteoro lógica advertiu também para a necessidade de os automobilistas adoptarem uma condução defensiva. Há também previsão de chuvas fortes e inundações noutras províncias do país.

10.2 Cheias dificultam circulação no Cunene

Jornal de Angola
1 De Abril de 2017
Texto: Domingos Calucipa

As cheias que se verificam nos últimos dias em diferentes pontos da província do Cunene, fruto do aumento do caudal de vários afluentes, causado pelas enxurradas que se fizeram sentir no município do Cuvelai e na zona leste da vizinha província da Huíla, estão a tirar sossego à população do meio rural, que continua a clamar por meios que facilitem a travessia para outras zonas.

Pelos riscos que os populares correm, dada a correnteza das águas e os bichos por elas arrastados, o dia-a-dia dos aldeões tem sido um verdadeiro desafio.

No ponto de travessia junto do pequeno mercado informal "Eteya Ohombo", que traduzido do kwanhama para o português fica "destrói casamento", no bairro Okapale, arredores de Ondjiva, que permite o acesso à escola do I ciclo de Oifidi e a outras localidades situadas na zona oeste da capital da província, um grupo de alunos e alguns populares, quando passavam alguns minutos do meio dia, preparavam-se para chegar a outra margem.

O percurso do espaço coberto de água é de aproximadamente dois quilómetros e meio e pode consumir uma hora.

Mário Joaquim e Alexandre Jamba, dois jovens alunos da 8ª classe da Escola de Oifidi, e moradores do bairro Okapale, descalçam os ténis e arregaçam as calças para enfrentarem a correnteza das águas.

Os dois contam que nestes dias o caudal já baixou um pouco. "A água atinge a cintura, enquanto há cinco dias a mesma atingia quase o peito", indica um deles, com a sua altura de aproximadamente 1,70 metro.

Mário e Alexandre ajeitam os objectos pessoais aos ombros e põem-se a atravessar aquilo que mais se parecia com um mar, quando se aproximava a hora 13, a hora de entrada na sala de aulas. Outros alunos da mesma escola e populares seguem em coluna.

Em colectivo, o temor de cada um ser atacado por qualquer bicho arrastado pela corrente esfuma-se.

A travessia é feita de forma lenta e cuidadosa, porque muitas vezes essas águas trazem consigo espécies de natureza perigosa, como cobras e outros répteis. Esse movimento de alunos é feito de segunda a sexta-feira.

A caminhada é feita sobre a picada coberta de água sem se conseguir enxergar onde se põe os pés. O cuidado é maior porque quem perde a rota pode ir parar num poço sorrateiro e afogar-se. Os populares contam que aqueles que se aventuraram a atravessar em lugares inapropriados morreram por afogamento.

Do outro lado da margem, surge um grupo de mulheres com as vestimentas dobradas até acima do joelho a carregarem produtos da lavra, como pepino e lombi de abóbora, assim como bebidas caseiras da época, para os comercializar nos mercados da cidade.

Muitos alunos, os mais pequenos, deixaram de frequentar as aulas devido às águas, ao passo que alguns mais aventureiros optaram por utilizar a nova estrada, numa caminhada que leva mais de duas horas de viagem.

Os membros da comunidade pedem que as autoridades provinciais façam um esforço no sentido de destacar naquele local uma canoa para facilitar a travessia e evitar que muitos alunos deixem de assistir as aulas.

Ataque de bichos

Um relato surgido da aldeia de Okalonga Naulila revela a história de um adolescente de 13 anos que foi gravemente mordido na perna depois de ter pisado um bicho dentro da água, enquanto apascentava o gado. Fernando Ndafohamba, um ancião daquela aldeia, que contou o sucedido ao Jornal de Angola, disse que o menino seguia o rebanho, que se

alimentava de capim submerso, mas a dada altura pisou um objecto no fundo da água que se confundia com barro, que não conseguiu identificar, que o mordeu numa das pernas.

O ancião explicou que se presume que o menino tenha pisado uma serpente, dado o formato da dentada. Disse que a vítima está neste momento a ser tratada na aldeia por um aldeão que, normalmente, cura as pessoas mordidas por cobras e encontra-se fora de perigo.

Acção da Protecção Civil

O comandante provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Joaquim António Domingos, falou ao Jornal de Angola sobre as grandes dificuldades de travessia que se vive neste momento, sobretudo na comuna do Evale, a 66 quilómetros a norte de Ondjiva, onde não existe qualquer forma de circular de um lado para o outro devido ao aumento do caudal do rio com o mesmo nome.

Explicou que a Protecção Civil colocou, há dias, à disposição da comunidade local uma canoa a remo que está a ajudar na travessia da população das suas aldeias para a sede da comuna, onde buscam os serviços da administração do Estado, da saúde, escolas, lojas, inclusive para apanhar o transporte para se deslocar à capital da província.

O responsável ressaltou que a única canoa não é suficiente para fazer a travessia da população de um lado, para outro, pelo que é necessário reforçar com mais uma pelo menos. Já na comuna de Omukolongondjo, a população está a ser ajudada por um bote a motor, enquanto na localidade de Okaholo, arredores de Ondjiva, está uma outra canoa que tem sido a "salvação" de populares que se deslocam à cidade. Cada pessoa paga 50kwanzas pela travessia.

Joaquim Domingos disse que já está criada uma comissão multisectorial, coordenada pelo governador provincial, Kundi Paihama, que está a elaborar um plano que visa acudir a população sinistrada, principalmente no que toca à questão das travessias.

Famílias deixam residências

Na cidade de Ondjiva, pelo menos 250 famílias vivem dias difíceis depois de verem as suas casas submersas, em consequência das enxurradas que se abateram ultimamente sobre a urbe, cujas águas não encontram escoamento devido à falta de sistema de drenagem e, nalguns casos, às construções desordenadas.

O levantamento foi feito após uma visita do governador Kundi Paihama aos bairros mais afectados, em que prometeu os apoios necessários às vítimas com casos mais graves. A escola primária 122, no coração da cidade, ficou inundada, o que obrigou à paralisação das aulas há quase um mês. O administrador comunal de Ondjiva, Amadeu Hidisange, disse que a culpa das casas inundadas recai para as famílias, sendo que muitas delas já haviam sido realojadas em locais seguros nos anos anteriores, "mas, por teimosia, regressaram às zonas de risco. Os diques de protecção construídos à volta da cidade de Ondjiva e de alguns bairros, formando uma espécie de cordilheira, estão a ser uma verdadeira tábua de salvação para os habitantes locais, contra a "fúria" das cheias que se registam nestes dias.

Construídas em 2010, após as cheias de 2009 que invadiram alguns bairros e parte da cidade, as barreiras, feitas de terra com cerca de três metros de altura, estão a desviar literalmente as águas para o seu caminho natural.

U ma província de catástrofes

A província do Cunene tornou-se nos últimos nove anos um espaço geográfico problemático, devido às sucessivas catástrofes naturais, com consequências trágicas na vida dos habitantes e da população animal. A região apresenta-se muito inconstante nos últimos tempos, pois, num ano é seca acentuada e noutra é água por excesso, que chega a cobrir espaços habitados, campos de cultivo e zonas de pasto.

Neste momento, vive-se enchentes que cobrem grandes espaços territoriais dos municípios de Ombadja, Cuanhama, Namacunde e Cuvelai, estando de parte apenas Cahama e Curoca, dada a diferença das suas características.

Acontece que esta mesma água poucos meses depois deixa de existir e dá lugar à seca, porque segue para outros territórios além-fronteira, levando consigo também o peixe que ostenta, tudo por falta de grandes sistemas de retenção, cuja implementação é há muito aconselhada.

Especialistas são unânimes em afirmar que já era tempo de a província ter sistemas que permitissem reter as águas das cheias para o seu aproveitamento.

As enxurradas abateram-se sobre a urbe e as águas não encontram escoamento devido à falta de sistema de drenagem e, nalguns casos, às construções desordenadas.

10.3 Chuvas e desorganização

Jornal O PAÍS

04 De Abril de 2017

Director do PAÍS, muito obrigado.

Escrevo para dizer que as chuvas estão de regresso em Luanda. Mas, o que me repugna é saber que os problemas são os mesmos.

Que gestão pública existe em Luanda, a capital, até no centro da cidade quando chove algumas Lagoas são visíveis. O Governo Provincial de Luanda não tem conseguido dar resposta aos problemas que já levam mais de duas décadas. Na periferia, as medidas têm sido paliativas.

Quando chove, os cidadãos não conseguem deslocar-se. Tudo fica atrapalhado. As pessoas entram num frenesim inexplicável.

Será que a culpa é do São Pedro? Não acredito. É muita incompetência. Luanda está no século XXI, mas os problemas são os mesmos. Como é possível?

Por mais que justifiquem, penso que Luanda merece mais atenção, reconheço que nos últimos 20 anos a população aumentou, mas o bolo orçamental também cresceu.

Então, as coisas encaham.

Assim, a culpa é de quem? Sejam mais sérios na gestão dos recursos públicos. Pertencem a todos. E deve ser mais racionalizado. Mudem só por favor. O povo está a sofrer.

Tudo tem custos. Mas levar uma pá niveladora a esses bairros periféricos e terraplanar custa? Ou é preciso chamar engenheiros estrangeiros para fazer esse trabalho. Criticar quem governa não é mal. É apenas uma pista para mudar de atitude e melhorar sempre a coisa pública, mas, como muitos têm cabeça oca, pensam que é mal.

Triste, a nossa realidade. Assim não se pode andar e atingiras metas que teoricamente se avançam pelo Governo central, quando traça políticas públicas para o país. Os vossos Jeeps são altos, por isso não governam para os cidadãos.

Sem mais nada de momento.

10.4 Sinistrados das chuvas recebem apoio

Jornal de Angola

04 De Abril de 2017

Texto: Joaquim Júnior

Mais de 200 famílias afectadas pelas chuvas nas localidades de Quimalalo, Cambaia, Quimacuna, Quiteca, Quitala-Ntângua e Quimatsl, no município do Songo, podem voltar a cobrir as suas casas, depois de terem recebido algumas quantidades de chapas de zinco, para o efeito.

Os bens foram entregues ontem pela Administração Municipal do Songo, no quadro das acções que visam minimizar as consequências das enxurradas, que caíram sobre aquela região da província do Uíge, nos últimos dias.

A aldeia Quimalalo, regedoria de Mbanza Luanda, foi a localidade mais afectada pelos efeitos negativos das chuvas, com o registo de 17 casas desmoronadas, deixando ao relento dezenas de pessoas, destruição parcial de uma escola e do centro cívico comunitário.

Por esse motivo, a administradora municipal do Songo, Adelina Pinto, escolheu o local para proceder à entrega oficial de 500 folhas de chapas distribuídas aos sinistrados.

Adelina Pinto disse que a entrega do material serviu de resposta ao grito de socorro lançado pelas famílias que perderam os seus haveres.

A administradora municipal do Songo aproveitou a ocasião para aconselhar a população, no sentido de substituir os paus que utilizam na construção das casas para suportar as chapas de zinco por barrotes ou tubos de ferro.

"Os paus que utilizam estão a deteriorar-se facilmente, por não apresentarem estrutura física capaz de suportar a força dos ventos e da água das chuvas que se abatem insistentemente sobre o nosso município" .Alertou a responsável, para quem é necessário que se façam trabalhos de arborização nas zonas descampadas da região.

O regedor da localidade de Mbanza Luanda considerou o apoio da administração oportuno, tendo em conta que vai ajudar a suprimir uma das principais dificuldades da população afectada.

Pinto Alexandre revelou que no município do Songo cada folha de chapa de zinco chega a custar até quatro mil kwanzas, valores que, segundo ele, pesam muito no bolso do munícipe, constituído maioritariamente por camponeses. O regedor aproveitou para apelar às autoridades a criarem condições que possibilitem ultrapassar os problemas que os camponeses enfrentam no capítulo do escoamento dos produtos, principalmente por falta de centros comerciais e de transportes.

10.5 Evitar as doenças da chuva

Jornal O PAÍS
05 De Abril de 2017

Espero que esta carta encontre a equipa do Jornal Opais a gozar de boa saúde! Escrevo para alertar a sociedade angolana sobre as doenças que advêm da época chuvosa, apesar de muitos já as conhecerem, mas que têm sido ignora das. Estamos no mês de Abril e como já se tornou.

Vulgar a frase: "Abril, chuvas mil", é deveras importante alertar a população' pois que a prevenir é melhor que remediar.

Uma das doenças que muito afecta a nossa sociedade nesta época (e um pouco depois da mesma) é a febre tifóide por razões que muitos conhecemos, como a mistura da água tratada com a da chuva; o contacto com as fezes arrastadas pela água da chuva, etc. É importante que não consumamos água não tratada ou fervida, nem alimentos que não foram lavados com água tratada. É importante evitar o consumo de ovo malpassados e alimentos feitos em cozinhas com pouca higiene.

Nós que temos uma sociedade com muito pouca educação ambiental, que ainda tem a cultura anormal de deitar o lixo no chão, que urina -se na rua com tanta normalidade, há que se ter muito cuidado a andar nessas águas.

As infecções urinárias também estão na lista das doenças que podem ser frequentes nesta época e uma infecção urinária mal tratada pode provocar infertilidade.

Muitos são os angolanos que vivem em zonas de difícil acesso quando chove, e alguns evitam ao máximo pisar nas águas da chuva, e fazem bem, porque evita-se muitas doenças. É triste saber que o angolano aproveita-se desta situação para fazer dinheiro, cobrando para quem pisa nas pedras ou madeira colocadas por certos indivíduos.

Mas voltando ao assunto, vamos prevenir as doenças das chuvas, pois já não nos aguentamos com a vida que temos, não podemos mais ter uma saúde arrojada. Quanto mais evitarmos ir ao hospital, melhor para nós, uma vez que as nossas unidades hospitalares são o que são: pelenguenha". Queridos pais, não dão a frescura aos vossos filhos de banhar à chuva ou jogar bola à chuva. Os tempos não são os mesmos, evitem as doenças nos vossos lares.

10.6 Bem-vinda chuva

Jornal de O PAÍS
06 De Abril de 2017

Caros jornalistas e caros leitores do jornal OPAIS, Chamo-me Evandro e escrevo desde a cidade Do Lubango.

Ontem vi um vídeo de uma pessoa na centralidade do Cacucaco, em Luanda, que exibia uma grande chuvada, com muito vento e árvores a cair. A pessoa parecia admirada e assustada porque viu árvores caídas. Eu fiquei espantado com a reacção da senhora.

Em Luanda afinal passam bem. Não sabem o que é chuva de verdade, como nós. Em Kaluquembe, por exemplo.

Quem vive na Huíla, Bié, ou Huambo sabe bem o que é chuva de verdade, com vento e granizo. Não é aquilo que ela mostra, uma amostra de chuva.

Talvez seja por isso que muitas soluções não são tomadas como deve ser. As pessoas de Luanda não sabem o que é uma chuva como deve ser e por isso, se têm de resolver alguma coisa sobre as nossas vidas, que se relaciona com o clima, não sabem o que têm em mãos.

Luanda tem de chover muito, para as pessoas perceberem também, a importância da chuva, como nós, e a falta que nos faz quando não cai.

Eu adoro chuva e não compreendo a reacção daquela senhora. Mas espero que chova mesmo em Luanda, para os luandenses aprenderem também a fazer agricultura e a preparar cada dia com a possibilidade de chover. Isso seria bom. Seria bom que chovesse em todo o país.

Esta é a minha opinião, espero não ter ofendido ninguém.

10.7 Chuvas continuam a causar muitos prejuízos

Jornal A Republica

07 De Abril de 2017

Texto: Kimbi Lombongo

Devido às últimas chuvas que se abateram sobre a província de Luanda e não só, o Jornal a REPÚBLICA foi andando por alguns municípios e distritos da capital, para inteirar-se junto dos sinistrados, dos prejuízos que as quedas pluviométricas causaram às populações. O nosso primeiro entrevistado foi os cidadãos Gomes Raul, camponês de profissão, morador do km 36, que aceitou falar à nossa reportagem, dizendo ter ficado ao relento, porque a chuva deitara a sua casa a baixo e, que só, não perdera a vida porque quando estremeceu, resolvera sair, de imediato e ir à casa de seu irmão menor, com maior segurança, para escapar da tragédia. "Fui à casa do meu irmão para me livrar do perigo, porque senão, poderia perder a minha vida.

Vivo sozinho há mais de dez anos, desde que a mulher se foi embora com outro indivíduo. Fui antigo combatente mas o Governo não olha em mim. O quê que vou fazer mais? Por enquanto, vou viver na casa do meu irmão e depois reconstruir a minha casa!"- Assegurou com muita tristeza no rosto. Já Adelina João, funcionária pública, moradora do Zango 4, dizia ter perdido os seus parcos haveres, porque a casa em que residia tinha ficado inundada. Pois só não aconteceram mortes, porque pusera as suas três crianças a dormir por cima da mesa e da mala. "Vivo solteira há mais de quatro anos, desde que o meu marido me abandonou e foi viver com outra mulher na província do Namibe. Vou ter que deixar a minha casa e alugar, por enquanto, uma casa até o cacimbo chegar para reparar a minha. Só assim; Não poderei fazer milagres.

Vou fazendo o que posso para manter a família unida, assim como a educação dos filhos!": Afirmou a nossa entrevista muito pensativa. Maria Simão, vendedora ambulante, moradora do Rangel, dizia sentir-se bastante aflita com as chuvas que se abateram sobre Luanda, por não ter recursos financeiros para a reparação do seu tecto, que há mais de seis anos deitava água para dentro de casa e obrigando as pessoas a estarem, permanentemente, em estado de alerta, para não inundar a casa Quando chove, temos que estar a acompanhar o movimento das águas e começarmos a tirar assim que vai aumentando o volume para fora de casa. Se for à noite não conseguimos dormir.

Vivo aqui com as minhas duas filhas num estado bastante crítico. Está casa é uma herança dos meus falecidos pais.

Os meus irmãos têm as suas casas e nunca se preocuparam com esta. Sempre disseram-me, a casa é sua, vai fazendo o que podes!"Aflorou ela com precisão.

Muitos sinistrados estão aflitos e preocupados com as chuvas, por não terem condições para viverem dignamente neste País, que poucas soluções apresentam aos seus cidadãos. O Governo não quer saber destes sinistrados nem tão pouco dos haveres que perderam, inesperadamente. Porém, o Jornal A REPÚBLICA vai continuar a ouvir os indivíduos relativamente aos prejuízos causados pelas chuvas.

10.8 Luanda recebe chuva com rajadas de vento

Jornal de Angola

08 De Abril de 2017

Luanda vai registar este mês chuvas acompanhadas de trovoadas e rajadas de vento, informou, ontem, o Comando Provincial do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

Faustino Minguês, porta-voz do comando, que falava à Angop, pediu às pessoas para tomarem cuidado sob pena de ficarem feridas ou perderem a vida se não forem respeitadas as recomendações emanadas do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros. Sobre uma eventual queda de raios, Faustino Minguês disse que a melhor maneira de evitar acidentes é abandonar ambientes descampados, locais altos e abertos, como praias, piscinas e campos de futebol, e abdicar também do uso do telemóvel durante a ocorrência de chuva.

As pessoas não devem proteger-se perto das linhas de transmissão de energia elétrica, postes, cercas metálicas, de para-raios e debaixo de árvores. Quem estiver a conduzir, deve manter-se, assim como outros ocupantes da viatura, no interior do veículo e nunca parar debaixo de árvores. Mesmo dentro de casa, as pessoas devem tomar cuidado, uma vez que, apesar de ser um abrigo seguro, alguns cuidados devem ser tomados, como, por exemplo, evitar tomar banho durante tempestade e retirar os aparelhos das tomadas elétricas.

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros lembrou que os raios dão descargas até 100 milhões de volts e um choque destes é um milhão de vezes mais forte do que o de uma tomada. A chuva que caiu em Luanda no domingo e na segunda-feira derrubou 40 árvores, algumas das quais destruíram parcialmente viaturas. Além disso, os ventos fortes arrancaram coberturas de moradias mas não houve o registo de vítimas mortais nem de feridos.

10.9 Chuva forte provoca morte e deixa famílias ao relento

Jornal de Angola
10 De Abril de 2017

Mais de 200 famílias da comuna de Gombe, a 23 quilómetros do município sede de Nambuanguo, província do Bengo, perderam os seus haveres e estão ao relento, em consequência da chuva acompanhada de ventos fortes e granizo que se abateu sábado sobre a região, tendo causando a morte de um ancião de 81 anos.

Num contacto telefónico mantido ontem com o Jornal de Angola, o administrador da comuna de Gombe, Lopes António João, confirmou a informação e reconheceu que a chuva que caiu intensamente provocou grandes danos à população.

Lopes António João disse que os dados provisórios indicam a destruição de 81 casas e 60 outras foram parcialmente afetadas. Neste momento, disse Lopes António João, Administração Comunal está a trabalhar com base nos recursos disponíveis, para apoiar os sinistrados com material de construção e bens de primeira necessidade.

"Vamos dar o nosso apoio à família que perdeu o ente querido. Sabemos que se trata de uma calamidade natural, mas enquanto isso a Administração está a trabalhar para prestar solidariedade", disse.

As chuvas, acompanhadas de fortes ventos e granizo, para além de destruir casais, também afectaram duas capelas das igrejas metodista e católica na aldeia de Quifama. As árvores não foram poupadas, as vias de acesso ficaram completamente intransitáveis e os campos agrícolas inundados. A comuna do Gombe está sedado entre as localidades de Canacassala, Zala e Quixico, regiões do município de Nambuanguo, província do Bengo.

10.10 Chuva deixa mais de 1700 residências inundadas em Luanda

Jornal O PAÍS
12 De Abril de 2017
Texto: Domingos Bento

A forte chuva que caiu durante a madrugada de Segunda-feira, em Luanda, deixou inundadas mais de 1700 residências, segundo dados do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) passados ao OPAIS pelo seu porta-voz, Faustino Mingués.

Segundo aquele oficial de informação, os municípios de Viana, Belas e Cacucaco foram as zonas que registaram o maior número de ocorrências, o que obrigou o redobrar de esforços das equipas do SPCB ao nível destas municipalidades.

No entanto, além de casas inundadas, Faustino Mingués frisou que o SPCB registou ainda a queda de três árvores no município de Luanda e alagamentos temporários sem, contudo, causarem nenhuma vítima humana. "Foram muitas horas de intensas chuvas, mas, felizmente, as nossas forças não registaram nenhuma ocorrência que tenha causado danos à vida humana".

Questionado sobre o destino que será dado às famílias cujas casas ficaram submersas, o porta-voz do SPCB esclareceu que os efectivos do seu órgão ao nível dos municípios continuam em campo a realizarem acções de cadastramento e apoio técnico aos agregados em "apuros".

"As famílias têm recebido apoio das comissões municipais que já têm tudo identificado e dão resposta em função da realidade que encontram no terreno. É preciso que as famílias colaborem com os nossos efectivos destacados nas comissões de apoio", frisou.

Segundo ainda Faustino Mingués, de forma a aliviar a situação, uma das medidas de socorro efectuada durante a manhã de ontem pelo SPCB, depois das chuvas, foi a abertura de valetas, desobstrução das vias, sucção das águas por via de moto-bombas e camiões sukula.

"É um processo que envolve meios e homens. E as respostas são dadas consoante a especificidade de cada zona. Como sabe, as chuvas caíram com fortes ventos e os danos causados variam de zona para zona. O mais importante é o apoio directo que está a ser prestado às famílias afectadas".

Cenário previsível

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros frisou ainda que o cenário de inundação nos municípios de Viana, Belas e Cacucos já era previsível em função de um estudo que o seu órgão havia realizado o ano passado, que teve como objectivo identificar as zonas de Luanda que apresentam maior risco em tempo chuvoso.

"De acordo com aquilo que foi o nosso trabalho, concluiu-se que o risco de inundação em Luanda está em todos os municípios. Portanto, isso pressupõe dizer que não constitui motivo de admiração o número elevado de residências inundadas neste período. Agora o que é preciso é as populações prevenirem-se e evitarem construir naquelas zonas com maior risco e que já estão perfeitamente identificadas", atestou.

10.11 Chuva inunda centenas de casas em Viana

Jornal de Angola
12 De Abril de 2017

Centenas de residências ficaram inundadas na madrugada de terça-feira, em Viana, na sequência da forte chuva que caiu sobre algumas zonas de Luanda.

Citado pela Angop, o administrador municipal adjunto para a Área Técnica explicou que os bairros mais afectados foram os Quilómetros 9-A, 9-B e 12-A. Os mais críticos: Zangos I, 11 e III, Capalanga e Mulenvos de Cima, onde uma lagoa transbordou e os serviços técnicos da Administração tiveram que mobilizar uma moto bomba para sucção da água.

Fernando Binje explicou que a maioria das casas inundadas foi construída em linhas naturais de águas pluviais e que a "situação se repete todos os ". Fernando Binje adiantou que foi já efectuado um cadastramento em 2016 com o propósito de transferir as famílias para outros locais.

"A Administração Municipal de Viana está a realizar um trabalho de loteamento na zona do Tande, onde podemos reassentar essas pessoas através de um programa de autoconstrução dirigida. Dentro de 15 a 20 dias termina esse processo e vamos passar para a fase de reassentamento dessas pessoas que já estão devidamente cadastradas pela Comissão Municipal de Protecção Civil e Bombeiros", avançou.

Em relação à situação das pessoas que vivem em casas de chapa de zinco na zona dos Zangos, Fernando Binje disse que está a ser dada prioridade às pessoas provenientes da zona da Ilha de

Luanda, sendo inicialmente cadastradas 3.500 famílias, das quais apenas mil foram reassentadas.

"Infelizmente fomos confrontados com uma situação de invasão e atualmente no local mais de oito mil famílias. É algo que temos de denunciar e combater", disse o administrador para acrescentar que vai ser feito o realojamento das 2.500 pessoas tão logo estejam as condições criadas para o efeito".

Fernando Binje disse que é de esperar que por esta altura se façam ouvir reclamações dos "invasores e oportunistas", que mais não fazem do que tirar benefícios da situação.

Os invasores não vão receber lotes de terrenos, vão responder a um processo criminal, estando a Polícia, serviços de informação e órgãos de Justiça a trabalhar no assunto", concluiu Fernando Binje.

10.12 Solução é definitiva para águas pluviais

Jornal de Angola
15 De Abril de 2017

A solução definitiva de drenagem das águas pluviais na zona de Viana consta do Plano Director de Luanda, que estabelece projectos específicos para a circunscrição, informou quinta-feira o administrador municipal adjunto para a Área Técnica, Fernando Binje. Em declarações à agência de notícias Angop, Fernando Binje explicou que o município de Viana é topograficamente plano e sempre que chove enfrenta problemas com as águas pluviais.

Para contrariar a situação, foram criadas 12 bacias de retenção espalhadas pelos bairros da zona.

O administrador municipal adjunto referiu que esta solução provisória, complementada com outras medidas, tem por enquanto atenuado os efeitos da acumulação de águas pluviais.

"As bacias estão a aguentar, a situação está controlada, fruto de um trabalho de desassoreamento que realizámos com antecedência", explicou o administrador adjunto.

Fernando Binje destacou o exemplo da bacia do Coelho, que beneficiou de uma ampla intervenção hidráulica para que não volte a alagar as áreas circunvizinhas, como aconteceu no ano passado. "Estão projetados trabalhos semelhantes nas bacias de retenção do Quilómetro 20, no interior da Comarca de Viana, no bairro Vila Nova (nos sectores 1 e 3) e demais", anunciou.

O município de Viana é um dos mais populosos da capital, com mais de dois milhões de habitantes.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO
MINEIRA